UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

IVANILSON BATISTA DA SILVA

O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA

JOÃO PESSOA – PB

2016

IVANILSON BATISTA DA SILVA

O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de pesquisa **Educação Popular,** como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.
ORIENTADOR: Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva

JOÃO PESSOA – PB

2016

S586p Silva, Ivanilson Batista da.

O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra / Ivanilson Batista da Silva.- João Pessoa, 2016. 119f. : il.

Orientador: Eduardo Jorge Lopes da Silva Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE

1. Educação popular. 2. Mulheres camponesas -protagonismo. 3. Luta pela terra.

UFPB/BC CDU: 37.018.8(043)

IVANILSON BATISTA DA SILVA

O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS

NA LUTA PELA TERRA

APROVADO EM: 28/06/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva
Universidade Federal da Paraíba – UFPB – PPGE
Orientador

Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista
Universidade Federal da Paraíba – UFPB – PPGE
Examinadora

Prof. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Universidade Federal da Paraíba – UFPB – PPGE
Examinadora

Prof. Dra. Maria Eliete Santiago
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – PPGE
Examinadora

JOÃO PESSOA – PB

2016

Dedico este trabalho à minha família, minha fonte de inspiração, às mulheres de Amarela I e II, à minha turma 34 de mestrado que muito contribuiu na minha formação, a todos os mestres que, coletivamente, me ajudaram a encontrar as respostas que buscava, e a todas as pessoas que lutam por um mundo mais humano, ou digno de humanos, onde o amor e o respeito ao próximo sejam objetivos centrais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela grandiosidade de seu amor por mim, ao longo da caminhada.

Agradeço à minha família, pelo conforto que me deram nos momentos mais difíceis de minha vida. Especialmente à minha mãe, Ivanilda Barbosa da Silva, meu baluarte e minha fortaleza em todas as horas. Ao meu pai Ivanildo Batista da Silva, pelos bons ensinamentos que me transformaram na pessoa que só hoje. Aos meus irmãos Ivalbenis, Ivan, Ivanessa e Izaquiel que tanto me ajudaram e sempre estiveram presentes quando a eles recorri. Aos meus sobrinhos Isheley Rafael e Isac Benny e minha sobrinha Isis Vitória a mais nova membra da família.

À minha turma de Pedagogia PEC/MSC, período 2011, que contribuíram muito para a minha formação, pelos momentos de alegrias, tristezas, intrigas, conflitos vivenciados, características que fomos aprendendo e nos fazendo enquanto sujeitos históricos, coletivamente. À turma 34 do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação – UFPB, pelas contribuições fundamentais na construção deste estudo. À minha comunidade de Amarela I e aos companheiros e às companheiras de Amarela II que caminharam juntos na luta pela terra, em especial às mulheres que, bondosamente, contribuíram com esta pesquisa: Joana Ferreira, Severina Maria, Maria Otavio, Roseane do Nascimento, Maria Antero. Obrigado por tudo, pelos momentos de carinho e aprendizado que me proporcionaram.

Agradeço a meu Orientador, **Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva,** pessoa admirável pelo seu compromisso, ética profissional e exigência científica que contribuíram muito para o meu crescimento profissional e humano. Enquanto pessoa, a cada encontro me inspirava a continuar e seguir em frente por um mundo mais justo e humano; com seus atos e atitudes, tornou-se exemplo para mim. Muito Obrigado!

À professora **Dra. Maria do Socorro Xavier Batista,** pelo apoio e contribuições dados a este estudo, desde sua embrionária concepção.

À professora **Dra. Maria Eliete Santiago,** pelo cuidado que teve com este estudo, resultando em contribuições valiosas, peças de norteamento para o pesquisador encorpar à pesquisa.

À Professora **Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho,** pela dedicação, compromisso e maestria. Suas contribuições afastaram a nebulosidade que encobria nossos olhos, permitindo-nos enxergar mais além.

À professora **Ana Paula Romão Ferreira,** que, no encontro do Curso de Pedagogia pelo PRONERA, nos permitiu reconhecer as questões de gênero, sendo ela motivadora deste estudo.

A todos os mestres e mestras que passaram pela minha vida, dos primeiros passos dado, na escola, à Universidade. Levo comigo cada um de vocês. À companheira e amiga Maria da Luz, a Josiane Ferreira, pelas contribuições, e aos amigos Anderson Avelino, Egilson Oliveira, Sunali do Nascimento e Rildiane Mariano, Jardel Cardoso, Fábio Morreira, Luiz Roberto e Leone Avelino pela amizade sincera.

Também não poderia deixar de agradecer ao eterno amigo e professor **Aderson Graciano de Oliveira** (*in memoriam*), o Caboré! Pelas conversas e apoio dado ao longo do curso de mestrado, abrindo-nos as portas de sua casa e nos assistindo em tudo. Agindo assim, facilitou a nossa caminhada. Muito obrigado!

Enfim, a todos e todas que, direta ou indiretamente, me motivaram e torceram para que este momento se realizasse.

Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substancia.

Simone Beauvoir

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o protagonismo das mulheres camponesas na luta pela conquista da terra nos assentamentos Amarela I e II, no município de São Miguel de Taipu-PB, no período de 1993 a 1995. Buscou, ainda, compreender este fazer como ação e resultado das transformações sociais, no tocante à relação homem e mulher, tendo em vista que, no agir coletivo da luta, as mulheres reescreveram rotas preestabelecidas que determinavam o seu lugar na sociedade. Nesse sentido, fizeram-se agentes modificadoras da história, elas mesmas conquistando, através da organização, o direito à liberdade de participar das questões culturais, históricas, econômicas e políticas da sociedade. Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, cujos sujeitos protagonistas são as mulheres, optou-se para exame dos dados obtidos, a análise de conteúdo (A.C) segundo Bardin (2006), a qual norteou a apreciação das falas e dos significados dentro do contexto da luta na efetivação do protagonismo das mulheres. Enquanto técnicas procedimentais foram empregadas a pesquisa bibliográfica e documental, além das entrevistas orientadas por um roteiro semiestruturado. Em seu desenvolvimento, foram discutidas as categorias analíticas como: protagonismo, relações de gênero, Movimento de Mulheres Camponesas, luta pela terra, feminismo. Os resultados demonstraram que, no exercício de seu protagonismo, as mulheres transformaram, de forma pontual, uma ordem cultural machista que lhe condicionavam ser menos. Assim, reescreveram rotas preestabelecidas que determinavam o lugar da mulher. Nas considerações finais, aponta-se para o fato que as lutas por elas empreendidas se caracterizam ainda como um evento atual necessário para que, em sua plenitude, elas conquistem o direito à igualdade de gênero.

Palavras Chaves: Protagonismo das mulheres camponesas, Luta pela terra, Gênero, Movimentos feministas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the role of rural women in the struggle for land in Amarela I is II settlements in the municipality of São Miguel de Taipu-PB, from 1993 to 1995. He sought also understand this as do action and results of social change, with regard to man and woman relationship, given that the act of collective struggle, women rewrote pre-established routes that determined their place in society. In this sense, there have been modifying agents of history, conquering themselves through the organization, the right to freedom to participate in cultural, historical, economic and political society. Because it is a qualitative research, whose protagonists subjects are women, it was decided to examine the data, content analysis (CA) according to Bardin (2006), which has guided the assessment of speech and meanings within the context of the fight in the effectiveness of the role of women. While procedural techniques were used bibliographic and documentary research, in addition to interviews guided by a semi-structured script. In its development, the analytical categories were discussed as: leadership, gender relations, the Rural Women's Movement, the struggle for land, feminism. The results showed that, in the exercise of their role, women turned, in a timely manner, a macho cultural factors that shaped it to be less. So rewrote preestablished routes that determined the place of women. The closing remarks, points to the fact that the struggles undertaken by them are characterized also as a current event to it that, in its fullness, they conquer the right to gender equality.

Key Words: Protagonism of rural women, land fight, Gender, Feminist movements.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EP	Educação Popular
IPEA	Empresa Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
PROALCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PJR	Pastoral da Juventude Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRSMT	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto um – Mutirão em Mata de Vara.....81

Foto dois – Camponeses Presos.....84

Foto três – Criança espancada pelos capangas durante o conflito.....84

Foto quatro – O agricultor José Fernandes da Silva espancado pelos capangas.....85

Foto cinco – Comemoração em Mutirão.....86

Foto seis – Camponesas e camponeses sendo presos.....89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

2 A EDUCAÇÃO POPULAR E AS ORGANIZAÇÕES DAS MULHERES CAMPONESAS 27

2.1 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR E A QUESTÃO DE GÊNERO.....33
2.2 O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS: UMA LUTA DE GÊNERO E CLASSE 44
2.3 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES CAMPONESAS EM MOVIMENTO 47
2.4 O PODER SIMBÓLICO COMO ELEMENTO CONSTRUTOR DO COMPORTAMENTO DA MULHER 52

3 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NA PARAÍBA: BREVE HISTÓRICO.....55

3.1 A LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER 63

4 O PROTAGONISMO DA MULHER NA LUTA PELA TERRA EM AMARELA I E II 68

4.1 MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE TAIPU–PB: TERRITÓRIO DA LUTA E DO PROTAGONISMO DAS MULHERES 70
4.2 ANTECEDENTES DA LUTA PELA CONQUISTA DE AMARELA I E II: FAZENDA ENGENHO NOVO 74
4.2.1 **O protagonismo das mulheres na luta pela conquista da terra: Ousadia e engajamento** 76

5. OS APRENDIZADOS DAS MULHERES EM LUTA 93

5.1 OMOVIMENTO DE DESCONFIGURAÇÃO DO PRECONCEITO MACHISTA NA LUTA PELA TERRA EM AMARELA I E II.....101

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....106

REFERÊNCIAS 111

APÊNDICES.....118

1 INTRODUÇÃO

O interesse em investigar o protagonismo das mulheres na luta pela terra, no Assentamento Amarela[1] I e II, município de São Miguel de Taipu-PB[2], se dá pelos seguintes motivos. Primeiro, por entender que esta é uma questão relevante no que tange à exclusão social sofrida por elas na sociedade, principalmente quando se reporta às mulheres camponesas. Esse processo é decorrência de uma cultura machista e patriacalista que sempre priorizou o homem como genitor e como dirigente em todas as questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Porém, ao longo do desenvolvimento histórico, estas mulheres vêm demonstrando, através dos movimentos feministas do campo e da cidade, que lutam contra a ordem dominante machista e excludente, a fim de mudar os estereótipos, a elas atribuídos, como ser frágil e que serve apenas para cuidar da casa e dos filhos.

Segundo motivo, decorre do resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2011, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia (PEC/MSC)[3], uma parceria entre a Universidade Federal da Paraíba, o PRONERA[4] e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O curso, orientado sob os princípios da Educação do Campo, abordou o seguinte tema: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA: O Caráter Educativo da Luta pela Terra nos Assentamentos Amarela I E II/ São Miguel de Taipu–PB[5]. Na realização dessa pesquisa, percebeu-se que as mulheres tiveram uma atuação enérgica alusivamente à organização e à participação na luta pela conquista da terra. Dessa maneira, instigou-se aos seguintes questionamentos: mediante a formação cultural machista societária, como as mulheres despertaram para atuar em um campo, majoritariamente, ocupado por homens? O que as levaram a deixar sua condição aculturada de dona do lar? A partir destas questões, debruçou-se sobre a temática apresentada neste trabalho para entender quem são estas mulheres e como construíram suas histórias.

---

[1] O nome Amarela é decorrente de o solo ser composto de um tipo de barro de cor amarelada. A área, antes da luta, era conhecida como Fazenda Engenho Novo, pertencente à família Ribeiro Coutinho. No dia 12 de janeiro de 1995, foi desapropriada e recebeu nome Assentamento Amarela I e Amarela II. Fonte: Atas da Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I, CNPJ: 97.549.350/0001.

[2] Pesquisa aprovada no Comitê de Ética, no dia 19/03/2015. CAAE: 42471415.6.0000.5188

[3] Lê-se: Programa Estudante Convênio (PEC) e Movimentos Sociais do Campo (MSC)

[4] Lê-se: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

[5] Esse trabalho mencionado trata-se de uma monografia apresentada no ano de 2011 para obtenção do titulo de graduado em Pedagogia PEC/MSC. O objetivo geral foi investigar o processo de formação e solidificação da identidade camponesa construída na luta pela terra em Amarela I e II. Os sujeitos da pesquisa foram assentados de Amarela I e II, pois os dois assentamentos permaneceram unificados por uma Associação, de 1995 a 2011. Por motivos de organização e melhor desempenho do trabalho da diretoria, houve uma divisão, e cada assentamento constituiu sua Associação após 2011.

Outra justificativa para a escolha do tema tem lugar na experiência de vida do pesquisador, como filho de assentado residente no assentamento Amarela I, bem como na condição de ex-presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do mesmo assentamento[6]. Nessa segunda experiência, em um dado momento, percebem-se os olhares masculinos e femininos que ainda existem referentemente ao espaço da mulher na sociedade. Como exemplo, relata-se o seguinte fato. Em uma reunião extraordinária realizada no primeiro semestre de 2012 – quando este pesquisador ocupava o cargo de presidente da Associação de Amarela I, gestão 2011 a 2012 –, ante o pronunciamento de uma companheira sobre determinado assunto, toda a plateia, em sua maioria composta de homens, permaneceu calada. Em seguida, porém, tendo um companheiro, no uso de sua palavra, proferido discurso de mesmo teor, dessa vez todos os homens se manifestaram e aprovaram a sua ideia. Diante desta situação, indaga-se: que razão levou a plateia a desconsiderar o que ela falou e a aplaudir o pronunciamento dele, haja vista ambos tratarem do mesmo assunto. Um dos motivos que podem ser apontados é o fato de uma mulher, outrora condicionada às lides do lar, assumir a tribuna e manifestar seu pensamento, suas ideias em um espaço secularmente dominado por homens. Por essa razão, ainda há uma estranheza em alguns espaços comunitários ou tribais, onde os postulados feministas ainda não chegaram de forma reflexiva. Apesar de todo protagonismo desenvolvido pelas mulheres na luta pela terra e em muitos momentos junto com os homens, constata-se que a herança histórica do preconceito patriarcal machista ainda é real, como veremos a seguir no corpo deste texto.

Portanto, a partir dessa experiência, percebe-se a importância da luta das mulheres pela terra, observando o contexto sociocultural machista no qual elas estavam inseridas. Mesmo assim, romperam com o papel de invisíveis, submissas e obedientes junto aos homens. Elas não só estavam lutando pelo direito de trabalhar na terra com sua família, mas, também pela liberdade de ser, viver e agir.

Por fim, outra justificativa para escolha desse tema encontra fundamentos na condição de militante da educação de qualidade para os povos do campo, cuja questão de gênero ainda é um tema emergente e desafiante.

Essas justificativas ajudaram a compreender as lutas das camponesas dos assentamentos, em duas frentes: primeira, no reconhecimento do ser mulher. Isso, no sentido de que, antes da luta, as mulheres dos assentamentos citados entendiam seu espaço de atuação

---

[6] O período de atuação na condição de presidente da associação foi 16 de maio de 2011 a 16 de maio de 2013, segundo as normas do Estatuto da Associação. Na gestão 2013–2015, nossa contribuição foi na condição de secretário.

apenas como donas do lar. No decorrer do processo de luta, foram compreendendo e se fazendo compreender que o lugar que lhes fora atribuído tem uma função apenas sociocultural e não corresponde às suas reais potencialidades. Na segunda frente, elas se reconhecem enquanto classe camponesa, no sentido histórico, percebendo, com base nessa experiência, todo um processo de exclusão social secular que lhes negou os principais direitos básicos inalienáveis, a exemplo do direito ao voto, o divórcio, a educação e o trabalho, nos séculos XVIII e XIX; a liberação sexual e reprodutiva, nos séculos XX e XXI.

No entanto se pergunta: o que é ser protagonista? Como as mulheres fizeram essa atuação neste cenário? Porém o que está se discutindo é a atuação das mulheres na transformação das relações estabelecidas entre homens e mulheres. Tendo em vista as duas frentes de atuação delas, uma ocorre no enfrentamento do latifúndio, que, ao longo de toda a vida, sempre lhes oprimiu. Neste fazer, elas se reconheceram como sujeitos da classe camponesa detentora e produtora de toda uma história e cultura negada ou desconhecida pelo Estado e a sociedade, constituindo-se, dessa forma, numa classe destituída das políticas públicas básicas de direitos de todos. Por esta via, as mulheres foram se entendendo no seu fazer protagonista na luta por esta consciência de ser e se reconhecer. A segunda frente se caracteriza por tudo aquilo que elas aprenderam, desde o nascimento, a respeito do lugar da mulher na sociedade. Não obstante toda a conquista das mulheres ao redor do mundo, ainda se encontram casos e lugares onde as mulheres são vistas apenas como donas do lar. Ante esta compreensão de muitos homens, no contexto sociocultural dos assentamentos onde elas habitavam, desconsiderava-se a atuação das mulheres em qualquer atividade que envolvesse questões sociais e políticas. Como afirma Nenê de Catolé[7], em entrevista concedida em 3 de setembro de 2015, pronunciando-se sobre as represálias e o atentado de morte praticados, na época, pelo seu companheiro, em face da sua participação na luta pela terra. Ele não entendia a razão de ela dirigir-se aos mutirões e participar de comissões que orientavam e motivavam os outros/as camponeses/as a continuarem lutando pela conquista de suas terras. Entendia que essa atuação era própria dos homens. Igualmente, os demais vizinhos nutriam os mesmo pensamentos, pois o aconselhavam a não deixar sua esposa participar desse tipo de atividade. De tanto dar-lhes ouvido, em um determinado dia, ele tentou assassiná-la, "movido por conversas que diziam a ele, quando eu vinha de uma reunião da comissão" (DEPOIMENTO DE NENÊ DE CATOLÉ, CONCEDIDO EM 03/09/2015).

[7] Os nomes utilizados para camponesas nesta pesquisa, são de conhecimento popular de todos/as no município de São Miguel de Taipu-PB.

Por este viés, no protagonismo na luta pela conquista da terra, elas se apossam de lugares antes ocupados exclusivamente por homens e começam a desconstruir a visão cultural que as condicionava ao *ser menos*, no sentido freiriano, nos vários campos de atuação, político, econômico, social e familiar.

O engajamento das mulheres na luta, no fazer-se protagonista, encontra respaldo em Freire[8] (1996), que discorre sobre a curiosidade como força motriz para despertar o interesse pelo aprendizado, no fazer e no agir. Ela levou as mulheres a trilhar um caminho diferente daquele que lhes era ofertado desde o nascimento, orientado pela condição sociocultural do ser mulher. Assim, elas buscaram entender o porquê de se lutar pela terra onde viviam com suas famílias. Essa curiosidade espontânea passa a se fundamentar na prática, quando se entende que a luta é necessária,ante o cenário excludente que se apresentava para todos/as aqueles que vivem no campo. Essa compreensão, Freire (1996) chama-a de curiosidades epistemológicas, que é justamente o sentimento de pertencimento e valorização daquilo que se tem construído socialmente ao longo do tempo. Saindo de uma compreensão ingênua para uma compreensão crítica da realidade, as mulheres começaram a se perceber enquanto classe camponesa, habitante de um espaço do qual, a qualquer momento, seriam despejadas com seus maridos e filhos, se não adentrassem na luta em prol da conquista de sua libertação. Como diz Rosinha: "eu sempre tive curiosidade de saber o que os homens conversavam nas reuniões". (DEPOIMENTO DE ROSINHA, CONCEDIDO EM 10/08/2015). Freire também afirma que "a curiosidade é condição para a criatividade, ela é a 'indagação inquietadora' que nos move no sentido de desvelar o mundo que não fizemos e acrescentar a ele algo que nós fazemos" (FREIRE, 1996, p. 35).

Tendo como elemento norteador o ir à luta, as mulheres foram se engajando e, com isto, desenvolvendo seu protagonismo na ação conjunta de luta pela conquista do direito de trabalhar na terra, de forma digna, com todos os seus direitos assegurados. Nesse contexto, também reconheceram todo processo de exclusão sofrido por elas no decorrer do tempo vivido. Esse reconhecimento fez com que abrissem os olhos para uma questão sociocultural que elas mesmas, inconscientemente, acabavam naturalizando em suas ações do dia a dia: o lugar da mulher na sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário entender como essas mulheres, apesar do contexto social desumano e desamoroso de preconceito de gênero e de uma cultura patriarcalista e machista, conseguiram afirmar seu protagonismo na luta pela terra em Amarela I e II,

---

[8] Apesar de o texto se referir à prática pedagógica dos professores, o pensamento do autor reforça a argumentação deste pesquisador.

chegando a conquistar a admiração de muitos homens. A partir, da memória individual e coletiva das mulheres que vivenciaram o processo de luta pela terra.

Nesta pesquisa, importa discutir a condição do protagonismo feminino no processo de luta pela terra, nos assentamentos Amarela I e II, os dilemas enfrentados a partir da atuação da mulher no movimento, bem como as conquistas que podem ser apontadas, ao se compreender a categoria gênero, em cruzamento com a categoria de classe, como um dos eixos fundamentais das relações sociais, de profunda transformação no processo da luta social. Importa, ainda, mencionar as práticas educativas vivenciadas neste processo, para que se possa compreender o que fazer das mulheres camponesas em movimento; ou seja, em sua atuação.

Cruzando as questões de gênero com as de classe, tentar-se-á abordá-las no sentido de que as lutas das mulheres representam dois momentos: o das lutas de classe pela conquista da terra em contraponto aos latifundiários, e o das relações sociais e culturais de gênero que se apresenta, ainda de forma tímida mas significante, podendo ser caracterizado como a própria participação das mulheres no exercício de seu protagonismo. Isso acontece em face de a questão de gênero ainda se identificar com o tema emergente, alusivo ao lugar aferido nesta pesquisa: o campo. Por isso, as camponesas nordestinas enfrentam, mais fortemente, o preconceito. Mesmo assim, na condição de integrantes da classe trabalhadora, elas sempre lutaram pelos seus direitos junto aos homens, como, por exemplo: trabalhar na terra livremente, ser valorizada como trabalhadora rural, ter reconhecimento da profissão, direito à aposentadoria, ao salário maternidade, à sindicalização e à participação política. Por esse motivo, sempre estiveram em luta. Mas os conceitos de classe trabalhadora e de direitos universais sempre trouxeram imbricada uma visão iluminista masculina, segundo a qual a mulher é tida como subordinada aos interesses do homem (PAULILO, 2009). O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) sinaliza um caminho diferente, no que se refere à atuação das mulheres, pelos seus direitos particulares e sociais de classe.

O processo de exclusão social, política e econômico da mulher é uma construção histórica embasada na cultura do machismo, tendo como referência principal o patriarcalismo que, por muito tempo, inviabilizou a participação da mulher na construção da história. Os frutos de ação resultaram na violência contra a mulher, representando, nos dias atuais, um marco desta cultura que sempre privilegiou o sexo masculino e desconsiderou todo um fazer histórico das mulheres.

Relativamente à violência, as estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA, 2013) registram 16. 992 mortes de mulheres em todo o Brasil, tendo como

causa a violência doméstica e conflitos de gênero, as agressões praticadas por maridos e companheiros. Segundo a pesquisa, a cada hora e meia, uma mulher é assassinada. A região mais violenta é o Nordeste. Porém o Estado que detém o maior índice de violência contra a mulher é o Espírito Santo, ocupando o 1º lugar no ranking. A Paraíba aparece em 8ª posição. As mulheres jovens são as que mais sofrem com o preconceito machista que, em nome da superioridade do sexo masculino, dizima milhares de vida. As lutas das mulheres foram intensas para vencer o preconceito socialmente construído. Por essa razão, esse tema ainda precisa ser muito debatido, para que as mulheres conquistem seu lugar de direito na sociedade. O preconceito sexista, machista, ainda existente não trouxe nenhum benefício à sociedade. No sentido do desenvolvimento social, ele se caracteriza como uma nódoa secular nas histórias das mulheres no mundo.

Nesse contexto, constata-se que as mulheres desenvolveram um papel importante na luta pela terra, o que impulsionou esta pesquisa sobre o tema em apreço, com vistas a colocar estas mulheres nos escritos da história, dando-lhes visibilidade. Assim, partiu-se dos seguintes questionamentos: **em condições de total exclusão, como as mulheres dos assentamentos Amarela I e II conseguiram reescrever rotas, tão padronizadas pela sociedade, engendrando sua participação política na organização de sindicatos e na luta pela terra? Que aprendizados essas mulheres assimilaram na luta pela terra? Como elas se veem hoje, após essa conquista? Como as experiências da luta pela terra lhes possibilitaram tornarem-se sujeitos? Qual a pedagogia da luta empreendida por elas?** Tais questões apontam para um processo de mudança de olhar e de se relacionar na sociedade (CALDART, 2004). Isso se caracteriza como resultado de quatro categorias freirianas que nortearão toda esta pesquisa: práxis, emancipação, autonomia e libertação.

As mulheres conquistaram o direito de ser mulher rompendo com as amarras que as dominaram durante muitos séculos. Com isso, desconstruíram o conceito criado socialmente sobre o lugar na mulher na sociedade que, por muito tempo, se resumia apenas ao papel de mãe, dona de casa. Ao passar do tempo, conquistaram o direito de sair de casa para atuar no magistério, atividade muita próxima da função a ela atribuída desde o nascimento. Dessa maneira, elas também se apoderaram do direito de viver e trabalhar na terra, onde todos os integrantes de sua família viveram.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o protagonismo das mulheres camponesas na conquista pela terra nos assentamentos Amarela I e II, no município de São Miguel de Taipu–PB. E tem como objetivos específicos: escrever a história da conquista dos assentamentos

Amarela I e II, a partir do protagonismo das mulheres, e identificar os aprendizados vivenciados por estas na luta pela terra.

Ante o exposto, conclui-se que a presente pesquisa tem como objeto o protagonismo de mulheres camponesas na luta pela terra. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. Para Heloisa Martins (2004, p. 12), é "aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupos, realizando um exame intensivo dos dados, caracterizado pela heterodoxia no momento da análise". Ainda conforme Demo (2004, p. 34), a pesquisa qualitativa se define

> pela capacidade de questionamento, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriedade metódica como fonte principal da renovação científica. Há por certo noções de ciência definitiva, mas que sempre se aproximam mais do dogma que apenas mascara a incerteza fundamental da realidade histórica – do que de produtos finais.

Na citação acima, percebe-se que o ato de pesquisar e produzir ciência precisa de um aporte metódico inicial, pois, assim, se compreenderá aquilo que se pretende investigar. Mas não se pode deter apenas aos resultados apresentados como verdade absoluta, haja vista que a ciência está sempre em revolução e transformação. Novos questionamentos e pesquisas surgem, e o que era tido como certo em uma época, já não se tem a certeza de que, tempos depois, ainda o será. A pesquisa de abordagem qualitativa, segundo Richardson (1999, p. 80), busca

> descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinados grupos e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A pesquisa de caráter qualitativo é o melhor caminho a ser utilizado, quando se busca refletir sobre algumas questões sociais complexas que precisam ser entendidas e melhoradas, para que haja desenvolvimentos dos seres humanos.

O método qualitativo traz uma abordagem humanística que intenta refletir, junto aos seres humanos, seus problemas reais, para que possa haver transformação da realidade apresentada. Tudo que envolve as vivências humanas, suas construções e postulações, ao longo do tempo, faz parte da área de interesse da pesquisa qualitativa. Ela se caracteriza como a melhor ferramenta de entendimento das questões referentes aos seres humanos. Para Minayo (1996, p. 22),

> a pesquisa qualitativa trabalha com o conjunto de crenças, valores, significados, motivações e outros elementos ligados ao campo das ciências humanas e sociais e, por isso, não faz uso (ou não restringe) de meios estáticos para o levantamento e a análise dos dados.

Dessa forma, todos os temas vinculados à produção humana desenvolvida ao longo do tempo, nas áreas cultural, social, histórica, são trabalhados pela pesquisa qualitativa. Na sua metodologia, ela busca compreender os seres humanos para traçar as mudanças necessárias à melhoria da vida em sociedade.

Nessa compreensão, as mulheres dos assentamentos Amarela I e II vão se constituindo no seu fazer histórico, no momento em que elas se propõem a mudar o curso da história. As experiências vivenciadas por elas na luta representam o momento histórico de mudança de postura. É a partir do conflito, do enfrentamento e da união que se pode conquistar a liberdade: “Só na comunidade com outros é que cada indivíduo encontra os mecanismos para desenvolver suas faculdades em todos os aspectos; é na coletividade, portanto, que a liberdade pessoal se torna possível” (MARX, 2004, p. 112).

Portanto, ao longo da história, as mulheres vão se organizando pelo mundo e desencadeiam uma série de reflexões, por meio de suas lutas, pelo reconhecimento social junto aos movimentos feministas. Tudo isso resulta em mudanças de postura das outras mulheres nas décadas posteriores. Esse é o entendimento de Beauvoir (1970, p. 74):

> A igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública. "A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não fôr mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante.

Nesse sentido, o processo investigativo aqui utilizado se deu de forma participativa, com base no seguinte princípio: “qualquer ser humano é em si mesmo e por si mesmo, uma fonte original e insubstituível de saber [...] de um saber de partilha onde o objeto de pesquisa é tratado como co-sujeito da investigação” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 13).

No entanto, para desenvolver qualquer tipo de pesquisa, é necessário se ter um método. Entende-se método como um conjunto de regras; um caminho adequado para se conhecer um fenômeno e se abrirem outros caminhos; procedimento para investigar e conhecer.

Sabe-se que, para entender uma determinada questão, faz-se necessário o uso de um método adequado. Como diz Candiotto (2011, p. 13),

> significa que o conhecimento não é algo natural do ser humano, ainda que seja o desejo de conhecer. O desejo sem a determinação metódica de empreender o caminho adequado, de nada vale. Para qualquer tipo de conhecimento é necessário um método adequado e específico.

Significa dizer que, para se chegar a conhecer algo desconhecido, exige-se um método para se investigar um determinado tema ou questão que se apresenta como desafio. Desde o princípio, os seres humanos buscam conhecer aquilo que lhes parece estranho ou sem uma explicação. Mas, para se chegar ao nível do conhecimento, torna-se imprescindível sempre haver uma questão, para a qual será buscada uma dada resposta e algum método de investigação.

A técnica da análise de conteúdo (A.C) aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significados que atores sociais exteriorizam no conteúdo analisado. Isso permite ao pesquisador o entendimento das representações que o indivíduo apresenta em relação à sua realidade e à interpretação que faz dos significados à sua volta. A análise de conteúdo é definida com um conjunto de técnicas de análise de comunicações, sendo utilizadas em procedimentos sistemáticos. Bardin (2006, p. 38) define a análise de conteúdo como

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de discrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas).

Um segundo momento histórico da análise de conteúdo, esclarece Bardin (2006), é caracterizado pela expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico. Segundo a autora, a "analise de conteúdo se faz pela prática" (BARDIN, 2006, p. 45) e tem por finalidade "as deduções lógicas e justificadas referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou eventualmente, os efeitos da mensagem)" (BARDIN, 2006, p. 37)

Nesse contexto, a análise de conteúdo se apresenta dividida em três etapas:

- **Pré-análise** – esta é a etapa da organização do material a ser analisado e da sistematização das ideias;
- **Exploração do Material** – trata-se de analisar o material que foi organizado; é a análise propriamente dita;

- **Tratamento dos resultados, inferência e interpretação** – o pesquisador, por meio dos resultados significativos, poderá realizar inferências e interpretar os dados coletados.

Desse modo, a análise de conteúdo tem o objetivo de caracterizar e interpretar o teor de um conjunto de textos por meio de descrições sistemáticas, tanto qualitativas como quantitativas, reinterpretando-os, como também adquirindo a compreensão de significados num âmbito além da leitura comum.

Para essa interpretação e análise dos conteúdos, de acordo com o que apresenta Bardin, a **Pré- Análise** cumpre três missões. A primeira consiste na escolha dos seguintes documentos para leitura: teses e dissertações, livros, periódicos, blogs, artigos científicos publicados em Anais, revistas online relacionados ao tema de investigação. Este momento é classificado como "leitura flutuante" (BARDIN, 2006, p. 90). A segunda, na escolha de Atas da associação, como também jornais regionais que trataram especificamente da luta pela terra em Amarela I e II. A terceira missão é a da formulação de hipóteses e dos objetivos. Para esta pesquisa, interessa saber se o protagonismo das mulheres na luta permitiu a elas uma mudança de postura frente à ordem machista dominante e quais foram os aprendizados obtidos.

A segunda etapa, em conformidade com Bardin, se caracteriza pelo **tratamento de todo o material** que juntamos desde a pré-analise, o qual dará corpo e fundamento a esta pesquisa.

Para compor a terceira etapa da organização da análise, foram realizadas entrevistas, que serviram de base ao entendimento de como se deu o protagonismo das mulheres na lua pela terra. Além das falas, serão observados gestos e atitudes. Assim, a análise de cada material será feita por etapas, como orienta Bardin (2006). As entrevistas foram gravadas e, depois, transcritas para, em seguida, serem agrupadas de acordo com as questões da pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada. De acordo com Demo (1995), trata-se de uma atividade científica que permite, ao pesquisador, descobrir a realidade. Essa modalidade de entrevista utilizada no presente estudo teve como finalidade obter o maior número possível de informações sobre as vivências que foram fundamentais para que as mulheres de Amarela I e II protagonizassem a luta pela terra. A entrevista, para Duarte (2004), é fundamental, quando se faz necessário mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos. Permite, ao pesquisador, um mergulho em profundidade, fundamental para se compreender a lógica que

preside o interior de cada grupo. Daí em diante, serão extraídas as categorias que darão base a esta pesquisa e construída a dissertação.

Em termos metodológicos, foi elaborado um roteiro[9] para nortear as entrevistas realizadas com as camponesas; como também, um questionário[10] aplicado à presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu–PB (STRSMT)[11]. Para tanto, foram escolhidas 4 mulheres[12]: 3 residentes em Amarela I, e 1 em Amarela II. Essa escolha foi feita mediante a atuação delas na luta pela conquista da terra, como também a sua atuação junto à Comissão Pastoral da Terra – CPT e às organizações da Associação dos Trabalhadores Rurais, tanto de Amarela I como Amarela II. Dessa maneira, contribuíram com esta pesquisa as seguintes camponesas que, em todo momento foram, co-sujeitos do processo investigativo.

1) Rosinha – 48 anos, mãe, mulher militante e residente em Amarela II, participou ativamente da luta pela conquista da terra e era integrante da comissão, formada em assembleia pelos camponeses e as camponesas, para liderar as ações necessárias do movimento. Foi presa em um dado momento. Mas nunca desistiu de lutar pelo seu "pedaço de chão" e ajudar seus companheiros de luta, Até hoje, atua na comunidade que reside e participa da diretoria do SRTSMT e de grupo de mulheres. Possui o 1º ano do Ensino Médio.

2) Nenê de Catolé – 53 anos, mãe, mulher militante, residente em Amarela I, trabalhou ativamente na luta pela conquista da terra. Sofreu tentativa de assassinato, pelo seu companheiro, por participar das reuniões e mutirões pela defesa do direito de trabalhar na terra onde viviam. No entanto continua produzindo em seu lote de terra. Atualmente, ocupa a função de vice-tesoureira da Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I. Possui o Ensino Fundamental incompleto.

3) Joana de Amarela – 44[13] anos, mãe, mulher militante residente em Amarela I, participou ativamente da luta pela conquista da terra. Até hoje, participa das atividades na comunidade. Foi secretária adjunta da Agricultura por 5 anos na Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu–PB. Também participa do Conselho Municipal de Agricultura Familiar e da Comissão da Feira Agroecológica do Agreste. No momento presente, ocupa a função de vice-presidente

---

[9] Apêndice A. Roteiro de entrevista das camponesas.

[10] Apêndice B. Questionário apresentado à presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu–PB (STRSMT)

[11] Escolheu-se esta técnica devido às inúmeras tarefas da entrevistada, que não nos permitiu realizar a entrevista conforme planejado. Outrossim, o tempo para concluir esta pesquisa.

[12] Apêndice C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Entrevistas.

[13] Atendendo sugestão da entrevistada, foram realizadas duas sessões de entrevista. Isso porque, no entendimento dela, durante a primeira, ocorrida no dia 17/07/2015, não fora convincente em seu depoimento, devido aos seus problemas de hipertensão. Por essa razão, optou por realizar uma segunda sessão de entrevista, no dia 28/08/2015.

da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento onde mora. Permanece produzindo no lote de terra onde vive com sua família. Possui o Ensino Fundamental incompleto.

4) Dona Moça – 52 anos, mulher, militante residente em Amarela I, participou ativamente da luta pela conquista da terra. No momento atual, participa do Conselho Municipal de Agricultura Familiar de São Miguel de Taipu–PB. Também ocupa a função de fiscal na Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I. Continua em seu lote de terra, produzindo alimentos agrícolas. Possui o Ensino Fundamental incompleto.

5) Lia Antero[14], 67 anos, presidenta do STRSMT, pela sua contribuição, junto à entidade, dada aos trabalhadores/as rurais de São Miguel de Taipu. Participou ativamente de todo o processo de luta pela conquista da terra dos sete assentamentos existentes no município. Nos dias que correm, é vereadora da Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu–PB, pelo Partido dos Trabalhadores–PT. Continua sua missão, como ela mesma diz, no sindicato, ajudando e orientando os trabalhadores.

Foram consultados, também, documentos da associação e jornais de circulação da época do conflito de (1993 a 1995), para identificar o objeto da pesquisa em referência. O Ponto de partida desta foi a trajetória de vida de cada mulher, suas experiências e vivências concretas que serão fundamentais na construção do conhecimento.

A atuação destas mulheres representa uma ruptura com o lugar instituído para as mulheres ao longo do tempo. No desenrolar da luta, elas foram protagonistas do fazer histórico, social, político e cultural. Além de transformar a realidade imposta pela classe dominante agrária, também desconstruíram um ideário cultural patriarcal que as limitavam a atuar em determinados espaços. No decorrer do processo de luta, união e articulação, elas construíram sua emancipação, autonomia e libertação, partindo da esfera individual de cada uma para a esfera coletiva da dinâmica própria da luta junto com os homens. Passavam, assim, da consciência ingênua para uma consciência crítica, que só se fez possível pela práxis, pleiteada na busca pela libertação (FREIRE, 1987).

Assim, este estudo organiza-se em três capítulos, distribuídos da seguinte forma. O presente Capítulo contém a INTRODUÇÃO, onde apresento o objeto de pesquisa e a problematização, os objetivos e a metodologia de investigação.

---

[14] A escolha da presidenta do Sindicato se deu face à sua participação, junto com as mulheres, na luta pela terra em Amarela I e II, sendo ela uma motivadora da atuação das mulheres. Como ela mesma diz: "*As mulheres tinham medo de participar; foi através de minha pesso, de chegar na casa delas e dizer que elas eram importantes. Tem mulher que formou-se hoje na luta junto com os outros; começou a sentir que a luta ia mais além".*(DEPOIMENTO DE LIA ANTERO, CONCEDIDO EM 29/08/2015*)*

O segundo Capítulo traz uma reflexão sobre a Educação Popular e as Organizações das Mulheres Camponesas, focalizando as mulheres camponesas e seu protagonismo na desconstrução do preconceito e do machismo na sociedade. Por esse viés e à luz da teoria, busca-se visualizar a atuação da mulher nas organizações sociais feministas. Reforçando essa discussão, são tecidas algumas considerações sobre as contribuições da Educação Popular (EP) ao longo do desenrolar histórico, referentemente ao debate sobre igualdade de oportunidades, econômica, cultural, intelectual ou política. Nesse sentido, analisam-se as discussões teóricas sobre gênero e se questiona em que momento elas se fizeram importantes dentro do debate sobre Educação Popular. Nesse âmbito, reforça-se a importância de se fortalecer a linha do diálogo entre estas duas correntes de pensamento, a educação popular e as teorias sobre gênero, para promover o desenvolvimento pleno da relação homens e mulheres na construção da sociedade, de forma relacional e igualitária, valorizando as particularidades de qualquer indivíduo, independentemente do sexo ou gênero.

No terceiro Capítulo, busca-se compreender a Luta pela Terra no Brasil e na Paraíba, por meio de um breve histórico, como também analisar, grosso modo, a forma ordenada da construção agrária e a participação da mulher na esfera nacional, estadual, municipal, dando destaque a nomes como Margarida Maria Alves e Elizabeth Teixeira, as quais foram destaques nacionais e mundiais na luta pelos povos oprimidos do campo. Para tanto, apresenta-se uma breve retrospectiva acerca das lutas dos camponeses e das camponesas frente à elite agrária dominante, tendo como alvo a terra e, intrinsecamente, a ela, a liberdade de cultivá-la. Dessa forma, também se enfatizam as lideranças femininas no âmbito municipal. Igualmente, de forma suscita, traça-se um esboço a respeito da formação da identidade de gênero.

No quarto Capítulo, destaca-se O Protagonismo da Mulher na Luta pela Terra em Amarela I e II, considerando que elas foram fundamentais para que houvesse as transformações sociais necessárias, tanto no âmbito cultural como no agrário. Através de seu protagonismo, desconstruíram o lugar cultural que lhe era aferido na participação de vivência. A atuação delas resultou, também, em mudanças alusivamente ao uso das terras do município. O latifúndio deu lugar a sete assentamentos, e a monocultura à policultura familiar. Com isso, as mulheres foram responsáveis ou agentes modificadores dessas transformações.

No quinto Capítulo, apresenta-se Os Aprendizados das Mulheres em Luta, compreendendo os saberes adquiridos por elas durante o processo de luta pela conquista da terra. Também se discorre sobre a importância dos mencionados saberes na mudança da postura social e cultural das mulheres na sociedade. Esse movimento, por elas empreendido,

resultou na transformação da ordem sociocultural vigente, no qual as mulheres do assentamento eram vistas e entendidas como seres passivas e limitadas apenas aos afazeres domésticos e as cuidados dos filhos. Saindo dessa condição, para a luta em defesa de seu pedaço de chão, elas mudaram não apenas o modelo fundiário monocultural imposto desde os tempos da colonização, como também transformaram uma ordem cultural machista[15] que lhes condicionava ao ser menos, no que se refere à ação. A atuação no processo de transformações sociais secularmente historiografadas sempre foi mérito dos homens, mesmo sendo notório que elas sempre atuaram conjuntamente com eles. As mulheres não eram mencionadas nos registros oficiais. Por isso, elas fizerem e se fizeram no movimento pedagógico pela conquista da terra. No empreendimento das ações, perceberam que poderiam ter vez e voz, podendo, ainda, ir muito mais além.

Após essa longa trajetória investigativa, cabem ainda Algumas Considerações, que apontam para a finalização desta etapa de pesquisa, em nível de mestrado, apontando também para novas proposições no campo dos estudos, tendo como referência as relações de gênero nos espaços rurais, nos quais se destacam como protagonistas as mulheres camponesas.

[15] A transformação da ordem machista não ocorreu em sua totalidade, tendo em vista uma cultura secular construída socialmente. O protagonismo das mulheres em Amarela I e II promoveram mudanças pontuais e conquistas parciais que se deram ao longo do processo de luta pela conquista da terra. Adiante, será feita menção a esse fato

2 A EDUCAÇÃO POPULAR E AS ORGANIZAÇÕES DAS MULHERES CAMPONESAS

Como afirmam Schneider e Machado (2006), o Movimento Feminista surgiu nos EUA, na segunda metade dos anos 1960, e se propagou pelos países do Ocidente. Devido às ações desse movimento, as mulheres deixam de se ver apenas como um ser dependente do homem, inferior e sem opinião própria acerca das questões políticas e sociais. Segundo Ferreira (2009a, p. 262):

> Os movimentos feministas, como ação organizada, contribuíram para mudar a situação da mulher na sociedade, tentando eliminar as descriminações a que ela está sujeita. Surgiu justamente da luta por uma educação voltada ao público e não para o privado (doméstico) com maiores oportunidades de acesso, ampliação do mercado de trabalho, salários e direitos trabalhistas iguais aos dos homens e maior proteção à maternidade.

Essa reconfiguração dos estereótipos ocorreu graças às mulheres, que não aceitaram passivamente os ditames machistas. Uma delas, como bem esclarece Teles (1993), foi Nísia Floresta Augusta,[16] considerada a primeira feminista do Brasil. Sua luta se deu em defesa da abolição da escravatura, ao lado de propostas como educação e emancipação da mulher e instauração da república.

Necessário se faz lembrar que estas mulheres, em contextos onde o poder masculino predominava, não se abstiveram de lutar pelo direito de serem ouvidas e de exercerem seu protagonismo. Estudos feitos por Simone de Beauvoir (1970) ajudaram a sociedade a entender as mulheres como um grupo reprimido pela cultura machista, responsável pela submissão ao homem. Gebara (2002) elucida que, no patriarcado, há uma produção sociocultural latente do sexo feminino. Apesar disso, as mulheres pouco aparecem como protagonistas, atribuindo-se ao homem o papel de provedor de toda cultura e da história tida como oficial.

---

[16] Nísia Floresta Augusta foi a precursora do feminismo brasileiro, educadora escritora e poetisa Dionísia Pinto Lisboa, que adotou o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, nasceu no dia 12 de outubro de 1890, em Papari, hoje município de Nísia Floresta no Rio Grande do Norte. Casou aos 14 anos, separou em 1824, seguindo seus pais que mudaram para Pernambuco devido às perseguições políticas e casou-se novamente teve duas filhas e ficou viúva aos 23 anos de idade. Fundou colégios para meninas no Recife, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. No colégio Brasil, que fundou no Rio de Janeiro, era a professora de quase todas as disciplinas. Além das suas atividades como educadora, colaborou também com vários órgãos da imprensa como o Jornal do Brasil, Correio Mercantil, Diário do Rio de Janeiro e Brasil Ilustrado. Foi uma ferrenha lutadora pelos direitos da mulher, do índio e do escravo. Informação Disponível em: http:// www.basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com. Aceso em 08 de dezembro de 2014 às 23h e 11 min.

No lastro do desenvolvimento do Movimento Feminista Mundial, o Brasil se destaca pela atuação das mulheres no combate ao preconceito encortinado e à exclusão social delas, como conclama Stephen (1996 p. 33).

> A razão principal pela qual uma atenção formal aos direitos das mulheres no Brasil resultou em mudanças concretas está claramente associada à presença de um forte movimento de mulheres. Uma ampla variedade de organizações de mulheres de base surgiu nos anos 70 e 80 neste País como parte do maior, mais diverso e, provavelmente, mais bem-sucedido movimento de mulheres de toda a América Latina.

Colling (2004, p. 31) resalta que, "na década de 1960, as mulheres quiseram contar a sua história, olharam para trás e viram que não tinham nenhuma". Muitas foram caladas, da forma mais desumana, mas outras continuaram a luta pelo direito de ter direitos, negados pela sociedade patriarcal machista dominante. Em consonância com o ponto de vista de Castells (2002), é possível afirmar que o patriarcalismo pode ser entendido como uma estrutura em que a autoridade é imposta, de forma natural pelo homem, à mulher e aos filhos, do âmbito familiar às mais complexas relações sociais.

A história oficial foi escrita pelos homens e feita por eles, desconsiderando uma série de fatos referentes às mulheres. Na tentativa de desqualificar a mulher enquanto ser social, uma versão oficial vê na prostituição a mais antiga profissão do mundo. Conforme Conte (2009), as investigações históricas e científicas dizem que as mulheres não precisavam submeter seu corpo para ganhar a vida. O que se sabe é que, na sociedade primitiva, as mulheres desenvolviam papel de lideranças nas tribos e junto às clãs familiares, pois detinham conhecimentos ligados à técnica de agricultura e horticultura e produziam instrumentos para cultivo agrícola. Afirma Conte (2009, p. 4):

> Na sociedade primitiva, as mulheres detinham bem mais saberes acumulados necessários à sobrevivência, que os homens, por exemplo. Constata-se que elas desenvolveram, além da técnica da agricultura e horticultura, os primeiros instrumentos para o trabalho agrícola, bem como para o preparo de alimentos. Criaram, também, técnicas de construção de abrigos, a cerâmica e a tecelagem. Junto a isto, as primeiras formas numéricas e o calendário, ligados a seu ciclo menstrual e à reprodução. Logo: as mulheres não estavam à mercê dos homens, uma vez que conheciam os mistérios da natureza, e deles, as possibilidades de cura, de vida e de morte.

Há mais de quinhentos anos se arrasta a exclusão de gênero. No século atual, porém, faz-se necessária uma mudança, principalmente no que se refere aos discursos de ordem machista que sempre representaram uma corrente de opressão, impedindo que as mulheres

exercessem seu protagonismo nas questões sociais e políticas. Mas urge que as transformações se façam na superestrutura, como destaca Schneider (2006, p.20): "É preciso mudar a superestrutura cultural psicológica da sociedade e, sobretudo, reinventar formas de produção e de exercício de poder que tenham as mulheres como sujeitas". Ou seja, elas precisam criar seu próprio padrão social e político no desenvolvimento de suas ações, pois ainda se exige delas que, no exercício de um cargo público antes comandado por homens, elas assumam o mesmo comportamento deles. Assim procedendo, muitas vezes abafam a sua identidade feminina e se sentem, até, obrigadas a se masculinizar; ou mesmo se sentem impedidas de ter vaidades devido ao preconceito produzido por meio da linguagem que vai sendo naturalizada pela sociedade. Azeredo (2007, p.28) declara como esse preconceito é construído nas relações de alteridade.

> O processo de produção de preconceito é muito complexo e começa muito cedo em nossas vidas. Nascemos em um mundo povoado com discursos e palavras, palavras que têm um sentido para as outras pessoas que nasceram antes de nós. A palavra começa a fazer sentido para mim quando eu me aproprio dela, lhe dou minha intenção, falo com meu próprio sotaque.

Dessa forma, as mulheres vão assumindo uma identidade de comportamento social engendrado em uma estrutura social machista, patriarcalista e sexista. Por essa razão, vão assumindo, elas mesmas, o discurso dos dominadores. De acordo com Bourdieu (2002, p. 4), "a lógica da dominação [é] exercida em nome de um princípio simbólico conhecido tanto pelos dominadores quanto pelo dominado". Sendo assim, a dominação se dá também no âmbito da linguagem, no discurso tanto das mulheres como dos homens. Estes discursos preconceituosos de ordem machista, a exemplo de "a mulher é sexo frágil inferior ao homem", acabam sendo naturalizados nas falas de ambos. Para se chegar a uma linha de diálogo que possa desconstruir essa construção de palavras preconceituosas socialmente produzidas, faz-se necessário entender a ordem de dominação sobre os homens e as mulheres desde o início da história.

As mulheres, em especial as do campo, as qual constituem os sujeitos de estudo desta pesquisa, ainda enfrentam o preconceito de gênero. Por isso, a questão de gênero tem sido discutida e enfrentada pelos movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem buscado orientar estas mulheres, recolocando as questões de gênero em pauta em suas discussões no âmbito da luta pela terra. Com isso, várias mulheres são instigadas a participar da luta em defesa da terra. Nesse processo de afirmação do protagonismo feminino, em vários estados a CPT serviu de alicerce para que estas mulheres fossem vistas como

sujeito participante no exercício pleno da cidadania. Através dela, surgiram várias organizações de mulheres, como assegura Ferreira (2009b. p. 272):

> A CPT foi criada em 1975, em meio às lutas pelo fim da ditadura e pela abertura política em nosso país. A CPT avulta, hoje, como a organização camponesa mais antiga em plena atividade, em nosso e em outros Estados brasileiros. Entidade rural ligada à Igreja Católica, a CPT também desfruta do privilégio de ter sido a primeira organização pastoral a introduzir a discussão de gênero nos debates de formação religiosa. Desta discussão que, longe de arrefecer, permaneceria em pauta ao longo desses anos, participariam, inicialmente, várias camponesas do Brejo paraibano que criaram, em 1981, dentro da própria CPT, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo.

A Paraíba é um Estado privilegiado em referência à participação da mulher na esfera política e social, na organização de sindicatos e atuação em movimentos sociais. Podem ser citados alguns nomes que constituem referências estaduais e nacionais: Margarida Maria Alves[17], líder sindical, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, morta em 1983 pelos latifundiários, e Elizabete Teixeira, que, após a morte do esposo, João Pedro Teixeira, em 1962, assume o comando das Ligas Camponesas.

Nesse contexto, as mulheres camponesas começam a exercer seu protagonismo, influenciado principalmente pela ala progressista da Igreja Católica. Esta, embora não abdique da sua visão restrita e conservadora sobre as questões sexuais, privilegiando os homens e coibindo as mulheres da participação na construção social da história, alusivamente às relações de igualdade entre homens e mulheres, promove a discussão pleiteada por alguns representantes desta Instituição. Dessa maneira, desperta a consciência social e política das mulheres. Com o total apoio da CPT na luta pela terra, essas mulheres assumem seu papel social, reivindicando direitos de igualdade em relação ao homem, bem como participação política. "A atuação de forma efetiva das mulheres camponesas começou a ser desencadeada na segunda metade da década de 1970, pois as maiores conquistas delas se deram no centro urbano" (FERREIRA, 2009a, p. 262).

---

[17] A memória, história de Margarida Alves fala de resistências e conquistas do povo do campo: luta pelo direito à terra, pelos direitos trabalhistas do/a trabalhador/a do campo, luta pela auto-organização das mulheres do campo, luta pela EDUCAÇÃO do/a trabalhador/a rural, LUTA CONTRA O LATIFÚNDIO. Foi presidente do STR de Alagoa Grande, da Comissão Pró-CUT, da CONTAG e do CENTRU. Foi filiada ao PT em 1981. Sua ficha de filiação foi abonada por Maria da Penha Nascimento Silva, outra grande companheira/sindicalista de luta. SUA MORTE FOI ENCOMENDADA POR UM COLETIVO DE OLIGÁRQUIAS, TODAS LIGADAS AO GRUPO DA VÁRZEA. Foi BARBARAMENTE ASSASSINADA no dia 12 de agosto de 1983. Informação disponível em: WWW. MST.org. br/2014/09/17camponeses-conquistam-fazenda-onde-margarida-alves-foi-assassinada. HTML. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

As mulheres do campo vão se firmando enquanto um grupo a que, historicamente, foram negados vários direitos, lutando até mesmo contra seu próprio gênero, amordaçado pela cultura machista dominante. O ingresso da mulher na luta pela terra deu-se através não só da luta de classe, como também do enfrentamento das questões seculares de gênero, como a igualdade de participação política e econômica.

No MST, as mulheres hoje desempenham um papel fundamental na luta pela terra e na luta por educação no/do campo (CALDART, 2004). As discussões sobre gênero, no âmbito do movimento, começam a ser promovidas pelas mulheres em meados de 1990 (MST, 2015, *online):* "O setor de Gênero do MST é fruto de uma longa trajetória de luta das mulheres sem terra por maior participação no MST, para conquistarem mais oportunidades de serem dirigentes e militantes do movimento". Dessa forma, as mulheres no MST sentiram a necessidade de criar um setor que tratasse especificamente das questões de gênero. Isso ocorreu no ano de 2000, quando elas perceberam a importância da participação, com vistas a elevar o nível de consciência das mulheres e da sociedade em geral. Sob esse ponto de vista, as mulheres, por meio da participação, começam a mudar estruturas hegemônicas de ordem machista. Na busca pela liberdade, elas se engajaram na luta política e social, passando a questionar a sua própria condição de ser mulher, ou seja, os papéis sociais aferidos a elas (BEAUVOIR, 1970).

Nesse sentido, Schwendler (2009, p.208) esclarece:

> A participação das mulheres nas diferentes instâncias na luta pela terra, assumindo uma identidade própria, como "mulheres sem-terra", têm possibilitado a transgressão de sua invisibilidade social e política. Segundo Pinto (1992), com a inserção das mulheres nos movimentos sociais de caráter popular, elas deixam de atuar apenas nos limites do privado, provocando novas relações no interior da família e seu entorno; passam a articular, no âmbito do movimento, lutas diferenciadas em relação aos homens, como é o caso do Coletivo de Gênero, criado em 1996 dentro do MST, e, ainda, passam a questionar a própria condição de mulher.

As mulheres, em especial as do campo, foram sumariamente oprimidas: primeiro, pela cultura societária de cunho machista; segundo, no âmbito familiar, pelos homens de sua família; por último, pelos seus companheiros e esposos. Todavia, mesmo nesse ambiente hostil, estas mulheres se organizaram, foram à luta e não se curvaram diante das correntes da opressão. Dessa forma, criaram um caminho em meio aos espinhos.

O ir à luta se caracteriza como condição *sine qua non* para a libertação. Entretanto esse processo de negação e afirmação, importantíssimo na conquista da libertação, não é fácil. O próprio Paulo Freire, no livro **Pedagogia do Oprimido** (1987, p. 35) esclarece: "a

libertação, por isto é um parto. É um parto doloroso”. As mulheres subsistiram por anos em um mundo vexatório de exclusão social, mas não deixaram de se organizar na luta contra a hegemonia do modelo capitalista, que se sustenta também na opressão das mulheres e na degradação ambiental, entre outras ações.

Uma dessas organizações de destaque nacional é o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Surgiu em 2004 (MISOCZKY; SILVA; GOULART, 2010), aglutinando mulheres de vários segmentos sociais que lutam na defesa dos direitos delas, bem como na construção de sua própria identidade, como afirma Conte (2009, p.6).

> A construção da identidade feminista no MMC acontece no decorrer do processo de crescimento rumo à consciência crítica, em que as mulheres passam a sentirem-se livres, sem medo de dizer o que pensam e tornam-se donas de suas vontades. Tal construção é um processo árduo ante a sociedade patriarcal machista que lhes nega voz e vez pelo fato de serem mulheres empobrecidas da roça.

Outro movimento organizado pelas mulheres, e que se constitui em referência para esta pesquisa, é a Marcha das Margaridas, surgido na Paraíba em 2000. Reunidas naquele ano, as mulheres reivindicaram que os assassinos de Margarida Alves fossem punidos, Foi um movimento muito importante, através do qual elas exerceram seu protagonismo na luta por sua liberdade social. Ferreira (2009b, p. 68) esclarece:

> Desde agosto de 2000, as camponesas organizam a Marcha das Margaridas, contra a fome, a pobreza e a violência sexista, reavivando permanentemente a memória de Margarida. Segundo as lideranças camponesas, a partir do acúmulo de suas reflexões, dois fatores sociais, além da pobreza, marcam essencialmente a vida das mulheres no campo: a violência e a sua exclusão da educação.

A Marcha das Margaridas tem representado, no cenário mundial, uma ruptura no discurso sobre as questões de gênero. Além de reivindicar, para as mulheres, o direito de participar da construção da sociedade, também denuncia mazelas sociais como a fome, a pobreza, a violência no campo e a violência sexista. Dessa forma, dialoga e promove a reflexão, junto à sociedade como um todo, sobre questões que impedem de se ter um desenvolvimento pleno da sociedade, ancorado na igualdade de oportunidades e no respeito às diferenças e singularidades.

2.1 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR E A QUESTÃO DE GÊNERO

Gohn (2002) nos leva a refletir sobre o momento atual, em que a Educação Popular é repensada a partir da década de 1980, quando surgiram questões do tipo: o que devia ser deixado de lado? O que devia permanecer? Como orientar os novos rumos? O que precisaria ser reelaborado? Essa década representou um momento de reflexão para todos aqueles que se engajavam e lutavam por este saber construído coletivamente e que, no contexto atual, precisaria ser ressignificado, para continuar dando resposta à sociedade em defesa de uma forma de relacionamento social mais equânime, respeitando as diferenças e particularidades de cada um. Nesse contexto, foi constatado o não preenchimento de várias lacunas no campo das emoções, das individualidades, das questões de gênero, dentre outras. Dessa forma, novos territórios foram se descobrindo dentro desse novo cenário, em que a atuação em Educação Popular se tornava ainda mais emergente. Não estando a opressão presente em um único local, como se pensava décadas atrás, uma vez que se apresentava em lugares diferentes e a públicos diferentes, era necessário se refletir, junto com as classes populares, no sentido de que a libertação[18] se desse de forma coletiva. Como acentua Danilo R. Streck (2013, p. 357), "são as emergências pedagógicas que indicam também outras formas de ensinar-aprender" Assim foram surgindo novas concepções sobre a Educação Popular, das quais uma será utilizada nesta pesquisa, por se entender que ela caracteriza bem o momento atual dessa nova roupagem, dessa educação que, cada vez mais, se compromete com as causas sociais, como também com a superação de suas mazelas. Uma dessas pode ser compreendida, de acordo com Souza (2007, p.123), como

> uma pedagogia que conceitua a educação como atividades culturais para o desenvolvimento da cultura, contribuindo para superação das negatividades de toda e quaisquer culturas e para afirmação e impulso de suas positividades.

Com base na citação considera-se que a cultura popular vem se fortalecendo, no cenário nacional, pelo reconhecimento aferido à Educação Popular, no tocante às suas potencialidades e beleza. Por muito tempo, os conhecimentos empíricos das classes populares não eram considerados um saber cultural. Paulo Freire, em seus primeiros trabalhos, já apresentava grandes contribuições com relação à Educação Popular, ao levar em conta os saberes da experiência, da cultura dos jovens e adultos advindos de suas práticas de vivências e convivências diárias. Beisiegel (2010, p. 18) confirma:

---

[18] Concebe-se a libertação no sentido freireano da superação das condições de opressão visando participar das transformações da sociedade.

> Já em seus primeiros trabalhos, no Segundo Congresso Nacional de Alfabetização, em 1958, e logo em seguida, na tese de cátedra apresentada em 1959 à Escola de Belas Artes de Pernambuco, distanciando-se das orientações até então prevalecentes, o educador focalizava o analfabetismo como uma expressão da situação global da existência do homem analfabeto. "O adulto analfabeto, suas condições de vida e suas experiências existenciais deveriam determinar as orientações e as características dessa prática educativa"

Ele entendia que estes saberes deviam ser respeitados e organizados de modo sistemático pelo educador. Esse pensamento ressignificou a Educação Popular em sua postulação teórica, pois considerava os sujeitos como ser agente produtor de conhecimentos. Para Freire (1992), os conflitos sociais devem ser compreendidos de forma crítica, a fim de ajudar os oprimidos a se libertarem de sua condição.

> Uma das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. (FREIRE, 1992, p. 64)

A Educação Popular, como entende Souza (2007), visa compreender os problemas socioeducacionais da sociedade, de forma crítica e reflexiva, com o objetivo de superar os obstáculos e elevar o nível sociocultural dos sujeitos produtos e produtores da cultura. Dessa forma, reconhece as negatividades e positividades de quaisquer culturas. Por esse motivo, o presente estudo se inspira em Brandão (2002), alusivamente à Educação Popular, quando ele a considera um paradigma de educação comprometido em formar o sujeito aprenden-te, inconcluso, que sai de si mesmo para encontrar o outro, convergindo, nesse encontro, saberes nunca antes vistos. Com isso, há encontro de saberes e superação dos estereótipos culturais. A Educação Popular vem solidificar as culturais dos seres humanos, superando a ideia, socialmente produzida, de culturas superior e inferior.

Este novo cenário, iniciado nos fins dos anos de 1980, com a abertura do Estado ditatorial para uma democracia, se apresenta como um campo de investigação carregado de novos desafios para a Educação Popular, entre os quais justamente compreender essa transição e os fatores preponderantes desse processo, para que se possa ter uma discussão pautada tanto nos benefícios do Estado democrático como nos malefícios dos 21 anos de ditadura. Dessa discussão, novos territórios vão surgindo e precisam ser compreendidos, como nos ajuda a entender Danilo R. Streck:

> Os territórios são importantes para compreender a trajetória da educação popular. Primeiramente, porque o espaço é essencial para o desenvolvimento

> da vida. A globalização e as tecnologias digitais desconstruíram certa noção de territórios, mais isso não significa que as pessoas vivam suspensas no ar (2013, p. 356).

Reportando-se à citação, pode-se afirmar que compreender hoje os impactos da globalização sobre os grupos indígenas, os camponeses, as mulheres as crianças e os jovens, e entender quais os sentidos, as emoções e identidades que decorrem desse processo que é incontrolável, representa novos territórios da Educação Popular. Assim, pode-se dizer que é um campo de investigação da Educação Popular que se apresenta nos dias atuais e precisa ser estudado, para que se possam sinalizar caminhos alternativos. Ou seja, no caso dos grupos supracitados, que sofrem e sentem a ação dos impactos da globalização, eles precisam refletir sobre esta ação, para que, assim, possam ter a liberdade de escolha. Dessa forma, a Educação Popular pode ajudar nesse processo reflexivo junto às camadas populares, agora diversas, sobre as lutas de gênero, contextualizadas no paradigma pós-moderno ou pós-colonial.

Discorrendo sobre essa questão, a Educação Popular tem sido um baluarte dialógico na abordagem das questões socioculturais de gênero, concebida principalmente pela atuação enérgica dos movimentos feministas neste início de século. Também se considera que, no tocante à Educação Popular, nos espaços formais e informais conquistados pelos movimentos sociais do campo, as questões de gênero têm sido um tema que tem emergido com força crescente. Sabe-se que, graças a essas reivindicações conjuntas, muito se avançou, no que tange á reflexão do ser mulher e do ser homem na sociedade. Todavia se sabe que a cultura machista ainda prevalece com toda força em nossas relações sociais (SOUZA, 2013).

Outrora, Freire recebeu críticas das feministas norte-americanas por evidenciar, em todo curso de sua vida e nos seus livros escritos, uma linguagem machista, a qual ele mesmo expõe na **Pedagogia da Esperança** (1992). Assim, compreendendo que a transformação da linguagem se caracteriza na transformação do mundo, passou a usar o uso conjunto masculino e feminino, entendendo a forma relacional no processo de mudança da cultura opressora em detrimento da libertação dos sujeitos, como ele mesmo afirma: “um mundo em que mulheres e homens se encontrem em processo de permanente de libertação” (FREIRE, 1987, p. 22). Uma libertação que não é conquistada pelo individuo, mas, sim, com os indivíduos em um processo coletivo da ação-reflexão-ação.

As mulheres, em especial as camponesas, objeto desta pesquisa, por muito tempo naturalizaram os espaços frequentados por elas e suas atribuições sociais. Assim, foram se conformando com as ações dos opressores. No entanto aqui não se fala do tema, vendo-se os homens como inimigos das mulheres. Como já se afirmou anteriormente aqui, constata-se que

a opressão sobre elas se constitui de forma conjunta e relacional, embora o sexo masculino sempre tenha se beneficiado da anulação do sexo feminino no tocante à participação deste na construção da sociedade. Na afirmação de Freire (1987), o oprimido hospeda o opressor em si. E, segundo Bourdieu (2002), por meio dessa hospedagem, acabam naturalizando as ações de dominação sobre si. Mediante essa pré-condição, muitas vezes o oprimido acaba por relutar a fazer parte do processo em favor da sua própria libertação, como se observa em entrevistas realizadas com as mulheres de Amarela I e II. Muitas delas não quiseram participar da luta pela conquista da terra, pois entendiam que era um espaço dos homens e que elas tinham apenas como preocupação o cuidado com os filhos e o lar. Conforme assevera uma das protagonistas dessa luta, na citação seguinte,

> *as mulheres que não participaram da luta eram por que os maridos não deixavam, outras por que acreditavam que nós não iria conseguir. E as outras pelo comodismo. Ainda hoje existe em algumas pessoas, é uma das coisas que atrapalha. Achavam que mulher não pode lutar, que mulher não tem direito, que mulher tem que ficar na cozinha.* (2º SESSÃO DO DEPOIMENTO DE JOANA DE AMARELA, CONCEDIDO EM 28/08/2015)

Condicionadas a este saber, muitas mulheres de Amarela I e II não conseguiram romper com as amarras culturais que determinavam o seu lugar na sociedade, nesse caso, apenas o de dona do lar. No entanto outras, orientadas pelos princípios da libertação e autonomia do ser, romperam com os estereótipos aferidos a elas e foram à luta pelos seus direitos. No caso delas, isso só foi possível ou só aconteceu a partir da união de todos, ou seja, dos integrantes do grupo de homens e mulheres que participaram da luta em prol da conquista da terra. Daí então, as mulheres tomaram consciência das amarras culturais impostas e também da consciência de classes sociais historicamente excluídas.

Todavia, na presente pesquisa, a compreensão sobre gênero vai ao encontro das orientações freirianas relativas a práxis, libertação, autonomia e libertação dos oprimidos. Pautando esse entendimento na desconstrução de uma cultura opressora a partir do campo social das relações, não só de homens e mulheres, mas entre homens e entre mulheres, dessa forma, haverá elementos que possam dar respostas às inquietações sobre o protagonismo das mulheres na desconstrução de uma ordem social estruturada de forma relacional.

Estabelecendo-se o que seria o ser mulher e o ser homem, como diz Faria e Nobre (1997, p. 29),

> esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um. Por isso, gênero, um termo emprestado da gramática, foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e do feminino do sexo biológico Gênero é

> um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres.

Nessa perspectiva, entende-se que o ser homem e o ser mulher são caracterizados pela preferência do masculino e menosprezo do feminino, isto em uma análise conjuntural histórica, econômica, social e cultural. Percebe-se que, ao longo do tempo, sempre existiu um padrão que determinava o que era masculino e o que era feminino. Isso inclui desde roupas, cores, comportamentos, até profissões, funções sociais, comportamentos sexuais, entre outros fatores. E, como o padrão vigente na sociedade valoriza o masculino e discrimina o feminino, são geradas muitas desigualdades percebidas no dia a dia, nas relações familiares, no mercado de trabalho, na escola e em todos os espaços públicos e privados. As mulheres sofrem com a imposição desse padrão de gênero, que exige que sejam emotivas, delicadas, que tenham como prioridades na vida o casamento e a maternidade, com isso, dedicando grande parte do tempo ao cuidado com a casa e à educação dos filhos, mesmo quando trabalham fora de casa.

Ao longo do tempo, a mulher busca assumir-se enquanto ser protagonista da história, mudando uma série de rotulações e espaços que elas deveriam ocupar na sociedade. Contudo, para se estabelecer enquanto detentoras e produtoras de cultura, necessário se fez que várias delas reescrevessem rotas e rompessem com a ordem social vigente de exclusão, negação do ser, expropriação e chantagem psicossocial. O rompimento destas barreiras colocou as mulheres em um patamar de igualdade perante os homens, no âmbito dos direitos e do ser mulher em toda sua plenitude. Tal fato se efetivou por meio da práxis, uma vez que, no processo de ação e participação na luta, elas puderam refletir sobre as suas reais condições de existência, a partir do momento em que conseguiram enxergar a possibilidade de se libertar e transformar a realidade que lhes era apresentada como legal. Assim, “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 1987, p. 21).

Os postulados teóricos com relação à categoria de gênero se consolidam por intermédio de duas afirmativas básicas: a primeira, de que homens e mulheres não se separam; a segunda, de que todas as questões referentes à exclusão da mulher e socialmente produzidas ao longo do tempo se deram de forma unificada, numa construção social que precisa ser desconstruída por mulheres e homens.

> Demasiado recente para que pudesse entrar nos dicionários ou na Encyclopedia of Social Science – as feministas começaram a utilizar a palavra gênero mais seriamente, num sentido mais literal com uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. (SCOTT, 1995, p. 3)

Tomando como base a citação acima, percebe-se que a questão de gênero possui três categorias de análises classificadas em duas vertentes de pensamento, segundo Joan Scott: as realizadas pelas teorias do patriarcado e pelas pesquisadoras marxistas e as realizadas pelas análises psicanalíticas.

No entanto Scott ressalta que o termo *gênero* não pode está dissociado das questões inerentes à construção social de homens e mulheres. Não se pode entender esse termo apenas como se tivesse falando das mulheres, haja vista existir também uma relação social e cultural entre eles, no seu fazer histórico. Por outro lado, muitas postulações sobre a temática fizeram esta separação ligada às explicações biológicas. Esta concepção se desfaz nas palavras de Scott (1995, p. 6):

> Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar a luz e de que os homens tem uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "conteúdos culturais" – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Scott também fala que os historiadores e as feministas têm postulado uma série de abordagens sobre a análise de gênero, resumida em três posições teóricas:

> Os/as historiadores/as e as feministas têm empregado uma variedade de abordagens na análise do gênero, mas essas podem ser resumidas a três posições teóricas. [...] **A primeira,** uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. **A segunda** se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. **A terceira,** fundamentalmente dividida entre os pós-estruturalismo francês e as teorias angloamericanas de relação do objeto (object-relation theories) se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 1995, p. 8)

Não se pretende, neste estudo, aprofundar essa temática. Ela apenas é balizada como elemento norteador da compreensão das questões de gênero no tocante aos postulados históricos da Educação Popular. Para que essas questões fizessem parte das discussões neste campo de pensamento, foi necessário se proceder a um balanço paradigmático, metodológico e teórico da Educação Popular, conforme Puiggrós (1994, p. 18) – que fala sobre o balanço paradigmático das políticas e metodologias sobre educação popular e as novas postulações e descobertas apresentadas nos fins dos anos de 1980 –, "comenzó a producirse um desplazamiento de gran parte de las experiências de educación popular, desde el campo revolucionário tradicional hacia un nuevo compo problemático, el de la defensa de los

derechos humanos". Novos territórios foram surgindo, dentre eles a temática referente às mulheres, aos indígenas, aos meninos e meninos de rua, aos camponeses, aos negros, ao campo das emoções, assuntos que foram deixados de lado no campo teórico e prático de investigação da educação popular (GHON, 2002; STRECK, 2013; PUIGGRÓS, 1994).

Assim, com o surgimento de novos espaços, novas discussões e metodologias precisam ser efetivadas, para que a educação popular continue a dar resposta aos sujeitos sociais e a contribuir para emancipá-los. Joan Scott fornece embasamentos acerca da aquisição de novos sentidos pelos vocábulos ao longo do tempo, sendo necessário considerar todo um contexto histórico de mudanças. Segundo ela: "aquelas pessoas que se propõem codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história" (SCOTT, 1995, p. 2). No terreno da Educação Popular, as discussões concernentes a gênero surgiram a partir dos anos 1980, de acordo com Puiggrós (1994).

Tendo em vista os novos contextos em que se insere a Educação Popular, o debate mais aguçado sobre a mulher como objeto de estudo é preocupação dos educadores populares e tem como referência o Seminário sobre Educação Popular em América Latina y el Caribe, realizado em La Paz, Bolívia, no período de 9 a 14 de julho de 1990. Esse seminário reuniu vários educadores populares e tinha o objetivo de refletir acerca do discurso e das práticas da Educação Popular na America Latina (GADOTTI E TORRES, 1994). Nesse evento, houve o interesse de se compreender a dinâmica das mulheres ao longo do tempo, como também o seu fazer através de suas vivências e experiências, decorridas de sua atuação junto aos movimentos sociais de mulheres ao redor do mundo (GADOTTI E TORRES, 1994). Ou seja, o coletivo de mulheres despertou, nos estudiosos das ciências humanas e sociais, o interesse por suas questões, buscando, dessa forma, entender as suas reivindicações.

De acordo com Gadotti e Torres (1994), Guzmán (1994) e Paiva (1986), a partir dos anos 1990, os educadores populares se voltam para o entendimento de outras formas de organização social, deixando de lado a unificação das massas, pensada segundo os ditames ditatoriais vivenciados na América Latina. Como já não existia uma unidade de pensamento, nem se tinha um inimigo ou apenas um opressor comum, a Educação Popular, propondo-se analisar as opressões na sociedade, no âmbito dos grupos e dos direitos humanos, começa a participar desse debate, no sentido de compreender as necessidades dos povos e promover as transformações sociais necessárias a uma vida mais humana e igualitária.

Portanto, segundo os autores citados, a partir desse momento, as análises da sociedade passaram a ser feitas de forma micrológica, e não macrológica. Com isso, voltou-se a discutir

a construção cultural de cada grupo sobretido, no tocante às suas vivências, experiências, sonhos, desejos e emoções.

Assim, ao longo das décadas, as mulheres vêm se fortalecendo, cada vez mais, como objeto de interesse da Educação Popular. Fleuri e Muraca (2013) indicam que a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED) tem sido um espaço para discutir gênero, exclusivamente no grupo de trabalho GT 23, dirigido às relações de gênero e sexualidades. O GT 06 de Educação Popular também têm contribuído muito para elevar a reflexão sobre as relações de gênero, conforme Fleuri e Muraca (2013, p.96), "o GT 06 tem contribuído de modo significativo para este debate, tendo sido um dos grupos que, no início da década de 2000, tem contado de modo mais constante com trabalhos relativos ao tema". Este é um dos espaços onde são analisados os aprendizados das mulheres, resultados de suas vivencias e experiências nos movimentos de mulheres dos diversos países.

As conquistas da mulher e a visibilidade dada por meio dos debates realizados pelas ciências humanas e sociais e pela Educação Popular resultam da participação coletiva das mulheres, de forma efetiva, na luta pelos seus direitos. Assim, o debate sobre assuntos atinentes a gênero no campo da Educação Popular se faz necessário, por se compreender que as amarras do preconceito e da subordinação impostas à mulher, ao longo do tempo, precisam ser desfeitas por meio do diálogo e da investigação de suas causas históricas.

As mulheres, de maneira organizada, conseguiram que suas postulações fossem reconhecidas. Por essa razão, as questões de gênero precisam ser entendidas no sentido do fortalecimento das causas das mulheres, para que este coletivo participe, efetivamente, da construção da sociedade, como também da reinscrição de rotas tão padronizadas. É preciso reconhecer, nas relações sociais entre homens e mulheres, os caminhos que levarão, de forma dialógica, a uma nova sociedade composta por uma nova forma de relação entre esses sujeitos.

Todavia as mulheres, por meio de suas ações, vêm desconstruindo a maneira como a sociedade enxerga-as, carregada de rótulos predeterminados, cheia de regras e projeções que acabam por silenciá-las. Como bem esclarece Michelle Perrot (2012, p. 17),

> Em muita sociedade, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a statis, desordem. Sua fala em público é indecente. 'Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão.' Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno.

Sabe-se que, ao redor do mundo, por uma questão religiosa e cultural de ordem machista, as mulheres ainda são recluzas de seus direitos. Por outro lado, muito se tem avançado. No entanto, se ainda persiste no mundo a dominação masculina, não se pode ainda falar em igualdade entre os sexos.

Considera-se, todavia, que as lutas das mulheres no mundo têm representado um avanço. Com isso, vem mudando a postura da mulher no decorrer do tempo. Essas mudanças, mesmo que sejam territoriais, não se deram ainda de forma geral; acontecem por meio do debate no campo das organizações e movimentos de mulheres e feministas ao redor do mundo. Essas formas de participação vêm sendo submetidas à luz das discussões teóricas, políticas e educacionais, junto aos setores públicos que começam a repensar o papel da mulher na construção da sociedade. Elas também são sujeitos de direito de políticas sociais que as protegem da arrogância masculina, a exemplo, no Brasil, da Lei Maria da Penha.[19] Sem aprofundar o assunto, esclareça-se, a citação da referida lei tem em vista o entendimento sobre a importância que se tem, hoje, de discutir as questões de gênero e as suas formas de aprisionamento que têm limitado as ações das mulheres na construção da sociedade.

Gadotti e Torres (1994, p. 331) expressam a seguinte reflexão sobre as conquistas das mulheres:

> Las mujeres han logrado, con distinto grado de desarrollo, transformar su problemática privada y cotidiana en un problema de discusión pública y objeto de políticas sociales. En algunos países se han cosntituido instituciones estales de la mujer o se han ganado nuevos espacios de poder desde los cuales se pueden diseñar politicas globales y legislativas que debiliten usos y costumbres patriarcales y que sensibilizan a la sociedad en los temas de la opresión de la mujer. Hay aqui un nuevo espacio de trabajo para los projectos de educación popular.

Essa nova dinâmica social, política e econômica exige um novo olhar sobre a atuação das mulheres junto à sociedade e as mudanças decorrentes dela. Portanto, é imprescindível que a Educação Popular venha fortalecer este debate, mas vinculada às transformações de ordem cultural, desmitificando a ideia patriarcalista de organização social que sempre privilegiou o homem. Nesse debate, as mulheres precisam receber o destaque merecido pela sua atuação no decorrer do tempo.

Ao longo da história, as mulheres vêm desenvolvendo ações através de movimentos organizados e por meio de associações, cooperativas, dentre outras formas de organização. Elas têm desempenhado um papel muito importante na sociedade na construção da história,

---

[19]. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Conhecida como Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que, por vinte anos, lutou para ver seu agressor preso. Disponível em: http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha. Acesso em 16 de junho de 2015

reescrevendo rotas de novos olhares sobre elas mesmas. Estas experiências precisam ser compreendidas, seja no âmbito local, seja no global.

Mas é preciso que os homens, juntamente com as mulheres, desconstruam a cultura machista patriarcal, para que possam criar outro projeto de sociedade que contemple a todos, de forma equânime, respeitando as diferenças de cada um.

As mulheres precisam ser entendidas e respeitadas na plenitude do seu ser. Como entendem Gadotti e Torres (1994), a educação popular pode dar apoio a este debate, criando espaços de discussão onde homens e mulheres, juntos, construam uma nova forma de sociedade. Para tanto, é preciso compreender as ações engendradas pelas mulheres ao redor do mundo, as quais sinalizam os novos caminhos a serem trilhados e apresentam um novo modelo de relação social entre homens e mulheres, pautada no respeito e na igualdade.

Assim, compreende-se: esta luta é conjunta. Até meados da década de 1990, a educação popular não tinha, como um dos campos de investigação, as mulheres no âmbito das lutas nos movimentos sociais e feministas e das transformações da cultura preconceituosa e machista criada socialmente, a qual, durante muitos anos, subordinou as mulheres. Dessa forma, anulou a sua atuação em várias esferas sociais na construção da ciência, da história, da filosofia. Gadotti e Torres (1994, p. 334) esclarecem:

> El problema de género incide en toda la vida social, y por eso se recoemndó en nuestras discusiones analisar los diferentes temas de la educación desde esta nueva perpectiva de género. Tratar el problema de género en todos los espaçios de trabajo de la educación popular y no constituirlo en un espacio delimitado. Es necessário crear tanto un espacio propio para las mujeres como también um espacio mixto de cooperación y acción conjunta.

No tocante à educação popular, as problemáticas que envolvem as mulheres ainda são resumidas, quando se fala no vasto campo que envolve as questões de gênero. Sabe-se que ainda há algumas limitações na efetivação das políticas públicas voltadas para a promoção delas, nos ambitos econômicos e sociais. Como exemplo, citem-se a celeridade na investigação e punição efetiva nos casos de violência, a saúde da mulher e o respeito aos seus direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o aborto. São temas pertinentes às mulheres. Porém a sociedade não tem um entendimento comum sobre as matérias apresentadas, pois suas bases formadoras são conservadoras e fundamentalistas, ancoradas nos princípios bíblicos e religiosos. Por essa razão, não está de acordo com muitos temas referentes às mulheres, entre elas o aborto. Ou seja, não houve um debate promovido pela sociedade. O Estado, que, por obrigação, deveria criar mecanismos de discussão, pouco realiza, haja vista que suas raízes são majoritariamente masculinas. Essa negligência, relativamente aos assuntos de interesse

feminino, como aborto, direitos sexuais e reprodutivos, advém de uma cultura que sempre privilegiou o homem como ser progenitor.

Além dessas matérias mencionadas no âmbito das políticas de Estado, na educação popular a questão relacionada às mulheres ainda é emergente. Sob esse viés, percebe-se a necessidade de, cada vez mais, a educação popular se engajar na luta pela igualdade de gênero. Sabe-se que, como uma corrente de pensamento dedicada às camadas inferiores, ela se caracteriza como um instrumento que pode levar os aprendizados e as lutas das feministas, ao redor do mundo, às classes populares. Estas, muitas vezes, não têm conhecimento de nada que está acontecendo e acabam naturalizando muitos discursos de ordem machista, justamente por não terem vivenciado as transformações decorrentes das lutas das mulheres.

Os dilemas que estamos apresentando, como direitos sociais, sexuais, reprodutivos e de igualdade de oportunidades na construção da ciência, história, política, se apresentam pelo próprio entendimento da mulher e dos espaços que elas ainda precisam conquistar na sociedade. Assim, compreende-se que as questões de gênero ainda se apresentam como um desafio teórico, prático e metodológico em referência a um novo território de investigação da educação popular. Como afirma Guzmán (1994, p.131), "sólo últimamente, la educación popular ha reconocido la especificidad de las relaciones de género y la discriminacion sexual."

A educação popular, pensando conjuntamente as questões culturais, emocionais e biológicas vivenciadas pelas mulheres ao longo de sua vida, pode ajudar, de forma dialógica, a direcionar mulheres e homens a trilhar novos caminhos de compreensão, companheirismo e equidade em todas as áreas de atuação. Pois os dilemas que se apresentam no século XXI ainda carregam as marcas cultural, patriarcal e machista construídas socialmente há muitos séculos. Elas são ranços que atravancam o desenvolvimento saudável de uma nova sociedade. A violência contra a mulher ainda é um dilema nos dias atuais, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013[20]).

Apesar dos resquícios de desrespeito e violência existentes alusivamente a gênero e a especificidades da mulher, percebe-se também que muitos direitos foram conquistados. E isto só se deu através da organização das mulheres ao redor do mundo, por meio da consciência do ser mulher em grupo a partir das relações sociais. Esta consciência, a que Marx (2004) chama de gregária, permitiu que as mulheres conquistassem muitos direitos que, durante séculos, lhes foram negados, como, por exemplo, o direito ao voto e à participação da vida pública.

[20] Ver página 16.

As lutas das mulheres desencadearam mudanças na sociedade e muitas transformações de cunho ideológico e cultural. Uma dessas mudanças dá-se em relação aos olhares que viam, nas mulheres, um ser sem importância social, histórica e política, com a função única de reproduzir (PERROT, 2012). Ou seja, a dialética histórica do coletivo das mulheres ao redor do mundo, que não se condicionaram aos padrões culturais, sexistas e hierárquicos das relações sociais, permitiu que houvesse uma mudança de postura e compreensão do ser mulher na sociedade. Reconhecê-las como participantes e agentes dessa transmutação fez-se necessário, para que elas pudessem ser visualizadas como sujeitos da história, condição que, por muito tempo, lhes foi negada.

Para o reconhecimento de que elas sempre tiveram uma história, faz-se imprescindível trabalhar todas as questões e especificidades das mulheres. Sabe-se que existem muitas questões inerentes a elas, não podendo se falar em superação do machismo desconsiderando os grupos étnicos, de cultura tradicional e religiosa. É importante compreender as mulheres negras, urbanas, camponesas, das classes popular, média e rica, as indígenas, para que o discurso seja de fato efetivo, uma vez que cada um desses grupos traz suas especificidades, suas histórias, emoções vividas e compartilhadas ao longo de suas vidas, como também sua relação com o machismo e o feminismo.

A intenção desta pesquisa é discutir, de forma específica, as questões referentes às mulheres camponesas dos assentamentos Amarela I e II, sua organização e libertação, mediada pela luta em busca da terra para sobrevivência delas e de toda a família. Nessa luta, foram protagonistas e experienciaram a pedagogia da terra, pela qual se organizaram e superaram preconceitos patriarcalistas e machistas.

2.2 O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS: UMA LUTA DE GÊNERO E CLASSE

A libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta".

MMC, online

As mulheres camponesas estão espalhadas por todo o Brasil, nas várias regiões de geografias e costumes culturais diferenciados. São agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas, parceiras, mulheres índias, negras, descendentes de europeus, juntas compondo a diversidade do nosso país. Pertencentes à classe trabalhadora,

têm como objetivo comum a luta em favor da causa feminista e da transformação da sociedade.

A história de luta e organização das mulheres trabalhadoras vem se costurando e fortalecendo junto com a história da humanidade. Basta olhar o que foram as guerras, a constituição dos povos, a participação das trabalhadoras e trabalhadores na sociedade, a conquista de direitos básicos das pessoas. As mulheres, ao longo do tempo, buscam seu espaço na construção da sociedade. Dessa forma, vêm conquistando o direito de ser e fazer, respeitando suas especificidades, como afirma o MMC (*online*)[21]

> Há mais de vinte anos construímos um Movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista. Nesse período, nos organizamos, lutamos e conquistamos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros. Continuamos lutando por saúde de qualidade, pela construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão.

A organização das mulheres nos movimentos sociais permitiu a elas o empoderamento no questionar, opinar e contribuir com a construção da sociedade, orientadas pelas suas particularidades no que diz respeito à igualdade de gênero. Segundo Paludo e Daron (2012), com o propósito de fortalecer, ampliar e unificar as lutas das mulheres camponesas, em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), para reunir mulheres de várias organizações, a saber: MST, CPT, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), alguns sindicatos de trabalhadores rurais e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Desse feito, as mulheres colocaram em pauta nacional duas datas importantes na reivindicação de seus direitos, o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e o 12 de agosto, aniversário de morte de Margarida Alves, dia de luta contra a violência no campo, "pela ampliação dos direitos previdenciários, pela saúde pública, por um novo projeto de agricultura, pela Reforma Agrária" (PALUDO E DARON, 2012, p.484). Tinha-se por finalidade criar um movimento nacional autônomo que agrupasse a luta de todas as mulheres camponesas do Brasil em diferentes movimentos sociais. Assim, em 2003, no seu I Congresso, o movimento recebeu a sigla MMC. Essa mudança de nomenclatura tem uma conotação política, de acordo com Lusa (2009, p.20).

---

[21] MOVIMENTO DE MULHERS CAMPONESAS DO BRASIL. A afirmação de muitas histórias. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44 . Acesso em 25 de março de 2016.

> Na verdade foi uma mudança de cunho político, que trouxe significados e transformações na identidade desse movimento social, ressaltando seu perfil de movimento camponês feminino, com uma ligação bastante forte com a terra e com o trabalho nela desenvolvido, cuja finalidade é produzir a subsistência familiar, o que significa afastar-se do modo de produção capitalista e aproximar-se do horizonte de transformação.

Destacamos o MMC por ser um movimento constituído totalmente de mulheres camponesas, como também pela sua importância política, social e cultural alusivamente às transformações necessárias ao bem comum. Acrescente-se que essa organização permitiu às mulheres a visibilidade no campo sociopolítico, tendo por objetivo

> a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2004, p. 5)

Haja vista que as mulheres já lideravam várias lutas junto a outros movimentos sociais, em sua constituição o MMC trazia uma ideologia própria, enraizada no ser e fazer delas, tendo como norte a orientação de que "a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta" (PALUDO E DARON, 2012, p. 385). Dessa forma, direcionadas pelos princípios das vivências e convivências em outros segmentos, elas agruparam duas principais lutas seculares: Gênero e Classe, como estabelece o MMC.

> Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero. (MMC, *online*)

Dessa forma, em seu fazer, elas foram se construindo como protagonistas da história por intermédio da participação nos movimentos sociais, a fim, também, de intervir na construção da sociedade, de modo que suas particularidades fossem compreendidas e respeitadas. Para tanto, elas foram à luta e propuseram uma nova relação entre homens e mulheres, ancorada nos princípios da igualdade de gênero. Além disso, não pautaram sua luta apenas nas questões relacionais entre homens e mulheres, mas também num projeto de

sociedade alternativo, voltado para a preservação das espécies e orientado por um modelo de agricultura, através da agroecologia, da conservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nações, da diversificação da produção, da valorização do trabalho das mulheres camponesas. Todas estas lutas pleiteadas por elas têm transformado os rumos da sociedade e recolocado a mulher como protagonista da história.

Assim, o MMC vem constituindo um espaço de conquista de autonomia das mulheres e se configurando como um movimento autônomo, democrático e popular. Como assevera Lusa (2009, p. 197):

> O MMC assumi-se como movimento autônomo, democrático, popular classista, já que é composto por trabalhadora do campo, além de ser portador de uma mística revolucionária, que o sustenta nas lutas travadas do cotidiano de cada integrante e também naquelas assumidas coletivamente, através das manifestações organizações pelo movimento.

Conduzido por estes princípios, busca a transformação da sociedade, embasado nas contribuições das mulheres para a construção histórica do país, uma vez que elas assumem uma postura crítica e reflexiva sobre a realidade e a sua própria vida (LUSA 2009). Incorporadas em um novo jeito de olhar, agir, sentir, viver e conviver, as mulheres assumem a liderança de seus próprios anseios e sonhos, elas mesmas, por meio da organização, se fazendo agente e protagonista das mudanças sociais.

2.3 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES CAMPONESAS EM MOVIMENTO

Por identidade se entende a expressão cultural de um grupo, comunidade ou sociedade, diante de estímulos externos, diferenciando-se os membros uns dos outros. A identidade fundamenta-se na cultura, embora ela não seja cultura. Esta é inerente ao ser humano; já a identidade se manifesta como ação social e coletiva concreta frente a outros. A cultura une as pessoas, a identidade diferencia uma das outras. Ela se afirma em uma disputa de queda de braço, em total relação de poder, entre imposição e superação, de forma intencional. Nesse sentido, Silva (2000, p. 81) esclarece:

> Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir

> o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Neste estudo, num ato reflexivo, buscou-se compreender o processo de luta pela conquista da terra, no que se refere ao protagonismo das mulheres, no qual essa identidade coletiva foi formada. Ainda foram analisadas, em dois momentos: a consciência coletiva e a consciência individual de cada um dos sujeitos, formadas no agir coletivo por meio do processo da luta. Nesse sentido, Batista (2007b, p. 176) explica:

> No agir coletivo, ocorre um processo de aprendizagem coletiva. Nessa experiência de luta, aprende-se a ser sujeito; esse aprender e ensinar coletivo se configura em educação popular, uma educação não-formal a partir das práticas sociais que compõem os processos sociais vividos pelos indivíduos políticos, em ação política, nos processos de organização social que promovem a formação humana com ênfase na formação política, na cidadania, na solidariedade.

A partir da tomada de consciência e afugentamento do círculo vicioso de segregação moral e social dos direitos básicos inalienáveis a qualquer cidadão, as camponesas reconquistaram seu direito de ter um lugar para morar, plantar e colher, de forma digna e livre.

As camponesas começaram a formar a consciência do eu, ou seja, dando-se conta de sua condição de mulher camponesa. Quando se reúnem para pensar juntas e se organizam para lutar e conquistar seu "pedaço de chão", elas acabam formando a consciência do nós, legitimada a partir das relações sociais.

Ao despertar para uma nova consciência que deu rosto à identidade constituída na luta pela terra, elas tiveram que deixar sua identidade de conformismo, subordinação e assistencialismo, formatada pela classe dominante do campo no exercício do processo de exploração. Como afirma Marx (1845–1846), n**a Ideologia Alemã**: "as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes". Essa cultura coronelista prevaleceu, dominando, por longos anos, os povos do campo, até o dia em que estes despertassem do sono. Quem os acordou? A luta de resistência. Ao abrir mão dessa identidade, as camponesa começam a ser agentes protagonistas de sua história e a se construírem como novas mulheres. Esse é o momento cronológico de afirmação e negação da ordem das coisas, que fez surgir essa nova identidade? Entendendo a identidade, na dialética, como nos diz Lenin "os contrários tornam-se idênticos quando se transformam uns nos outros" (LENIN apud BOGO, 2008, p. 117).

Sabe-se que o conceito de identidade é muito complexo. Porém ele será analisado à luz de Matos (2010), Bogo (2008), Hall (2000) e Batista (2007a), a fim de se compreender o pensamento desses teóricos acerca do assunto. Segundo Matos (2010, p. 1):

> Conceito de identidade pode ser definido como um conjunto de aspectos individuais que caracteriza uma pessoa. No entanto, entendemos identidade como plural, constituída a partir das relações sociais, o que em caráter de metamorfose, por compreender o processo de permanente mudança que os encontros nos possibilitam.

Mediante o encontro social das camponesas nas suas condições de direitos negados e as circunstâncias em que ele ocorreu, existiam para elas dois caminhos: transferir-se para as periferias das cidades ou levantar-se do chão e ir à luta na defesa da terra. Na escolha da primeira opção, elas deixariam para trás toda sua história e cultura construída ao longo dos anos: a sua relação com a terra, com os animais, ou seja, todas as raízes que as identificavam como sujeitos do campo. Terra aqui não é apenas vista e considerada como o lugar onde se vive; há um sentimento pedagógico que se institui entre todos os seres vivos que habita o local: "terra é mais que terra, ela é nossa mãe" (PERREIRA, 2009, p, 138). Porém esses sujeitos não titubearam e reivindicaram seu direito à terra. E, nesse encontro entre o sujeito renegado e o agora sujeito em autoafirmação, as transformações começam a acontecer, e as identidades a ganhar rosto e forma.

Ao entrar em movimento, os/as camponeses/as vivenciam a experiência da coletividade, que lhes dá segurança de classe, permitindo-lhes dividir seus sonhos e despertando o próprio desejo de ter seu pedaço de terra, sonho que é compartilhado por todos. Nessas relações de partilha, coletividade e organização, a identidade se afirma. Bogo (2008, p. 147) declara:

> As formações da identidade e de classe estão atreladas, pois ambos requerem organização, articulação, compreensão coletiva da realidade e participação nas lutas políticas. Somente a organização permite a formação de identidades combativas voltadas para os interesses de classe.

Nesse sentido, uma identidade se forma a partir das diferenças existentes entre as classes, num processo de relações de poder entre dominados e dominadores. Para que os dominados se emancipem, faz-se necessária a organização e reconhecimento da existência de seu oposto. É a partir destes dois elementos que a identidade é formada, em meio à resistência. Bogo (2008) informa que o processo de formação da identidade se dá por meio de três categorias: legitimadora, resistência e de projeto. No presente momento, será analisada a identidade de resistência: "produzida pela reação de atores que estão em posições dominadas e que erguem trincheiras de resistências com o objetivo de sobreviver". (BOGO, 2008, p. 59)

Por intermédio da resistência, as camponesas se deram conta da sua importância social, ou seja, arrancaram as vendas dos olhos, soltaram as correntes da opressão que lhes serviram por longos anos e negaram o discurso dominante, sempre tido como verdade absoluta instituída pela cultura coronelista e patriarcalista. Quando esses sujeitos, as camponesas, começam a mudar o discurso, passam também a vivenciar outras linguagens, ancoradas nos princípios da libertação. Hall nos ajuda a pensar sobre isso, quando conceitua a identidade.

> Utilizo o termo 'identidade' para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado os discursos e práticas que nos tentam 'interpelar' nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode 'falar'. (HALL, 2000, p. 111-112)

Outro elemento simbólico que deu rosto, no processo de formação da identidade camponesa nos assentamentos de Amarela I e II, foi o território. Este simboliza mais do que um simples lugar onde se vive. Ele, como já registrado anteriormente, concentra toda uma história de relação com os animais, as plantas, as águas. Tudo está conectado e faz parte de cada sujeito, pois há toda uma cultura produzida dia a dia no fazer e refazer, em que cada sujeito se reconhece como pertencente a uma comunidade, a um grupo, ou seja, pertencente a um lugar comum de vivência e convivência. Para compreender como o território deu rosto à identidade coletiva, sendo ele palco de lutas políticas e sociais, Batista (2007a, p.175) se expressa a respeito:

> Identidade socioterritorial: faz alusão a um território no sentido simbólico e concreto; o assentamento simboliza um sonho transformado em realidade pela luta intensa, uma territorialidade política; o espaço social é um ato político. Sua identidade coletiva se forma a partir do espaço territorial do assentamento; representações socioespaciais que dão homogeneidade em relação ao espaço, coesão e força simbólica ao grupo que ali vive e com o espaço se identifica.

Sob este ponto de vista, as mulheres vão se constituindo enquanto camponesas de identidade, reconhecendo a necessidade de lutar pela igualdade relacional entre os gêneros. Assim, vão se fazendo e se reconhecendo enquanto mulher. Ao entrar na luta, elas assumem uma nova postura social; com isso, uma nova identidade de ser mulher do campo. Ou seja, elas começam a se reaproriar do poder que lhes foi roubado aos longos dos séculos. Segundo Gerbara (2002, p. 67):

> Propomos uma reapropriação do nosso poder, de nosso poder roubado. Não se rouba só casa. Não se rouba só terra, se rouba poder. Rouba-se poder quando se convence outros que eles não têm o mesmo poder. Isto é roubo,

> diminuição. Nós, mulheres, não queremos entrar na estrutura da diminuição [...] queremos, reapropriar-nos de um poder que nos constitui.

Isto é o que se afirma ao longo das discussões neste estudo: essa cultura opressora foi construída a partir das relações sociais entre homens e mulheres, como também entre homens e entre mulheres. Ela acabou por naturalizar e legitimar um poder dado ao sexo masculino de forma legal, até mesmo pelas mulheres, na inocência de suas ações. Como diz Freire (1987): levando, dentro de si, a imagem do opressor ou, até mesmo, regando para que ele continue existindo. O contrário disso se deu a partir de uma luta social ao redor do mundo, pleiteada pelas mulheres, quando tomaram consciência dessa opressão e romperam com a cultura hegemônica que empoderava os homens, em detrimento da anulação das mulheres. Em seu fazer pedagógico de busca e conquista pelo seu poder expropriado, elas se fizeram protagonistas da história.

Em Amarela I e II, as mulheres buscaram este poder e conquistaram, por meio da luta e do enfretamento, tanto a ordem social de classe como a ordem sociocultural de constituição do ser homem e do ser mulher na sociedade e nos espaços aferidos a ambos. Na luta pela conquista da terra, elas questionaram todas as adversidades e, no seu fazer, desconstruíram as atribuições sociais preestabelecidas a elas ofertadas. Para Rosinha: "*A partir da luta, os homens começaram a respeitar a gente, né?! Onde eles viram que a gente tinha os mesmo direitos que eles tinham, que a gente era igual*". (DEPOIMENTO DE ROSINHA, CONCEDIDO EM 10/08/2015). Outro elemento da identidade é o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, com características, condutas e modo de vida próprios. Na luta, elas foram incorporando, em seu ser, uma nova relação entre os homens e mulheres, diferentemente daqueles/as que não participaram. Isso denota que a identidade adquirida na luta foi propulsora dessa transformação, que enxergava a mulher como ser agente modificador da história e do curso de suas vidas. Rosinha confirmar isso. "*Até as mulheres tinha preconceito também, era nem tanto os homens; eram as próprias mulheres que tinham. Elas não apoiavam, ficavam criticando*" (DEPOIMENTO DE ROSINHA, CONCEDIDO EM 10/08/2015). Embasando esse raciocínio, conclui-se que as mulheres que protagonizaram a luta pela terra em Amarela I e II comungam de uma nova identidade e nova postura diante do mundo, como também dos problemas que lhe assolam. Entendem que seu fazer é fundamental para mudar a ordem das coisas. Ou seja, nas palavras de Gerbara (2002), reapropriaram-se do poder que lhes foi roubado desde o nascimento. O poder de ser e fazer, no sentido pleno.

2.4 O PODER SIMBÓLICO COMO ELEMENTO CONSTRUTOR DO COMPORTAMENTO DA MULHER

O poder dos símbolos construídos socialmente é tão significativo que chega a justificar a propagação de um poderio ao longo do tempo, sem ser contestado. Há uma perfeição tão intensa que chega até a confundir, na forma como está entrelaçado em nossa mentalidade, como se o mundo não existisse sem esse centro e suas representações, conforme Geertz (2007). Ir de encontro a esse pensamento seria desfazer uma série de postulações e formas de convivência, de controle social e identitárias dos indivíduos, utilizada na seguinte frase: "quem nasce pra ser pião, nunca chega a ser rei". O sujeito nasce para aquilo, e, nesse sentido, já existe toda uma construção de representações simbólicas a ditar-lhe a maneira de ser e se comportar no meio social. Somente assim o centro continuará a ser centro.

Nesse âmbito, é importante se compreender a construção dos poderes carismáticos das simbologias, principalmente quando se reporta à mulher enquanto ser social que, ao longo da história, teve castrado o direito de participar efetivamente da construção da sociedade, pelo fato de ser mulher.

Ao nascer, a mulher já encontrou uma série de representações simbólicas que lhe apontavam o caminho que devia seguir. Sabe-se, porém, que, apesar de muitas delas promover fraturas nessas construções sociais, reescrevendo novas rotas de vivência e convivência, foram sumariamente reprimidas, excluídas e até assassinadas, em meio a uma cultura construída socialmente e que sempre privilegiou o sexo masculino.

Não se deve, todavia, criar uma queda de braço entre o masculino e o feminino, pois sabe-se que muitos homens ajudaram as mulheres que se propuseram reescrever uma nova forma de a sociedade enxergá-las.

Michelle Perrot, no livro **Minha História das Mulheres** (2012), ao longo de seu estudo, descreve como as mulheres foram se construindo de acordo com cada época, regidas sempre por uma lei segundo a qual elas não têm participação, devendo sempre serem comandadas.

Durante muito tempo, as mulheres foram objeto de relatos históricos, relegadas ao silêncio e invisibilidade, sendo-lhes denegada, dessa forma, a participação em todos os segmentos sociais. Isso decorre muito de uma matriz religiosa cristã que sempre privilegiou o homem como progenitor. Para ser sábia, a mulher tinha que permanecer no silêncio. A sua participação, ao longo de muitos séculos, se deu basicamente no ambiente privado do lar e da

família, uma vez que os espaços públicos sempre pertenceram aos homens. Segundo Perrot (2012, p. 49-50),

> a mulher, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências. E isso se acentua mais porque, na cultura judaico-cristã, ela é constrangida ao silêncio em público. Ela deve ora se ocultar, ora se mostrar. Códigos bastante precisos regem suas aparições assim como as de tal ou qual parte de seu corpo. Os cabelos, por exemplo, condensam sua sedução.

A reflexão da autora nos instiga a entender as amarras contra as quais as mulheres sempre lutaram, para que pudessem ter o direito de se expressar sobre seus sentimentos. Isso acontece porque, antes mesmo de elas nascerem, já existia toda uma representação simbólica construída socialmente e que caracteriza seu comportamento. Dessa maneira, quebrar essas amarras representaria uma série de perdas e exclusões sociais. No entanto as mulheres não permaneceram à mercê dessas representações, mesmo que acentuadamente de cunho religioso, que se dizem cumpridoras da vontade de Deus. Por essa razão, seguiam à risca cada ensinamento. Fugir a isso seria profanar toda uma ideologia sagrada.

Durante muito tempo, as mulheres foram vistas por meio dessas representatividades. Aboliam-se, assim, seus sonhos, anseios, desejos e prazeres, sendo tratadas, nos relatos históricos, como objeto. Por isso, foram relegadas ao silêncio e à inviabilidade social.

Foram silenciadas, até mesmo no direito de falar de seu corpo, e consideradas seres vazios, dependentes e acorrentadas aos seus homens. Enquadrando-se em todas as formas de exclusão, as mulheres são praticamente jogadas no abismo das discussões históricas. Como se elas nunca tivessem existido, nem sua presença representasse qualquer transformação no curso histórico e social. Essa coação sofrida, ao longo do tempo, identifica-as com a violência simbólica condicionante a todo comportamento delas na esfera social, podendo ser assim interpretadas, nas palavras de Bourdieu (2002, p. 22):

> Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas em esquemas de pensamento que são produtos das incorporações dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimentos são exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que "faz" de certo modo, a violência simbólica que ela sofre.

Com base na citação acima, Scott discorre também sobre a importância de se perceberem os sistemas simbólicos construtores das personalidades humanas, que deságuam na modulação do fazer social dos homens e das mulheres, dessa forma mediando seus

comportamentos e atitudes. Dessa maneira, leva-se em consideração o poder simbólico da linguagem, que, segundo a autora, determina:

> Sem sentido não há experiências; sem processo de significação não há sentido (o que não quer dizer que a linguagem é tudo, mas que uma teoria que não a leve em consideração não saberá perceber os poderosos papéis que os símbolos, as metáforas e os conceitos jogam na definição das personalidades e da história humanas). (SCOTT, 1995, p. 11-12).

A autora também fala dos símbolos culturais disponíveis que evocam representações simbólicas de modulação do comportamento das mulheres. Como exemplo, cita Eva e Maria, isto em se falando da tradição cristã do ocidente. Entretanto, como fruto das reflexões realizadas neste estudo, constata-se que os símbolos assumem um grande papel na construção dos comportamentos e atitudes de homens e mulheres. Contudo, ressalte-se, criados socialmente, por muito tempo alguns deles acabaram por retirar das mulheres o direito de participar das esferas sociais, econômicas, históricas, políticas e religiosas. Perrot (2002) aborda essa matéria, dando ênfase às representações do discurso e das imagens das mulheres, divulgadas de forma pejorativa ou distorcida, que, em nada, representavam os verdadeiros sentimentos delas. Pode-se assegurar, portanto, que as imagens que outrora povoavam os imaginários – feminino e masculino – foram desconstruídas graças às lutas das mulheres por todo o planeta.

3 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NA PARAÍBA: breve histórico

A luta pela terra no Brasil é uma consequência da estrutura agrária predominante desde a colonização portuguesa, baseada no latifúndio e na monocultura, a qual possibilitou uma organização econômica e política centrada nos proprietários das terras que acumularam riqueza, poder econômico, político, social e cultural.

Essa estrutura explora os camponeses e lhes nega o direito à terra e a uma vida digna, submetendo-os a um regime de escravidão, servidão e dominação. Esse procedimento gera a resistência e a luta dos povos do campo em diferentes momentos históricos. Em virtude disso, a luta dos Sem-Terra pelo direito de trabalhar na terra e alimentar sua família sempre foi legítima. Essa luta, contudo, sempre resultou em conflitos violentos marcados por mortes, torturas, perseguições, constituindo-se na profanação dos princípios constitucionais, aferidos no Estatuto da Terra, Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, e ratificados na Carta Magna de 1988, no que refere ao do uso social da terra, de acordo com o Artigo. 184, a saber:

> Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

No intento de compreender a luta pela terra e detectar os motivos suscitadores da peleja pela conquista de Amarela I e II, tendo a mulher como protagonista, este trabalho abordará a questão agrária, grosso modo, no Brasil e na Paraíba, a fim de compreender a estrutura fundiária do nosso país a partir de seu desenrolar histórico ao longo de cinco séculos.

Para entender o processo histórico da questão agrária do Brasil, reporta-se aos anos de 1500, marcados pela chegada dos portugueses. Desde essa época de colonização, foi imposta uma estrutura agrária que fomentou uma elite, cujo poder se baseou no acúmulo de terras e na exploração dos recursos naturais e humanos. Para isso, uma das estratégias utilizadas foi ludibriar os índios para trabalhassem na extração do pau-brasil, em troca de objetos de pouco valor econômico, como espelhos, facas, miçangas. Mas os indígenas presenciavam a invasão de suas terras, sendo forçados a trabalhar para os colonizadores (MARTINS, 1981). Muitos deles não aceitaram a imposição e reagiram contra os invasores, dando início, dessa forma, a um dos primeiros conflitos de resistência à ordem latifundiária nascente.

O latifúndio surge em meio a esses conflitos. Nessa época, os portugueses dividiram a terra dos índios em quatorze faixas, chamadas de capitanias hereditárias, implantando o

regime das sesmarias, por meio da doação de lotes de 4.356 hectares a pessoas de confiança do Rei de Portugal (FIGUIEIRA, 2005). É esse sistema que propiciou, no Brasil, a existência do latifúndio e da monocultura. Logo, a terra começa a ser vista como mercadoria, e as cercas se instalam, gerando a escravidão e injustiças sociais, desigualdade, expulsão, esgotamento dos recursos naturais e extermínio da vida humana. Sabe-se que milhões de índios e negros foram mortos por esse sistema, num verdadeiro etnogenocídio (Conf. FIGUEIRA, 2005; MARTINS, 1981; PEREIRA, 2005).

A elite agrária brasileira, ao longo desses quinhentos anos, acumulou suas riquezas por meio da escravidão, da exploração, da violência e morte daqueles que se rebelaram contra a ordem imposta. Assim ocorreu com os índios, num primeiro momento; depois, com os negros africanos, advindos de diversas regiões do continente de origem, para trabalhar no cultivo da cana-de-açúcar.

Quando se reporta às mulheres negras, especificamente no Brasil não se tem registro histórico sobre elas. No entanto sabe-se que elas tiveram atuação na construção do nosso país. Podemos destacar Dandara dos Palmares[22], que, além de esposa de Zumbi dos Palmares, com quem teve três filhos, foi uma das lideranças femininas negras camponesas que lutaram contra o sistema escravocrata do século XVII. Quando adulta, ela liderou as falanges femininas do exército negro palmarino. Dandara é das provas de que a mulher não é sexo frágil, submissa. Analisando um pouco a história, ver-se-á que as mulheres, muitas vezes, prestavam assistência aos feridos de guerra e defendiam o lar, enquanto os homens lutavam. Desse modo, conclui-se que as mulheres sempre foram guerreiras, embora sempre tenham sido descritas como seres submissos, subordinados aos homens (PERROT, 2012).

Além dos quilombos, outras formas de organização e resistência foram surgindo ao longo da história, balizando a identidade de rebeldia dos povos do campo contra os ditames da ordem dominante apadrinhada pelo Estado.

Com a promulgação da Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, por D. Pedro II, a terra perdeu seu valor natural e passou a ter valor comercial. Os povos do campo logo foram expulsos de suas terras, e a elite agrária começou a usar meios violentos e fraudulentos para se apropriar da terra, como a grilagem (BOGO, 2008). Com isso, intensificou-se, ainda mais, a luta dos oprimidos contra o opressor, com vistas ao acesso à terra. Aqueles que não

[22]Dandara: a face feminina de Palmares.
Disponível em: <ArquivoGeledes.org.br/altantico-negro/afrobrasileiros/zumbi-dos-Palmares/11499-Dandara-a-face feminina- de- palmares>. Acesso em 07/05/2015.

assumiram a luta foram obrigados a se acotovelar nos mocambos da zona periférica das cidades.

Para esta pesquisa, destacam-se apenas três grandes lutas dos camponeses e das camponesas, ocorridas em séculos diferentes. Apesar de não existirem nomes de referência de mulheres atribuídos a estas organizações, por hipótese, tem-se a efetiva participação feminina. Obra de Euclides da Cunha sobre Canudos, **Os Sertões** costuma referir-se a estas mulheres de forma duramente estigmatizada. Diz que as mulheres eram praticamente repugnantes, negando, assim, a presença feminina. As lutas messiânicas de resistência à opressão, a exemplo de Canudos (1893–1897), Contestado (1912–1916) e Ligas Camponesas (1950–1964)[23], mostram, ao longo do processo histórico, que os povos do campo não se curvaram aos ditames da ordem dominante.

Dessa maneira, unificadamente, homens e mulheres criaram formas de resistência, forjadas na luta pela liberdade espoliada, pelo direito de cultivar a terra livremente. São essas lutas utilizadas pelos/as camponeses/as para contestar a exploração sofrida que servem de baliza para denunciar a segregação social, política e econômica que esses povos enfrentaram ao longo do tempo. No entanto as culturas conformistas, inculcadas na cabeça desses povos, por meio da violência, levaram muitos a aceitarem resignados a sua condição. A "consciência que os camponeses têm de si nem sempre está ligada à autoestima e ela é fundamental para reverter o avanço da dominação do capital" (BOGO, 2008, p.116). Esse autodesprezo e rebaixamento foi imposto pelos pretensos donos do mundo[24] desde primórdios. Mas sempre houve aqueles que se rebelaram e se organizaram contra o poder hegemônico, demonstrando sua indignação. Esse sentimento é bem esclarecido por Moreira, Targino e Ieno Neto (2000, p. 47):

> Só a extrema necessidade leva à rebeldia, à insubordinação, à insurreição. Desses desvios, os maiores exemplos da nossa história são os quilombos, a guerra do "quebra quilos", os movimentos messiânicos, a formação dos bandos de cangaço e, mais recentemente, os movimentos de organização dos trabalhadores rurais tais como as Ligas Camponesas, a JAC (Juventude Agrária Católica), a ACR (Ação Católica Rural), o MER (Movimento de Evangelização Rural) a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), esses últimos atuando sempre nas tênues fronteiras entre a legalidade e a justiça.

---

[23] In: PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba**: das ligas aos assentamentos rurais. Ed. Universitária. João Pessoa, 2009, p. 98.

[24] Termo utilizado para se referir à elite agrária deste país e à sua ação, ao longo dos séculos, com relação aos camponeses.

No Brasil, a luta pela terra se caracteriza como uma guerra suja não declarada, fruto desse modelo econômico vigente, da política agrária e da forma de sociedade excludente voltada para os interesses do capital desumano, desamoroso (PEREIRA, 2009).

O que se sabe é que todas essas lutas dos camponeses[25], citadas, se insurgiam contra as injustiças praticadas pela elite agrária, com o objetivo central de se apropriar da terra. Mas essas organizações foram impedidas de continuar existindo porque colocavam em risco o modelo de desenvolvimento da classe dominante e porque o paradigma social, cultural e econômico dos camponeses não correspondia ao paradigma de produção capitalista. Os camponeses não eram considerados uma classe social importante nem podiam ter consciência política. Por isso os donos do mundo lançaram mão de armamentos de guerra e soldados para destruir essas organizações. Isso resultou num verdadeiro genocídio de milhares de camponeses, simbolizando um verdadeiro desrespeito à vida humana, de acordo com Figueira, tomando como exemplo Canudos, que tinha uma quantidade estimada de 25.000[26] pessoas (2005, p. 308).

> Para tentar debelar o movimento que não parava de crescer, em outubro de 1896 o governo da Bahia enviou a Canudos uma tropa de cem policiais, que foram derrotados com facilidade pelos moradores do arraial. Dois messes depois o governo federal organizou nova expedições com 550 soldados. Fustigada pela guerrilha dos seguidores de Conselheiro a tropa foi obrigada a bater em retirada. A terceira expedição, formada por 1.300 homens, sofreu derrota ainda mais humilhante, em março de 1897. Em junho um exército de 5 mil soldados, apoiado por dezesseis canhões, marchou em direção a Canudos. Nos meses seguintes os combates com as forças do governo foram extremamente violentos e só tiveram fim em outubro de 1897, com a destruição completa do arraial e a morte de quase todos os seus habitantes, inclusive de Antonio Conselheiro.

Nesse processo de escravidão, opressão, violência e morte aconteceram as lutas dos oprimidos pelo direito de trabalhar na terra, usurpado pela elite dominante agrária, que sempre teve o respaldo de capangas e do poder político, militar e judiciário do Estado, na repressão daqueles que não aceitam os ditames da ordem dominante negando, dessa forma, o processo de exploração secular.

Este breve recorte, grosso modo, visa demonstrar que a estrutura fundiária do Brasil está ancorada na monocultura, na concentração de terras, na escravidão e morte de camponeses e camponesas, uma verdadeira mácula no desenvolvimento social deste país.

---

[25] Lutas messiânicas como Canudos (1893–1897), Contestado (1912–1916) e Ligas Camponesas (1950–1964).

[26] HERMANN, Jacqueline. **Canudos Destruído em Nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897.** Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-4.pdf.>. Acesso em 20 de junho de 2015

Milhares e milhares de pessoas perderam suas vidas lutando por justiça social. Ou seja, questionaram as injustiças sofridas, como aconteceu nos 21 anos de ditadura militar (1964–1985), período no qual vários camponeses desapareceram, não se sabendo até hoje o que aconteceu com eles (BETO, 2008). Nessas duas décadas da ditadura, os povos do campo resistiram, de todas as formas, às opressões, por meio de organizações como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Movimentos, os quais sofreram forte perseguição. Muitas dessas organizações foram desfeitas ou impedidas de atuar em defesa dos oprimidos, e os seus líderes mortos ou presos pelo regime militar. Vários movimentos contestaram a ordem dominante, entre eles a União Nacional dos Estudantes (UNE), que enfrentou o militarismo opressor. Outras mobilizações foram se formando pelo país, como, por exemplo, a Guerrilha do Araguaia[27] (1972–1974) no Pará, onde cerca de 60 camponeses morreram no conflito. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), outras organizações não aceitaram a lógica do nosso sistema capitalista selvagem, lutando para que a terra fosse dividida, para que seus filhos pudessem viver dignamente. Porém isso nunca ocorreu.

Outro importante movimento é o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Criado em 1984, é uma forma de organização de cunho revolucionário, humanístico e educativo. No entendimento deste pesquisador, difere de todos os movimentos sociais existentes ao longo da história. Pode-se ver essa identidade no livro de Caldart (2004), **A Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Percebe-se, de forma prática, sua atuação em prol de um novo modelo de organização socioeconomicamente igualitário, por meio de seu principal objetivo: a luta pela reforma agrária e contra o latifúndio disseminador das mazelas sociais.

No cenário nacional, o MST[28] questiona os rumos que este país vem tomando no âmbito do desenvolvimento econômico e social, embasado nos moldes do sistema capitalista, causando, dessa forma, a escassez e o esgotamento dos recursos humanos (cultura, identidades étnicas, histórias) e naturais. O MST provoca a sociedade a pensar sobre todas as anomalias dessa sociedade moderna, que passa a ver a legitimidade do movimento, mesmo com os fortes bombardeios da mídia para macular a imagem do movimento. Como afirma Caldart (2004, p. 345), “no fundo, o que a sociedade enxerga, quando olha para a atuação do

---

[27] MST: Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964–1986: relatório do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 1987.

[28] O MST é formado por pessoas humanas, e pessoas não são perfeitas. O erro, o defeito, é inerente a qualquer ser, homem ou mulher. O movimento é isso. O movimento é feito por humanos e para humanos. Ele hoje representa um atalho para se chegar a um caminho que leve a um projeto de sociedade diferente do modelo do capital, um projeto que tenha o ser humano, a vida como ponto central em seu cuidado. No nosso entender, o MST vem questionando não só a função social da terra, mas da Universidade, do Estado, meios de comunicação. Ele interroga a própria conjuntura política, social, econômica e cultural desse país (CALDART, 2004).

MST, é uma identidade coletiva em construção, mas que não se fecha nela mesma, e se projeta o tempo todo na relação com os valores e questões que são universais".

Desde a década de 1980, esse movimento vem assumindo um papel muito importante na sociedade, não só na luta pela terra contra o latifúndio, mas na luta pela melhoria na qualidade da educação para os povos do campo, como também pela igualdade de gênero. Hoje, uma das bandeiras do MST é a luta por uma educação de qualidade para todos, não deixando de lado a gênese do movimento, a luta pela Reforma Agrária. Durante seu processo histórico, várias foram às lutas travadas pelo movimento, ao longo dessas quase três décadas de existência, para que os oprimidos pudessem plantar na terra livremente.

. O Brasil, nos dias de hoje, é o segundo país em concentração de terras. Pelo menos, 45,1% do total de 250[29] milhões de hectares – o equivalente a mil hectares – são cultiváveis no território nacional. Nesse contexto, imperam a exclusão, a miséria e a fome de milhares de pessoas, proibidas de trabalhar, na terra que está concentrada nas mãos de uma minoria que detém o poder econômico, tecnológico, político e a terra. Várias organizações de massa são contra esse modelo de desenvolvimento. Segundo Girardi (2008, p. 14), a Via Campesina faz uma crítica a esse modelo:

> Via campesina critica o caminho socialmente desigual e depredatório que a agricultura capitalista, corporativizada e intensamente industrializada, tem traçado e disseminado pelo mundo. Ela também argumenta que "este sistema econômico atenta contra a natureza e as pessoas com a única finalidade de gerar lucros".

Logo, pode-se afirmar que o latifúndio, característica primordial do sistema capitalista, é responsável pelas anomalias que os povos do campo sofreram e ainda sofrem, ao longo da história. Neste sentido, Batista (2007, p. 172) reforça:

> Latifúndio: desenraiza as pessoas de sua origem, de suas terras e as leva ao confinamento nas favelas e periferias urbanas, onde estão sujeitas à violência e ao desemprego; leva também a lutas e reações para efetivar o direito à terra, ao trabalho, às políticas de acesso e permanência na terra como produtores de alimentos fundamentais.

Os povos do campo já sofreram demais devido a este modelo agrário secular que sempre esteve estruturado nos moldes da exploração do homem, da mulher, da criança, dos jovens e da natureza. Assim, faz-se necessário que haja uma Reforma Agrária com uma

---

[29]APRILE, Jurema. Latifúndio: **Brasil tem maiores índices de concentração de terra no mundo**. Disponível em: http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/latifundio-brasil-tem-maiores-indices-de-concentracao-de-terra-no-mundo.htm. Acesso em 20 de junho 2015.

política que promova as mudanças fundamentais para que haja um modo de vida digno no campo. O modelo de desenvolvimento agrário ancorado no latifúndio e a monocultura têm provocado, além da exploração física dos povos do campo, a morte de milhares de espécies, como esclarece Ademar Bogo (2008, p. 54).

> Entre 1500 e 1850, foi eliminada uma espécie a cada dez anos. Entre 1850 e 1950, foi uma espécie por ano. No ano de 1990 desapareceram dez espécies por dia. Por volta do ano de 2000, uma espécie por hora. Há estudos mais atualizados estimando a possibilidade de estarem sendo extinta 90 mil espécies por ano - isso porque cada espécie superior eliminada leva consigo outras 30 que dela dependem, como fungos, insetos ou bactérias.

Esse modelo de desenvolvimento predatório continua destruindo vidas de pessoas, animais e plantas e ameaçando o planeta e os seus recursos naturais. No caso da espécie, humana, milhares de camponeses e de camponesas foram mortos/as de uma forma desleal e desumana no conflito contra a elite agrária dominante, como já foi citado, apadrinhadas pelo Estado, que deveria garantir o direito a todos, igualitariamente. Segundo dados da CPT (*online*), nos últimos 30 anos, mais de 1.700[30] deles foram vítimas de assassinatos em conflitos de terra ocorridos nos 26 Estados do Brasil. Somam-se aos/às camponeses/as, outras mulheres, índios, posseiros, quilombolas, pescadores, agricultores, ribeirinhos, sem-terra e lideranças religiosas, assassinadas em conflitos de terra nesse país. Esse é um dado indignante para um país que vive um estado democrático. Dessa forma, negas-se o direito de as minorias se expressarem, ou seja, dos menos favorecidos, financeiramente, desta sociedade reivindicarem o seus direitos. De acordo com a mesma fonte, dessa quantidade de homicídios praticados, poucos são os casos que vão a julgamento e poucos os criminosos condenados, gerando-se, assim, impunidade no âmbito da justiça relativamente aos povos do campo.

> Do total de 1.270 casos de homicídio registrados nas últimas três décadas – alguns casos incluem mais de um assassinato –, apenas 108 foram julgados, menos de 10% deles, e somente 28 mandantes dos crimes e 86 executores acabaram condenados por seus crimes. Um total de apenas 114 pessoas punidas em um período em que ocorreram, por baixo, 1.714 assassinatos (CPT, *online)*.

O que vem acontecendo com o campo durante estes cincos séculos é um verdadeiro genocídio da vida humana (CPT, *online*). Essas são as consequências desse modelo agrário embasado no latifúndio, na monocultura, na exploração e na expropriação dos direitos

30. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- (CPT). Menos de 10% dos 1.700 assassinatos em conflitos de terra vão a julgamento. Secretaria Nacional. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2471-menos-de-10-dos-1-700-assassinatos-em-conflitos-de-terra-vao-a-julgamentos>. Acesso em 20 de junho de 2015.

humanos, o qual vem se modernizando e reconfigurando a sua forma de atuação com um novo nome mais sofisticado, que é a representação balizadora do sistema capitalista pelo agronegócio, “a nova cara da burguesia agrária” (PEREIRA, 2009, p. 62).

Segundo Gerardi (2008, p. 1), existem dois territórios, com modelos de desenvolvimento distintos para o campo:

> Latifúndio e agronegócio são compreendidos no trabalho como um único território, pois suas ações são coordenadas e cooperadas na concorrência com o campesinato. Esses dois territórios, o campesinato e o latifúndio e agronegócio, apresentam dois diferentes modelos de desenvolvimento para o campo e se confrontam no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Tomamos o conflito e o desenvolvimento como processos indissociáveis e indispensáveis ao entendimento da questão agrária.

O latifúndio é a nódoa do desenvolvimento social no campo e na cidade. Esse modelo adotado até hoje são responsáveis pela fome e a pobreza extrema de milhares de brasileiros. Os famintos da terra, por falta de alternativas, resolvem enfrentar a ordem imperante para desfrutar dos direitos que, secularmente, lhes foram negados pelo Estado. A conquista desses direitos só se dá pela luta social através dos séculos. Karl Marx e Engels (2008, p. 12), no **Manifesto do Partido Comunista**, bem esclarece o papel do Estado moderno, defensor do poderio econômico burguês: “o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”.

Não se pode assistir indiferente a todo esse massacre da vida no nosso planeta pelo atual sistema. Faz-se necessário denunciar que as grandes empresas deste país – as quais na sua retórica pregam o bem-estar social – estão destruindo todas as nossas riquezas naturais, sociais, culturais, históricas. SADIA, MAGGY, PERDIGÃO, MONSANTO, CARGILL, BUNGE, NOVARTIS e demais empresas que lidam com commodities (PEREIRA, 2009) têm desfrutado de quase todo lucro deste país, deixando, para trás, um lastro de miséria e desigualdade social, com o apadrinhamento do Estado “democrático”. Em regime de urgência, as organizações de massa do campo e da cidade e os intelectuais devem repensar um novo projeto de sociedade sustentado no respeito à vida, à equidade de acesso aos bens materiais, naturais, intelectuais, tecnológicos e econômicos, nos moldes do desenvolvimento sustentável pensado e desenvolvido a partir dos trabalhadores, dos pobres, mas não centrado nos interesses das elites dominantes.

Nas discussões realizadas, a intenção foi sempre mostrar que todos esses processos de exclusão e reconquista dos direitos básicos se construíram a partir de ações conjuntas entre

homens e mulheres. Porém, estas, pouco são mencionadas na história oficial como protagonistas na luta pela terra. Dessa forma, parece que elas não sofreram as consequências desse modelo de desenvolvimento agrário, como também não são agentes modificadores deste, ao longo do percurso histórico. É um comportamento cultural, construído socialmente, de promoção do masculino sobre o feminino. Assim, a dominação masculina sobre as mulheres acaba por fazer com que elas neguem a si mesmas, no decorrer do tempo, e acabem por aceitar passivamente essa dominação como algo natural. Quando discorre sobre a incorporação desse tipo de dominação, Bourdieu (2002) relata que isso não acontece por responsabilidade delas, mas por um conjunto de mediações simbólicas, construídas socialmente, que acabaram naturalizando ou moldando todo o comportamento feminino que tem suas bases fundantes nas religiões ou nas orientações culturais dos grupos.

> Lembrar os traços que a dominação imprime perduralvelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação e que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, seguindo como já se fez que algumas vezes elas escolhem adotar práticas submissas. (BOURDIEU, 2002, p. 26)

Ou seja, toda dominação exercida sobre as mulheres é uma construção social relacional mediada pelo poder simbólico[31], conhecido ou reconhecido pelos sujeitos que praticam ou sofrem essa ação. Quando as mulheres tomam conhecimento dessa prática e de sua ação sobre todo seu comportamento e maneira de viver, elas começam a escrever sua própria história, baseadas ou orientadas pelos seus sentimentos e pensamentos. Isto é, começam a entender que a postura exigida delas socialmente tem égide na cultura social machista e sexista, que sempre privilegiou o homem.

3.1 A LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER

Não distante do que ocorreu em todo país, as lutas camponesas pela terra na Paraíba sempre aconteceram devido a um modelo de exploração e dominação vertical implantado pelos portugueses; num primeiro momento, pela monocultura da cana-de-açúcar e pela formação dos engenhos em meados do século XVI ao XVIII. Nesse período, a produção de açúcar nos engenhos do Nordeste brasileiro, voltada para a exportação, foi a principal atividade econômica. Pereira (2005), pronunciando-se sobre esse modelo de desenvolvimento,

[31] Conceito na obra de Bourdieu (2002) que tem o objetivo de elucidar as relações de dominação que não pressupõem a coerção física ocorrida entre as pessoas e entre os grupos presentes no mundo social, o qual corresponde a um tipo de violência que é exercida, em parte. com o consentimento de quem a sofre.

aponta que a luta desse povo pela terra sempre foi legítima, na busca pela dignidade e liberdade, diante de uma terra que sempre esteve concentrada nas mãos de uma minoria.

Neste item da pesquisa, serão elencados alguns fatos marcantes na formação e evolução do espaço agrário paraibano, principalmente no que tange à luta pela conquista ou reconquista da terra dos camponeses e das camponesas, que não se conformaram com os ditames dos "donos do mundo". Segundo Moreira e Targino (1997, p. 296),

> o conflito de terra é fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção.

Nesse contexto, os camponeses e as camponesas que outrora moravam nas fazendas e prestavam serviços ao proprietário eram proibidos de trabalhar na terra ou expulsos das terras. Esses camponeses, em muitos casos, nasceram e se criaram nas terras em que eram posseiros e delas retiravam o sustento de sua família. "Quando eles são expulsos, acabam se tornando trabalhadores assalariados da cana, no entanto esse processo se dá de modo lento" (MOREIRA, TARGINO, 1997, p. 63). É por isso que as bandeiras de luta das Ligas Camponesas na Paraíba voltavam-se para o fim do cambão[32] e do foro.[33]

Na década de 1950 e início de 1960, aconteceram as formas de luta mais organizadas. Segundo Pereira (2005), em fevereiro de 1958, foi criada a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé–PB, tendo João Pedro Teixeira, Nego Fubá e Pedro Fazendeiro como fundadores e principais lideranças. Mais tarde, a Associação passou a se chamar Ligas Camponesas. Este Movimento teve grande força na Zona da Mata, que abrigava várias usinas. Sapé e Mari se destacam pela expressão mais acentuada do Movimento. Esses camponeses e camponesas buscaram, na união, a força para enfrentar os donos de terras. Sumariamente reprimidos, tiveram algumas de suas lideranças assassinadas. Buscava-se, com isso, enfraquecer o movimento, que já contava com cerca de 7.400 associados, segundo Perreira (2009).

Apesar da perseguição e morte por parte da ação dos fazendeiros, os camponeses não conseguiram frear a luta, cujas bandeiras eram levantadas por trabalhadores como Alfredo Nascimento, Nego Fubá, morto em 14 de março de 1961, e João Pedro, morto um ano depois, em dois de abril de 1962. Esses líderes não recuaram diante da repressão; carregavam dentro de si o coração sedento por justiça social. Essa era a reivindicação deles: direito dos

---

[32] Cambão, consistia no pagamento do aluguel da terra com dias de trabalho gratuito.
[33] Consiste no aluguel da terra para cultivar, pago ao patrão em dinheiro.

oprimidos, dos explorados e escravizados de ter a liberdade e um pedaço de chão, onde pudessem plantar e colher o pão de cada dia livremente.

Com a morte de João Pedro Teixeira, a esposa, Elizabeth Teixeira, assume a liderança das Ligas Camponesas. Constitui-se, dessa forma, numa das mulheres paraibanas que se destacam no cenário nacional, pela sua atuação junto aos camponeses e camponesas em defesa do direito à terra. Na citação a seguir**,** Elizabeth relata como se deu seu engajamento na luta social, após a morte do esposo João Pedro Teixeira.

> Até aquele momento eu ficava em casa, cuidando de tudo, das crianças, do roçado, arrancando batata, plantando inhame, apanhado feijão... quando o vi estraçalhado...a partir de hoje marcharei na tua luta; luta por terra, luta pelo homem do campo, luta pela mulher do campo que sofre como eu já sofri e que estou sofrendo agora. Tanto faz viver ou morrer. Eu estou disposta a enfrentar o que vier. Mas eu te juro, João Pedro, darei continuidade à luta.[34] (MENDES, *online*)

Ela continuou a luta de João Pedro e, na condição de ser mulher, foi também desconfigurando outra luta simbólica que tem a imagem das mulheres, social e culturalmente, como objeto sexual ou apenas simples reprodutora, submissa ao homem, fruto da dominação masculina que ainda prevalece em nossa sociedade. E, assim, ela foi fazendo da sua luta uma militância pelo bem-estar das pessoas que vivem e sobrevivem no e do campo e contra as injustiças decorridas deste sistema agroexportador de cunho agrícola, denominado agronegócio, o qual tem dizimado milhares de espécies mundo afora.

Elizabeth é uma mulher que, segundo Mendes (2011), não se intimidou diante da opressão sofrida pelos camponeses e camponesas em decorrência da luta pela reforma agrária. Com essa ação insubordinada, Elizabeth se faz protagonista em duas frentes: primeiro, como mulher camponesa que rompe com o preconceito secularmente produzido, de ordem patriarcal, que vê a mulher como ser inferior ao homem, produzindo este feito em suas ações efetivas junto aos camponeses e às camponesas na defesa de seus direitos em favor da reforma agrária. Elizabeth foi a primeira mulher líder das Ligas Camponesas na Paraíba. Participou da construção histórica dos camponeses e das camponesas, fazendo-se protagonista na ação de mudança e transformação da estrutura fundiária do Estado, tendo reconhecimento social. A segunda frente é a luta pelos direitos sociais, usurpados deste povo ao longo dos séculos. Dessa forma, como mãe, mulher e militante, Elizabeth construiu sua história, sendo ela mesma a protagonista, ocasionando mudanças nas relações entre homens e mulheres.

---

[34]MENDES. Isabelle. Elizabeth Teixeira – mulher, mãe e militante. Disponível em; http://www.Reformaagrariaemdados.org.br/.../VER%20COM%Expressão. Acesso em: 22 de fevereiro de 2014.

Outra expoente feminina, líder das lutas camponesas na Paraíba, foi **Margarida Maria Alves**, mulher, mãe, e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, assassinada em 1983. Ela lutava por justiça social, pelos direitos dos trabalhadores, como ter direito a carteira de trabalho, férias, 13º salário, aposentadoria das trabalhadoras, direitos trabalhistas já consagrados desde os anos 1950. Ela exigia que esses direitos fossem aplicados urgentemente. A partir da leitura do livro de Ferreira (2009b, p.69) **Margarida; Margaridas**, que aborda a trajetória de Margarida Maria Alves, de 1933 a 1983, e os processos educativos decorrentes do protagonismo das mulheres camponesas paraibanas, pode-se entender, de forma sucinta, a trajetória de vida dessa mulher.

> Sua iniciação na vida política se deu como filiada, depois como secretária do sindicato, onde trabalhou, até concorrer aos pleitos de direção e seu primeiro cargo de comando foi à tesoureira, tendo sido eleita, na gestão de 20 de dezembro de 1967. Foi eleita presidenta em 1973 e reeleita sucessivamente para os mandatos iniciados nos anos de 1976, 1979 e 1982, dessa forma ficou evidenciada a liderança exercida por Margarida Alves nessa função, que permaneceu até ser assassinada.

Tanto a luta de Margarida como a de Elizabeth Teixeira, pelo direito à terra na Paraíba, se deram, sempre, em um ambiente de contestação, onde pessoas morreram para que a terra fosse distribuída com o povo, e as cercas do latifúndio rompidas. Em nome do poder, a burguesia agrária matou, espancou, despejou, destruiu casas e lavouras, colocando em risco de morte milhares de crianças, jovens, mulheres, homens. Identidades foram perdidas, culturas reprimidas, em nome de um sistema criador da bonança para uns poucos, às custas da miséria e da fome de muitos.

Durante muito tempo, a luta dos camponeses era principalmente por terra. Hoje, percebe-se, ela é mais ampla. Além da terra, reivindica-se também a permanência, digna, nela, para que sejam assegurados os direitos à educação, saúde e desenvolvimento, direitos estes inerentes a qualquer cidadão deste país, entendendo o campo como um espaço que tem potencial econômico, cultural, social e histórico.

Portanto, as lutas destas mulheres destacadas no presente capítulo, em comunhão com os homens, resultaram na melhoria da vida dos povos do campo, como também na igualdade de distribuição da terra no Estado. É necessário elucidar que, ao se engajar na luta social pelos direitos básicos, estas mulheres também lutavam pelo seu reconhecimento enquanto agente construtor da sociedade e transformador das realidades sociais apresentadas. Elas não aceitaram a condição, imposta culturalmente, de apenas ser mãe e dona do lar. Porém

firmaram-se enquanto militantes do bem-estar social, denunciando os males existentes na sociedade. E, assim, algumas tornarem-se mártires e referências para outras mulheres.

Nessa direção, Joan Scott (1992) reforça ser necessário que, cada vez mais, os historiadores, pensadores e pesquisadores visibilizem as mulheres, quando se propuserem contar ou registrar os fatos históricos, sem perder de vista que o machismo e o feminismo são produtos de um fazer social.

> Amplia o foco da história das mulheres, cuidando dos relacionamentos macho/fêmea e de questões sobre como o gênero é percebido, que processos são esses que estabelecem as instituições geradas, e das diferenças que a raça, a classe, a etnia e sexualidade produzem nas experiências históricas das mulheres (SCOTT, 1992, p.88).

Orientada por essa estudiosa acerca das questões relacionais de gênero, este trabalho de pesquisa analisa o protagonismo das mulheres na luta pela terra em Amarela I e II, consubstanciada a luta feminista, ao redor do mundo, pela mudança na cultura patriarcalista de ordem machista. No Capítulo seguinte, serão apresentados dados coletados sobre esse protagonismo.

4 O PROTAGONISMO DA MULHER NA LUTA PELA TERRA EM AMARELA I E II

Os frutos da terra

Somos camponeses, somos filhos da terra;
Somos guerreiros, somos gente sincera.
Somos de Amarela I e II
Somos lutadores! Nossa luta é pela terra.
Onde estão os guerreiros?
Estão aqui!
Homens e mulheres
Ou mulheres e homens.
Que não aceitaram sua condição,
E foram à luta para conquistar o pão.
O pão que a terra dá.
Dá de graça e só pede cuidado.
Por isso guerreiros nossa terra conquistamos desde o nascimento,
Porém o homem patrão levou para si por meio da exploração.

Mas, a gente não se calou,
E por meio da união
Vencemos o patrão
E conquistamos nosso chão.

E agora? O que fazer?
Cuidar da terra e
Vê-la florescer.
(Autor: Ivanilson Batista da Silva, em 19/01/2015)

A seguir, apresentam-se resultados sobre o protagonismo das mulheres na luta pela terra, no assentamento Amarela I e II município de São Miguel de Taipu–PB. Essa luta perdurou por três anos, de 1993 a 1995, quando a terra foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As mulheres desempenharam um papel de fundamental importância para que, hoje, todos os camponeses e camponesas pudessem viver em paz e ter vida digna, com seus direitos básicos assegurados. O processo de luta pela conquista da terra representa encontros e desencontros. Encontro com a humanidade, outrora foi roubada pelo opressor, durante anos de servidão (FREIRE, 1986); e com a cultura de ordem machista, construída socialmente e assegurada pelos homens no decorrer do tempo, que anulou a participação social e política das mulheres, tornando-as invisíveis nos escritos da história oficial. Desencontro, todavia, com relação às condições de vida de opressão a que foram submetidos trabalhadores e trabalhadoras, ao longo dos anos.

Uma das primeiras ocupações realizadas pelas mulheres relaciona-se à agricultura e não à prostituição, como se tenta afirmar no discurso ideológico machista, como se elas fossem culpadas pelas maldades do mundo. Segundo Conte (2009, p. 5),

> Para os grandes pensadores, filósofos mais antigos, as mulheres não passavam de seres ou animais imbecis e bestiais. Nas escritas de Platão, elas aparecem como débeis, não dignas de confiança, incapazes e frágeis. Sabe-se que aquele momento histórico do qual falava o filósofo, forneceu elementos para demais pensadores, os quais propagavam e se dedicavam a fabricar, justamente, a legitimação desta forma de pensar como verdade.

Por outro lado, a Igreja Católica Romana, ao longo dos séculos, defendeu a ideia de que as mulheres eram consideradas morada do demônio. Ancoradas nas filosofias de Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, as mulheres eram pecadoras, culpadas pelas fraquezas dos homens, e, naturalmente, inferiores a eles (SCHNEIDER, 2006).

Assim, no decurso da história, as mulheres foram sumariamente repremidas. Cite-se, como exemplo, a caça às bruxas que durou cerca de 7 séculos, quando se entendia que a mulher não podia ser nem fazer. Por essa razão, essas mulheres eram jogadas na santa fogueira da Inquisição ou perseguidas e anuladas no tocante à participação social de forma ativa (CONTE, 2010).

De acordo com Perrot (2012, p. 11), ainda no século XVIII, se discutia se as mulheres eram consideradas seres humanos.

> No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e mais tempo para ingressar nas universidades.

Diante disso, pode-se dizer que as conquistas das mulheres, em várias instâncias sócias, se deram no engajamento, de forma mais efetiva, nos movimentos feministas, principais denunciantes da exclusão sofrida por elas. Só no século XX, porém, descobriu-se que as mulheres tinham uma história e, mais tarde, que elas podiam tomá-la nas mãos, de forma oficial, para moldá-la a seu jeito; ou seja, atribuir, à história, seus modos, seus gestos, lagrimas, sonhos e emoções, um toque próprio do seu ser e fazer. Portanto, a esse respeito, as mulheres que foram tão violentadas no âmbito social, cultural, político, corpóreo e emocional, começaram a protagonizar suas histórias. Perrot (2012, p. 15) esclarece:

> A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das

> mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança.

De acordo com a citação, reflete-se acerca da história das mulheres camponesas, que foram retratadas (aliás, todos os sujeitos do campo e, de forma mas contundente, elas) como sujeitos passivos, submissos e subjugados ao ser menos. Isto vem sendo mudado pela atuação das mulheres na sociedade, seja ela do campo, seja da cidade. O Movimento de Mulheres Camponesas, o MMC, é exemplo claro dessas mudanças paradigmáticas de cunho cultural. No entanto, ainda é preciso que as mulheres conquistem o poder que lhes foi roubado pela cultura patriarcal, afirma Gebara (2002). Isso chegou a ser tão forte que muitas mulheres chegaram a considerar-se como ser desprezível, isto é, o poder de que a autora fala dominou as mulheres em três modos: pensar, agir, e sentir. Tudo isso sob o controle de uma ordem hegemonicamente masculina.

Outra questão que permeou o mundo vivido pelas mulheres está relacionada às fontes ou aos relatos que pudessem trazer informações sobre elas. Para os historiadores, foi muito complicado costurar os retalhos das histórias deixadas pelas mulheres. Perrrot (2012, p. 17) afirma que:

> As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesses. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra.

O silêncio consubstanciado na honra familiar e nos interesses masculinos perdurou por muitos séculos, e as mulheres deixaram de se manifestar sobre suas dores, sonhos, alegrias, tristezas. De forma ainda mais severa, ocorreu com as mulheres camponesas. As discussões sobre gênero são recentes, e as lutas e conquistas das feministas pelo mundo ainda não chegou, de forma efetiva, a todas as mulheres. Embora, em alguns casos, se dê no âmbito religioso, familiar ou tribal, o silêncio das mulheres ainda é preocupante.

4.1 MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE TAIPU–PB: TERRITÓRIO DA LUTA E DO PROTAGONISMO DAS MULHERES

A sede do município de São Miguel de Taipu está localizada a 55 km da capital, na Microrregião de Sapé, integrando a Mesorregião. Com 92 km², ele está situado na Mata Paraibana, conforme se observa no mapa (FIGURA 01). A população é formada por 6.696

pessoas, sendo 3.342 homens e 3.354 mulheres. A população urbana está estimada em 2.977, e a rural 3.719, segundo dados de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE[35]). Emancipado em 22 de dezembro de 1962, resultado do desmembramento do território de Cruz do Espírito Santo, em sua formação o município caracteriza-se pela estrutura fundiária, implantada pelos colonizadores, sendo marcado pela presença de seis engenhos, pela monocultura da cana-de-açúcar e pela criação de gado de raça nelore, que foi o potencial desse município na década de 1970. As principais famílias que detiveram o controle econômico e político do município foram os Lins, os Vieiras, os Albuquerques e os Ribeiros Coutinhos. Estes concentraram a maior parte de terra.

A seguir, o mapa de localização do município.

Figura 01- Mapa de localização do município de São Miguel de Taipu-PB

Fonte: http://samiguelense.blogspot.com.br/. Mapa de localização do município de São Miguel de Taipu–PB

Ainda sobre este município e não distante do que ocorreu em nível de Brasil, a luta dos/as camponeses/as pela conquista da terra se deu pelos conflitos entre moradores e proprietários, resultado de um sistema de exploração e expropriação da força do trabalho, como também de expulsão da terra. Os proprietários mencionados queriam expulsar os camponeses e as camponesas que moravam em suas terras e que pagavam por ela em forma de cambão e foro, para plantar cana-de-açúcar, devido à valorização dessa cultura, com a

[35] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSCAS- (IBGE). **Censo 2010 Paraíb**a Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/...pdf/total_populacao_paraíba.pd. Acesso em 20 de junho 2015.

implantação do PROALCOL, em 1979, pelo governo federal de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979–1985), aumentando a problemática fundiária do município e diminuindo a produção de alimentos na cultura de subsistência. De acordo com Silveira (1996, p. 45).

> O pró-álcool foi implantado pelo governo federal em 1979, quando criou a Comissão Nacional do Álcool, que proibia a exportação de mel ou álcool de qualquer tipo para mercados externos, que, daquele momento em diante, dependeria de prévia autorização do CNAL para qualquer transação desses produtos (Decreto-Lei 83.700, de julho de 1979).

Na Paraíba, esse modelo de desenvolvimento agrário foi implantado em 1980, provocando a necessidade de ampliação ou compra mais terras para avolumar a produção do álcool. Com isso, houve a imposição, por parte dos proprietários, no sentido de se expulsarem os moradores de suas terras para aumentar a produção de cana de açúcar (SILVEIRA, 1996). Na década de 1990, em decorrência desse processo, os camponeses e as camponesas de São Miguel de Taipu estavam sendo obrigados a deixar a terra onde moravam desde o nascimento. Por essa razão, começaram a lutar por suas terras e, assim, mudaram a estrutura do espaço agrário do município de São Miguel de Taipu, que, ate a década de 1990, era ocupado pela monocultura da cana-de-açúcar e pela criação de gado. Isso se deu pelo conflito e o enfretamento à ordem imperante, no qual tombaram dois camponeses, para que, hoje, os demais possam ter liberdade de trabalhar na terra, de forma livre e "sem o pesadelo dos proprietários" (LIA ANTERO, in: SILVA, 2011, p. 44). Como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRSMT), Lia participou ativamente do processo de luta e conquista dos sete assentamentos[36] existentes no município, orientando e apoiando os trabalhadores rurais. Mesmo sofrendo várias ameaças da elite dominante, não se intimidou. Segundo a entrevistada:

> *Todo tipo de ameaça na cara da gente, a gente não podia andar sozinho, várias vezes a gente se encontrou. Aqui chegava carro, não sei que hora da noite, como que diz vou pegar, isso não só em Amarela I e I,I mas nas outras lutas, pois foram sete acampamento no município. A gente teve vários processos do qual eu, José Augusto, Padre João Maria e alguns trabalhadores, houve morte nessas lutas, tombaram dois trabalhador. Houve emboscada para pegar o Padre João, para nos pegar, pegar Raminho, que fazia parte da CPT. Foi muita coisa para que hoje no município de São Miguel, graças a Deus!... Tem sete assentamentos. e o pessoal esta lutando para viver na terra. Foi luta! Não passava uma semana sem a gente ir ao fórum. Audiência! Uma noite chegou Padre João aqui, que o pessoal tinha*

[36] Após muita luta, morte, lágrima e dor, o município de São Miguel de Taipu conta hoje comseis assentamento: Amarela I, Amarela II, Novo Taipu, Água Branca, Antonio Conselheiro, Maravalha, que sobrevivem da agricultura de cunho familiar, caracterizada pela policultura e a criação de animais (bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves). Dessa forma, os camponeses e as camponesas hoje têm uma vida na qual podem sonhar, livres das amarras da opressão, escravidão e dominação que duraram anos.

> *atirado no trabalhador e foi para a Companhia atrás de um policial, a gente quem ia, a gente quem ia junto*.(LIA ANTERO, in: SILVA, 2011, p. 44)

Graças à luta dos/as camponeses/as, com o apoio do STRSMT e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o município de São Miguel de Taipu teve muitas de suas terras distribuídas para a produção da agricultura familiar. A monocultura deu lugar à policultura. Por ser um município tipicamente agrário, as famílias têm a liberdade de cultivar a terra e produzir diversos produtos, que são levados para a feira local, aos domingos. Antes, havia somente cana-de-acúcar; hoje se pode ver feijão, macaxeira, batata, inhame, milho, abacaxi, que é o forte do município e a criação, tanto de animais de pequeno porte, como também de diversos tipos de aves (SILVA, 2011). Hoje, há liberdade de plantar e criar. Como declara Cauchi (In: SILVA, 2011, p. 42): "*Eu acredito que hoje os camponeses que conquistaram a terra têm liberdade! Tem liberdade! Eles podem plantar o que quiser nas suas terras. Ninguém fica fiscalizando, vigiando a presença deles; eles são livres"!*

Além da CPT, o MST também atuou no município de São Miguel de Taipu, em janeiro de 2000, na fazenda São João, junto aos trabalhadores e trabalhadoras, orientando e organizando-os para lutar pela conquista da terra. Segundo Silva (2011, p. 43) e Pereira (2005, p. 82), num enfrentamento com pistoleiros da Fazenda São João, com tiros nas costas, foi assassinado o trabalhador rural Joaquim Antônio Teotônio, natural de Logradouro, em 7 de julho de 1999. Em 2000, a fazenda foi desapropriada e recebeu o nome de Antônio Conselheiro. Hoje, o Assentamento tem aproximadamente 120 famílias assentadas que sobrevivem do cultivo de produtos agrícolas e criação de animais.

Além do camponês citado, Manoel Luiz da Silva foi também assassinado, no dia 19 de maio de 1997, pelos capangas do proprietário da Fazenda Paraíso, Alcides Vieira de Azevedo. Após sua morte, a terra foi desapropriada e recebeu o nome de Novo Taipu, abrigando em sua área 60 famílias.

Estes assassinatos supracitados foram elencados para apontar a crueldade da elite fundiária frente aos camponeses/as e a luta desse povo pela terra. O item a seguir abordará os antecedentes da luta, na antiga Fazenda Engenho, os quais resultaram na conquista de Amarela I e II. Nesse processo de reconquista do direito de viver e trabalhar na terra de forma livre, destaca-se a atuação das mulheres, no enfrentamento à ameaça de despejo, como afirma Joana de Amarela:

> *O meu engajamento na luta foi quando a gente morava na terra de proprietários. Antes aqui era o grande Engenho Novo, e a gente pagava o foro, cambão. Então, quando o proprietário começou anunciar que ia*

> *vender a terra, nós mulheres não tinha para onde ir. Então a gente começou a se engajar na luta e buscar meios para que a gente ficasse na terra. Porque a gente sair para as periferias da cidade levar nossos filhos não dava certo.* (1ª SESSÃO DO DEPOIMENTO DE JOANA DE AMARELA CONCEDIDO EM 17/07/2015).

Os camponeses/as de Amarela I e II tinham compreensão sobre a importância do lugar onde eles viviam com suas famílias desde o nascimento. Na prática, se pode observar é que a relação entre homem e mulher do campo diferente daquela mantida noutros espaços. Há formas de interpretar o tempo, sem uso de tecnologias sofisticadas, só por meio da observação. Há também sinais da natureza que só esses sujeitos conhecem e interpretam. A esse respeito, Estevam (1993, p. 8, apud PEREIRA, 2009, p. 123).) declara: "a natureza transformada e significada pelo Homem deve ser produzida de modo a garantir a um nível cada vez mais integral a realização do ser humano no mundo".

A luta pela terra, em que esses sujeitos passam a fazer parte de uma coletividade, produziu sua cultura própria. Ou seja, um novo modo de vida ancorado em novos costumes, comportamentos, princípios, valores, simbologias, saberes. Esses elementos culturais fortaleceram a identidade camponesa. Caldart, (2004) analisando a **Pedagogia da Cultura,** diz que a identidade fica ainda mais forte quando materializada em vivências que projetam um modo de Vida, que pode ser entendido como cultura, sendo ela humanizadora e educativa. Por essa razão, o lugar representa a extensão de sua própria existência. Sair do seu chão, estava fora de questão.

4.2 ANTECEDENTES DA LUTA PELA CONQUISTA DE AMARELA I E II: FAZENDA ENGENHO NOVO

A antiga Fazenda Engenho Novo abrangia uma área de 3.160[37] hectares de terra e pertencia à matriarca da família Ribeiro Coutinho[38]. Que com sua morte a propriedade foi subdividida entre os cinco herdeiros, recebendo cada um 632 hectares. A propriedade era ocupada por 408 famílias, que viviam na condição de moradores, trabalhando para os proprietários, por vários anos, no cultivo da cana-de-açúcar e na criação de bovinos. A fazenda estava localizada no município de São Miguel de Taipu–PB.

---

[37] Segundo as seguintes fontes: Relatório Técnico de Vistoria do INCRA em 1995; jornal **O Norte** (07/07/2011); jornal **Correio da Paraíba** (18/03/1994); Ata da Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I e II no ano 1996.

[38] Por questões éticas, os nomes da matriarca e dos herdeiros dessa família não serão revelados nesta pesquisa, por não haver autorização prévia. Essa informação é de domínio público.

> Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitat na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça. Em alguns casos, podiam criar animais de pequeno e grande porte. Tinham direito à lenha e água. Eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor, os cambões, dois ou três dias por semana (moradores de condição ou cambãozeiros), ou pagar uma renda fundiária em dinheiro, o foro (moradores foreiros). Muitas vezes, além do foro, eram obrigados a pagar o cambão (PEREIRA, 2005, p. 66).

Por meio dessas culturas, originou-se o sistema de dominação e exploração da mão de obra, o qual predominou por longas datas, sem que os trabalhadores pudessem reivindicar os seus direitos. A segregação e a espoliação da liberdade, do bem-estar das famílias eram constantes. Os trabalhadores eram coagidos a conceder um dia de trabalho gratuito ao patrão, para pagar sua moradia. Além disso, havia o foro, o pagamento pelo uso da terra, feito mensalmente. Como atesta Nenê de Catolé, em entrevista concedida em 15 de agosto de 2011: "*antes da luta, meus pais pagavam cambão, que era um dia por semana de trabalho de graça. Depois passaram a pagar o foro todo mês ao proprietário"* (In: SILVA, 2011, p.44).

De acordo com ela, desde quando nasceu, esse modelo de exploração já predominava e pendurou por muitos anos. Só teve fim depois da morte de João Pedro Teixeira, líder das ligas camponesas de Sapé, quando houve uma manifestação em 1° de maio de 1962, contra o cambão, entre outros protestos (PEREIRA, 2009).

Além disso, os camponeses e as camponesas eram obrigados a votar nos candidatos a cargos eletivos que os patrões mandavam. Caso contrário, eram castigados e expulsos da terra, sem nenhum direito trabalhista pago. Os Direitos constitucionais não eram cumpridos, e várias atrocidades eram cometidas contra os povos do campo. O termo *direito* praticamente não fazia parte da cultura camponesa, pois os trabalhadores do campo eram vistos como pessoas que só tinham direito de permanecer calados, obedientes aos mandos e aos desmandos dos patrões. E, ainda tinham que pagar o foro para poder plantar na terra. Explica Rosinha.

> *A gente pagava foro da terra, se queria ter o direito. Se você não pagasse o foro, não tinha direito nenhum. Até um bicho que a gente criasse, a gente tinha que dar aquela parcela de contribuição do pasto, do gado. Era uma vida ruim porque, se o proprietário passasse, que era naquele tempo o administrador Otávio Barreto, ele perseguia os trabalhador, ele cortava a cana. E se o carro atolasse, ele fazia os trabalhador de escravo! Eu não; meu pai, meu sogro, era alvo dele. Quantas vezes eu vi ele fazer isso, e os meninos tinha que ir, né. Tinha o tal do cambão.* (ROSINHA, in: SILVA, 2011, p. 45)

Com a morte de um dos herdeiros, sua parte da terra foi subdivida com seus quatro filhos. A partir daí, o conflito iniciou, porque os proprietários cuidaram logo em registrar seu quinhão em cartório, dispensando os trabalhadores do serviço, sem o ressarcimento referente ao tempo de serviço, às benfeitorias e aos plantios que cada um tinha na terra que ocupava, muitos desde o nascimento. Por estes motivos, os camponeses e as camponesas deram início ao confronto com os proprietários, em defesa do direito de viver e plantar na terra. No item a seguir, esse tema será abordado.

4.2.1 O protagonismo das mulheres na luta pela conquista da terra: Ousadia e engajamento

Utilizar-se-á a Pedagogia da História, segundo Caldart (2004), como fundamento teórico para encorpar este subitem. Compreende-se que ela fornecerá elementos que nortearam o entendimento, neste estudo, acerca da história do protagonismo das mulheres na luta pela terra, como também, na descontração da cultura opressora, de ordem machista, que desencadeou a anulação do ser mulher relativamente à sua participação na construção da sociedade. Nesse sentido, ela é compreendida como um processo educativo, no qual os sujeitos se educam cultivando suas memórias existenciais de vivências, convivências e experiências em conexão com a história. Nesse caso, as reflexões presentes nesta dissertação se pautam pelo entendimento acerca da forma como se deu a entrada dessas mulheres na luta, como também acerca dos anseios desejos, medos e sonhos que elas traziam. Ou seja, entendendo-se elas como seres sujeitos da história e conscientes de que são parte dela. Nesse âmbito, buscar-se-ão entender as vivências e os aprendizados das mulheres ao longo do tempo, os quais estão consubstanciados pela história de vida de cada uma, que também pode ser chamada de história popular, a qual apresenta as características a seguir:

> trabalhar com histórias locais de grupos e de grupos sociais particulares, prestando atenção para a densidade histórica que pode estar em detalhes de comportamentos das pessoas, ou em determinados episódios da vida cotidiana (CALDART, 2004, p. 66)

A partir desse esclarecimento, pode-se dizer que a presente pesquisa tem como princípio a memória individual e coletiva das mulheres que vivenciaram o processo de luta pela terra, como também suas questões referentes às relações de gênero, e de enfrentamento ao machismo, levando em conta o espaço onde elas estão inseridas.

O conceito de memória passou por várias mudanças, adequando-se aos aspectos sociais, culturais, históricos e econômicos de cada época. Segundo Halbwachs (1990), a memória, por

mais pessoal que possa ser, é construída socialmente. Afirma o autor: “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Já Pollak (1992, p. 2) auxilia na compreensão de que “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”. Dito isso, consideram-se estas mulheres como sujeitos da ação e transformação histórica, tendo como ponto de partida as memórias individual e coletiva de cada um. Caldart (2004, p. 68) evidencia:

> Não se trata de desconsiderar as relações de determinações que explicam o funcionamento da sociedade mas, através da introdução dessa mediação, promover o retorno dos homens e mulheres concretos como sujeitos da História.

Por este viés, entende-se que eles e elas estavam desconectados da história dita oficial, até o momento em que se engajaram numa luta social secular camponesa de reconquista da terra onde vivem. Nessa perspectiva, Caldart (2004, p. 69) leva a refletir que não se pode perceber a história como o conjunto de fatos isolados, devendo-se considerar os “acontecimentos históricos não apenas como únicos, mas também relacionados, ainda que amplamente separados no tempo e no espaço”. Assim, o protagonismo das mulheres na conquista da terra em Amarela I e II se caracteriza como produto e resultado da história das lutas feministas ao redor mundo. Não é de hoje que as mulheres vêm lutando pelos seus direitos de votar, de ter acesso à educação formal, de participar da vida pública e política, como também de produzir a ideologia sociocultural mediadora dos comportamentos delas, deixando para trás a condição de dona do lar.

No entanto as mulheres, em especial as do campo, são as que mais sofrem com a dominação masculina. De acordo com Perrot (2012, p. 110), “as camponesas são as mais silenciosas das mulheres. Imersas na hierarquia de sociedades patriarcais, são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural”. Daí, perceber-se a importância dos feitos das mulheres de Amarela I e II, tendo em vista o lugar e as condições socioculturais aferidos a elas desde o nascimento. Sendo assim, tiveram que enfrentar as barreiras culturais machistas para poder ser e exercer o protagonismo na luta, reescrevendo novas rotas de relação entre os homens e as mulheres.

Com base nisso, buscar-se-á o entendimento dos saberes oriundos de sua história de vida, das vivências e experiências. Segundo palavras de Thompson (1992), elas passam a ser sujeitos da história, a ter vida e a trazer vida à comunidade ou grupo. Trazendo a história para

dentro da comunidade, por meio das memórias campesinas, em suas vivências na luta, elas redimensionaram a história para um patamar reflexivo do grupo. Dessa forma, apareceram novos elementos, fatos, sonhos, atitudes, desejos, emoções, que darão vida à história. Como diz Caldart (2004, p.375) "cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado".

Tendo como orientação as histórias de vida das mulheres que se engajaram na luta social pela conquista da terra, negando, dessa forma, a ordem cultural de submissão e anulação delas enquanto ser social e agente modificador da história, esta pesquisa, mais precisamente no presente subitem, faz a seguinte pergunta: Como essas mulheres chegaram na luta? Quais foram os elementos suscitadores desse despertar?

Tendo em vista que as mulheres não encontraram um ambiente favorável à sua atuação, seja onde fosse, havia sempre resistência por parte de uma compreensão social e cultural que não enxergava a mulher como ser ativo. Todavia muitas mulheres desbravaram outros espaços de atuação e, com isso, fizeram história. Isto se torna mais enfático nas palavras da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu, Lia Antero, quando, em depoimento, fala de seu interesse pelos menos favorecidos.

> *Quando eu era solteira e muito jovem, comecei a fazer o trabalho, na Igreja católica com as CEBs*[39]*, de animação e conscientização de melhorar sempre a situação, conscientizando as mulheres de que elas sempre poderiam participar das coisas. Como ser assentada, entrar na política, ser presidenta de associação, professora, pois mulher era da cozinha, casou, vai criar menino. Hoje, depois de uma luta feita em São Miguel de Taipu, tem muita mulher formada não só na educação, mas em muitas funções. Ai foi todo um incentivo para que eu criasse uma consciência, ou seja, criei uma consciência de participar dessa luta com as mulheres e me tornar a presidenta do Sindicato. Foi uma luta muito grande para chegar aqui. Já existia pessoas que não queria. Não era só pelo fato de ser mulher, mas, porque sabiam que eu não ia ficar me conformando com tudo, eu ia mais além. Porque quando entrei no Sindicato, eu já fui pra lutas, pra o campo. Lutas com as mulheres de 1985 até hoje. Começamos a fazer grupo das pessoas que moravam no campo e viviam há muitos anos e levavam muita pressão dos proprietários, que só queriam plantar cana, e os trabalhador tinha que ser só trabalhador da cana e não aceitavam que fosse assentado da terra. Em São Miguel de Taipu, tem 07 assentamentos; teve só um que eu não tive muito, assim, no inicio, não tive participação, por que foi o MST.* (LIA ANTERO, DEPOIMENTO CONCEDIDO EM 29/08/2015)

[39] As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965. Encontraram sua cidadania eclesial na feliz expressão do Cardeal Aloísio Lorscheider: "A CEB no Brasil é Igreja — um novo modo de ser Igreja". Disponível em: http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/. Acesso em 01/11/2015.

É evidente que, o engajamento social em favor das questões sociais se dá prioritariamente pela **participação nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs),** que se orientava na **Teologia da Libertação**. Essa experiência lhe deu base política e ideológica para lutar pelos menos favorecidos. Em 1985, eleita presidenta do Sindicado, função na qual adquiriu ou consolidou a **consciência política e social. Daí em diante, continuou atuando contras as opressões sociais e culturais, organizando grupo de mulheres, idosos, trabalhadores rurais.** Porém, segundo ela mesma, o fato de ser mulher não a impediu de exercer a presidência do Sindicato, apesar da resistência e não aceitação de alguns. Entendemos, todavia, que sua atuação em outras organizações sociais permitiu o empoderamento de agir em prol dos camponeses e das camponesas de Amarela I e II, como representante da instituição sindical, no sentido da orientação e da conscientização acerca dos direitos que eles possuíam.

Chamou a atenção o fato que, nesse período, já existiam algumas mulheres no cenário paraibano que se destacavam pela sua atuação, como Elizabeth Teixeira e Margarida Alves. Todas elas lutavam pelo fim da miséria, pela reforma agrária. Lia Antero, em seu depoimento, fala o porquê de seu interesse em ser presidenta do Sindicato. A maior parte das mulheres, contudo, entendia que seu espaço se resumia a ser dona do lar e a criar os filhos, como ela mesma afirmou acima.

> *Eu me tornei a primeira mulher presidenta do Sindicato pelo meu interesse na luta, para que melhorasse a situação dos outros, para que os outros tivessem pão, terra para trabalhar, para que conseguisse o pão de cada dia com o suor do rosto, na própria terra onde eles nasceram e se criaram.* (LIA ANTERO, DEPOIMENTO CONCEDIDO EM 29/08/2015)

Percebe-se que o processo de aprendizados construídos nas (CEBs) possibilitou esta **consciência sociopolítica** que ela tem com relação à sua atuação no Sindicato, compreendendo-se como ser **agente e modificar da história**. Ela mesma **se fez sujeito dessas mudanças**. Também outras mulheres foram movidas por esse mesmo sentimento de buscar a melhoria de vida, através da luta, seja no plano individual, seja no coletivo

> *Nos anos de 1993, deu inicio a luta pela terra, porque a gente nasceu e se criamos na terra não só a minha família, mas outras famílias que já tinham os avôs com 90 anos e ainda moravam na terra, como alguns moram até hoje. Daí o proprietário começou a falar e dizer e querer vender a terra pra usina, e, nós não tendo pra aonde ir, começamos a buscar apoio, a reunir os camponeses e fomos em busca de apoio que foi a CPT e o Sindicato (STRMST). A partir daí, a gente começou a luta pela terra e antes a gente pagava cambão. Meus avôs pagavam cambão, pagavam o foro da terra, não*

> *podiam sair pra ir morar nas periferias da cidade. A gente começou a lutar e foi aí que a gente começou a participar de reuniões, mutirões. Meu engajamento foi a partir daí, e conseguimos lutar pela terra. Por este motivo e até hoje, estamos aqui. Porque, primeiro não tinha pra onde ir, se a gente saísse da terra, ia para periferias, e nosso filhos talvez hoje nem fosse vivos. Porque nós filhos de agricultor não sabe fazer muitas coisas, a não ser estudar e trabalhar na terra. E quando sai para periferias se envolve com outras coisas como a violência muito grande que está hoje aí. Então a gente resolveu mesmo lutar pelo nosso direito na terra, para permanecer na terra. Aí estamos, aqui lutemos por ela com os camponeses. E estamos aqui.* **(**JOANA DE AMARELA, 2ª SESSÃO DO DEPOIMENTO CONCEDIDO EM 28/08/2015)

Os motivos que despertaram a camponesa a ingressar na luta foram, primeiramente a **necessidade**, pois não tinham para onde ir. Ela sabia do valor que tinha a terra onde nasceu e se criou e construiu suas raízes culturais relacionais nas convivências diárias. Dessa forma, conscientes da importância **do Sindicato e da CPT, foram em busca de apoio político, de orientação sobre os direitos.** Entretanto, outras mulheres compreenderam sua participação como rompimento do preconceito secular machista contra a mulher, o qual não aceitava que elas participassem das mudanças sociais, econômicas e culturais da sociedade. Rosinha relata:

> *Eu cheguei na luta porque tinha muita vontade de participar da luta. Eu via meu esposo ir mais o irmão dele, e tinha aquela maior vontade de ir.Aí um dia eu pedi!, pedi! Ele deixou. Só que era um preconceito que mulher não podia está no lugar que homens estivesse. Aí eles deixaram a gente ir, eu fui, participei da reunião lá, gostei, acho que falei muito. Aí me apontaram para fazer parte da comissão e, graças a Deus, a gente ficou na luta. Comecei a participar das reuniões. Em todas as reuniões da comissão, eu tava de dentro. Ai! A gente depois ficou querendo que as outras companheiras fossem, até que um dia a gente conseguiu levar as meninas junto com a gente. A função da comissão era de, a gente trabalhar os direitos de trazer as mulheres pra luta, porque era aquela agonia, mulher não pode tá no meio dos homens, porque, tu sabe, todo as coisas ruim o povo dizia com as mulheres. Só enfrentava quem tinha coragem. Aí, ali a gente foi começando ver os direitos que a gente tinha, que a gente não sabia que não é só pra os homens. Do jeito que os homens tem direito, as mulheres tem. Graças a Deus, arrumemos um grupo; esse grupo a gente continuou! Conseguimos. Até que um dia a nossa terra foi desapropriada com a luta de todo mundo*. (ROSINHA, DEPOIMENTO CONCEDIDO EM 10/08/2015)

O ingresso de Rosinha na luta se dá prioritariamente pela **curiosidade** de ver a participação de seu esposo e saber o que estava acontecendo. Quando lhe foi permitido ir, **não ficou calada e expôs sua opinião** sobre a ameaça de despejo por que estavam passando. **Devido à sua atuação e à coragem de se expressar, foi convocada a participar da comissão** responsável pela orientação e animação dos outros camponeses, para que não desistissem da luta. Em seu desempenho na comissão, **conseguiu motivar outras mulheres** a

também se engajarem na luta pela conquista da terra. Dessa maneira, ela foi desconstruindo o preconceito machista sobre as mulheres e superou as amarras culturais que a condicionavam e a subordinavam ao ser menos. Consoante essa afirmação de Rosinha, Nenê de Catolé e Dona Moça também se pronunciam sobre o assunto:

> *Só porque a gente ia para reuniões e mutirões, o povo já considerava mulher. Achava que lugar de mulher é está em casa na cozinha, cuidando dos meninos.* (DONA MOÇA, DEPOIMENTO CONCEDIDO EM 03/09/2015)
>
> *Porque muitos homens. Zé chegava nos cantos, aí o povo dizia: Zé, como é que tu deixa Nenê, uma mulher nova, ir pra reuniões, andar pra INCRA, e você deixa. Fosse eu, não deixava, não. Foi um conflito. Mesmo assim, nunca pensei em sair. Fui até o fim e venci, graças a Deus, e hoje estou feliz.* (NENÊ DE CATOLÉ, DEPOIMENTO CONCEDIDO EM 03/09/2015**)**

As camponesas foram percebendo o preconceito machista existente sobre elas, na medida em que saíram da sua condição de subordinação e buscaram seus direitos, inclusive de **participação política nas reuniões da comissão no INCRA.** Igualmente, a partir das falas das camponesas, compreende-se o lugar cultural atribuído a elas como legal; ou seja, dona do lar submissa aos homens. Este, todavia, legitimado na relação entre homens e mulheres no seu fazer e agir do cotidiano. No entanto, deduz-se que, ao almejar sair desta condição, as mulheres logo são reprimidas. Porém elas mesmas se propõem romper com a condição que lhes foi imposta social e culturalmente e que está arraigada no fazer histórico secular sob a égide do patriarcalismo. Dessa maneira, vai-se construindo uma nova forma de atuação, baseada no olhar, sentimentos e opiniões das mulheres em sua relação e atuação com homens.

Assim, em 1991, unidos, mulheres e homens iniciam o confronto com os proprietários, a partir do momento em que tomam conhecimento do despejo das suas terras. O intuito dos herdeiros era desocupar a área e expulsar cerca de 408 famílias, a fim de plantar cana-de-açúcar. Nenê de Catolé (*in*: SILVA, 2011, p. 45) declara: "*vendo que os proprietários não queria receber o foro e ia vender a terra pra usina, aí nós começamos a lutar junto com o apoio da CPT e alguns trabalhadores".* As camponesas estavam sendo ameaçadas e coagidas; não podiam plantar na terra livremente. Então decidiram se organizar e lutar pela sua liberdade. Em 1993, as camponesas das localidades conhecidas como Lagoa Preta, Água Branca e Mata de Vara – nesta última comunidade se deu todo conflito –, juntamente com os camponeses e as camponesas das outras áreas, se reuniam, em Mata de Vara, para reivindicar seus direitos. Rosinha (*in:* SILVA, 2011, p. 45) relata: "*só que a luta da gente não começou*

aqui; o foco maior era a área de Mata de Vara. Lá era o coração da terra. Mesmo assim, Amarela I foi desapropriada primeiro, Amarela II, derradeiro, e Mata de Vara".

Assim, em comunhão, os/as camponeses/as vão desconfigurando um modelo de desenvolvimento agrário que os colocaram no andar de baixo área dos direitos. Todavia não deixaram de acreditar na força da união.

A foto a seguir ilustra bem esse momento de solidariedade e união para conquistar o direito à terra. As camponesas entenderam que, só por meio da união e organização, eles poderiam conquistar seus direitos secularmente negados pelo Estado, que continuamente defendeu os interesses das classes dominantes, entre as quais as elites fundiárias do campo (MARX, 2008). Dessa maneira, como forma de resistência, elas se organizaram em mutirões para produzir seus roçados nas áreas de conflito.

Foto 1 - Mutirão em Mata de Vara, 22 de março de 1995.

Fonte: Arquivo Severino Ramos[40]

Na comunidade citada pela camponesa, realizavam-se mutirões e plantações coletivas, além do enfretamento com proprietários e capangas. Segundo matéria do jornal **Correio da Paraíba** (sexta feira, 10 de junho de 1994), podem-se perceber a força da união e o companheirismo entre os camponeses e as camponesas:

> Cerca de 800 trabalhadores rurais fizeram ontem um mutirão para refazer as plantações de 404 famílias de posseiros que vivem na fazenda Engenho

[40] Severino Ramos de Oliveira participou ativamente de toda luta pela conquista dos sete assentamentos existentes em São Miguel de Taipu–PB, como membro da CPT e do STR. Foi Secretário e Tesoureiro da Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I e II. Atualmente, vive no município de Pilar – PB. Formou-se técnico em enfermagem em 2007, pela UFPB em parceria com o PRONERA. Iniciou o Curso de Pedagogia PEC/MSC, não concluindo, por motivos particulares (SILVA, 2011, p. 46).

> Novo, um dos pontos de conflito de terras no estado. O trabalho foi realizado durante todo o dia para plantar culturas como batata, mandioca e feijão, destruídas por três vezes a mando do dono da propriedade. Os agricultores foram organizados por sindicatos e associações com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, vindos do agreste e várzea, com o objetivo de garantir aos posseiros a colheita de alimentos a partir do mês de julho. Segundo informações da CPT, o mutirão foi articulado em mais de dez comunidades como Camucim, Alagamar, Abiaí, Pindoba, Gurugi, Capim de Cheiro, Árvore Alta, Tambaba, Itatuba, Curral de Cima e Santa Clara, todas áreas que também enfrentam conflitos de terras.

Mobilizados pela CPT e STRSMT, as camponesas de **Camucim, Alagamar, Abiaí, Pindoba, Gurugi, Capim de Cheiro, Árvore Alta, Tambaba, Itatuba, Curral de Cima e Santa Clara** se organizaram para, nos roçados de 404 famílias, refazer as plantações destruídas pelos proprietários da fazenda Engenho Novo, onde habitavam desde quando nasceram. Em seguida, foi criada **uma comissão** para discutir posições a serem tomadas diante da arrogância e violência dos proprietários, incluindo, quando necessário, denúncia aos órgãos competentes, conforme depoimento de Rosinha (*in* SILVA, 2011, p. 47).

> *Foi através das orientações da CPT e Sindicato. O meu envolvimento era que eu fazia parte da comissão, na comissão aonde a gente definia o que ia fazer com assembleia na comissão eu fazia parte, onde a gente reunia o grupão de gente para lutar.*

Durante o processo de conquista da terra, houve um conflito bastante acirrado, tendo os proprietários recorrido à violência física, policial, despejo, prisões e espancamento. Esses fatos foram documentados no jornal **Correio Cidade,** por meio da seguinte manchete: **Agricultores são espancados por capangas** (terça-feira, 9 de agosto de 1994, p. 3). Igualmente, houve tiroteio, no qual pessoas foram baleadas, num verdadeiro desrespeito aos princípios constitucionais da nossa sociedade democrática. Esse processo de luta desumana pode ser observado nas palavras de Rosinha (In: SILVA, 2011, p. 47):

> *Na luta, também houve muito tiroteio. Esse aqui foi baleado (o esposo dela Manoel Luiz do Nascimento) nas costas, a irmã dele foi na perna que varou né de um lado para o outro, o irmão Assis no braço, outros foi nas costas só que a bala batia na enxada, isso foi no dia 21 de abril que foi feriado, foi no dia que aconteceu o tiroteio, só não teve despejos. Mas teve casa quebrada, móveis do povo quebrado, muita fruta do povo arrancada, teve muita coisa, lavoura cortada, muita coisa mesmo acabada que eles fizeram.*

As camponesas foram para o enfretamento com as ações do aparelho repressivo do Estado atrelado ao poderio burguês. No dia 17 de março de 1994, as trabalhadoras estavam reunidas em mutirão, para o cultivo da terra, desobedecendo, dessa forma, à ordem judicial de reintegração de posse concedida, um dia (16 de março de 1994) antes, pelo juiz de Direito da

Comarca de Pilar–PB, o senhor Ananias Nilton Xavier de Lira, em atendimento ao pleito encaminhado pelos proprietários da fazenda, acusando os camponeses e as camponesas de invadirem suas terras.

Nesse dia, todos se encontravam trabalhando na terra, um contingente de cem pessoas, quando foram surpreendidos por cerca de 50 policiais militares do choque do 4ª BPM, sediado na cidade de Guarabira, requisitados pelo referido juiz para efetuar a prisão, por desobediência à ordem judicial.

Com a descrição desse fato, pretende-se, aqui, destacar, o aparato policial do Estado para coagir as pessoas que lutavam por um direito social constitucional negado pelos setores administrativos do Estado. Cercado pelos policiais foram detidos e levados para prisões e penitenciárias pelo crime de lutar pela terra. Segundo Rosinha (In: SILVA, 2011, p.4 7), foram efetuadas duas prisões de agricultores:

> *A luta não foi tranquila, uma tranquilidade daquela. Teve prisão, foi 7, depois foi 17: 14 homens e 3 mulheres. A última foi quando a gente plantou o feijão, e Carlão veio, onde ele tava com uma relação, o nome na mão para pegar as pessoas para levar pra dentro do carro. E eu fui uma das primeiras, que eu era agitadora. Ele diziam que eu era agitadora do movimento. Eles já tinha uma relação de nomes que Patacão [Luís do Carmo Albuquerque, vice-prefeito de São Miguel de Taipu na época] tinha dado a ele, com essa relação de nome. Patacão chamava com a gente era pé redondo, que era pé de burro. Eu sei que entrou 17 pessoas para dentro do ônibus. Ele só foi pegar a gente depois que Carlão chegou, o jagunço da fazenda.*

Percebe-se, na fala da camponesa, que a união do grupo se fazia forte a partir do momento em que passaram a cuidar uns dos outros, sendo cada um responsável pelo bem-estar do seu companheiro. Nesse depoimento, entende-se a mística da luta, da organicidade do grupo para enfrentar o poder opressor. Em referência a esta discussão, serão apresentadas algumas fotos que ilustram os momentos marcantes da luta vivenciados pelos/as trabalhadores/as para conquistar sua terra.

Um dos fatos ocorridos, no dia 12 de abril de 1994, foi a prisão de sete camponeses – Manoel de Araújo, Francisco José, Cloves de Oliveira, José Maximiano Pereira, Flávio André da Silva, Antônio Amaro, Eronildes da Silva e José Fernandes da Silva –, conduzidos à cadeia pública de Pilar, município vizinho de São Miguel de Taipu (FOTO 2).

Na luta pela terra, também houve espancamento de crianças e adultos pelos capangas da fazenda (FOTO 3 e 4). Isso demonstra o poder, a arrogância dos proprietários de terra, que se utilizavam de todos os artifícios para amedrontar e intimidar os/as camponeses/as. Além de caracterizar-se como crime hediondo, o fato, também, constituiu-se num desrespeito ao

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o qual assegura que a criança deve ser cuidada pela família e a sociedade. No entanto a classe latifundiária, na defesa de seus interesses, não vê as pessoas do campo como seres humanos, senão apenas como um entrave a ser eliminado, não importando se criança, jovem, homem ou mulher.

Foto 2 - Camponeses presos.

Fonte: Arquivo Severino Ramos, 1994.

Foto3 - Criança espancada pelos capangas durante o conflito.

Fonte: Arquivo Severino Ramos, 1994.

As fotos 2 e 3 acima ilustram as atrocidades cometidas pela classe dominante em São Miguel de Taipu, num verdadeiro desrespeito à vida humana. Nesse município, os/as camponeses/as tiveram que travar uma luta acirrada para conquistar sua terra.

A fim de conquistarem o direito de plantar e criar na terra com liberdade, os/as camponeses/as tiveram de travar, com os latifundiários, uma luta sangrenta, desigual e desumana, em razão de estes receberem o apoio do Estado e seu poder repressor. A luta dos camponeses é legitima, e os fatos denunciam a ação covarde das elites que vêm se multiplicando neste século. Constatamos isso na forma como o capital financeiro exportador tem agido para obter, cada vez mais, lucros, sem, no entanto, se preocupar com os seres humanos e a natureza. Bogo (2008) assim classifica as três frentes de exploração do meio rural pelo modelo de desenvolvimento socialmente adotado: a) Exploração e comércio agrícola-agronegócio, b) privatização dos rios e reservas naturais para o comércio da água, c) privatização e concessão de uso, à iniciativa privada, das florestas e recursos naturais.

Além dos recursos naturais (hídricos, a fauna e a flora), houve também a exploração dos recursos humanos, que sofrem com a arrogância da elite agrária desde o início, quando os portugueses adentraram este país. A foto abaixo demonstra como os latifundiários vêm tratando os povos que vivem e sobrevivem no e do campo.

Foto 4 – Camponês José Fernandes da Silva, espancado por capangas.

Fonte: Arquivo Severino Ramos, novembro de 1994 na área de Mata de Vara, em Engenho Novo.

Mesmo sob forte pressão e violência brutal, os/as camponeses/as não acataram os ditames da ordem vigente. Não desistiram de lutar. Crianças, jovens, adultos, homens e mulheres, unidos pelo sentimento de solidariedade, amor, compaixão, respeito, companheirismo, não se intimidaram, unindo-se em prol da conquista de sua terra, lugar em que viveram a vida toda, construindo laços de amizade verdadeira com as águas, os animais, as plantas e os homens. No momento em que eles e elas se uniam ainda mais, sabiam que só assim poderiam vencer a luta. A foto abaixo ilustra bem esse momento de efervescência, em que a união foi a força motriz para as transformações sociais.

Foto 5 – Comemoração em Mutirão

Fonte: Arquivo Severino Ramos, 22 de março de 1995.

O processo de resistência e luta foi se impondo aos/as camponeses/as: defenderiam a terra, parte de suas vidas, enfrentando o poderio dos proprietários; ou perderiam tudo que tinha significado e sentido em suas vidas. Nequinho esclarece, em depoimento obtido em 22 de agosto 2011: "*Como a gente era nascido e criado aqui, tinha que enfrentar mesmo, ou, senão, ia pra rua; e eu não queria não, Deus me livre!*" (*in* SILVA, 2011, p. 51). Segundo as palavras do camponês, no seu egoísmo, a burguesia não reconhece os longos anos em que esses trabalhadores lhe serviram, proporcionando bem-estar e luxo. Por outro lado, havia a triste condição enfrentada pelo camponês e sua família. Um caminho de mão única[41], ou se morre ou se triunfa! Para ele, a cidade era uma representação da morte. Morte de sua cultura,

[41] Para os/as camponeses/as de Amarela I e II, havia um único caminho a trilhar, que era justamente lutar pelo lugar onde eles nasceram e se criaram. Não existia alternativa.

identidade, pedagogia que, ano a ano, fora lapidada na relação cotidiana com a terra e com os outros saberes passados de geração a geração.

A esse respeito, Rosinha fez a seguinte declaração.

> *Uma vez, foi uma comissão de 5 agricultores e agricultoras foi ao Palácio do governo, do então governador Artur da Cunha Lima [Ronaldo Cunha Lima,* ***grifos nossos****] e a qual eu já tinha a relação de quantos minutos eu era pra falar, e nesse tempo Zé Maranhão era secretário lá. Aí ele veio perguntar a mim por que era que a gente estava querendo aquela terra. Eu disse pra ele que a gente queria a terra para criar nossos filhos, eu era uma pessoa nascida e criada na propriedade, a gente ia pra rua com nossos filhos pra quê? Pra servir de marginal?, e eles mesmo botar os policiais pra prender? Eu disse isso pra Zé Maranhão. Nesse tempo, ele era secretário e ele ficou olhando pra mim, porque eu disse; olhe, a gente que mora no sítio, a gente não sabe de nada, só trabalhar e criar. Se a gente sair do sítio e ir pra rua, fazer o quê? Ele ficou olhando pra mim, eu não sei o que ele achou* (ROSINHA, in: SILVA, 2011, p. 51)

O saber que a camponesa diz não conhecer é o saber científico, apropriado majoritariamente pela classe dominante. Todavia o saber que ela diz conhecer poder ser chamado de pedagogia da terra. Caldart (2009, p. 351) revela que a "terra de cultivo é também terra que educa quem nela trabalha: o trabalho educa; a produção das condições materiais de existências também educa". E considera que é também um saber tão importante como o científico. Hoje, presencia-se uma virada nessa questão. Para os/as camponeses/as, é de primordial importância juntar o saber institucional com o saber popular, lapidado ao longo dos anos e passado de geração a geração, para fortalecer as raízes culturais e identitárias dos povos do campo.

Essa perspectiva de olhar, de valorizar os saberes populares originou-se da parceria entre as universidades e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Criado em 16 de abril de 1998, com o objetivo central de fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária, só foi promulgado e efetivado graças às lutas dos movimentos sociais do campo e outras organizações sindicais. Hoje o PRONERA se constitui numa política pública assegurada, pelo Estado, aos povos do campo.

No desenrolar da luta pela conquista da terra em Amarela I e II, existiam famílias que habitavam a área desde o início do século XX. Muitos agricultores tomaram conhecimento da expulsão através do Sindicato dos Trabalhadores de São Miguel de Taipu (STRSMT), por meio da presidente Maria Antero, a qual deu orientação aos camponeses de Amarela sobre seus direitos trabalhistas e possessórios. Em 1990, muitos dos trabalhadores estavam sendo

impedidos, pelos proprietários, de plantarem na terra. Outrossim, a CPT também orientava sobre seus direitos, dando inclusive apoio jurídico. Cauchi, em entrevista concedida em 23 de agosto de 2011, explica:

> Como pastoral, a gente se baseia no evangelho, reconhecendo que o pessoal tem direito; até a própria Constituição diz que diante da lei todo mundo é igual. Agora tem uns proprietários que têm terra à vontade, e quando é que os pequenos possam ter terra? Umas das razões é o projeto de Deus. Deus criou a terra para todos, de uma maneira especial para quem dela precisa. Então este povo não só de Amarela, mas de todo município, morava na terra dos outros, sempre dependia dos proprietários. A pastoral da terra, a gente dá apoio aos agricultores, de uma maneira especial para que eles possam ter seus direitos respeitados. Direito do agricultor, um dos direito é ter terra e o caso de Amarela, o pessoal morava na terra dos outros. Então nem sempre tinham a liberdade de construir o que precisava para trabalhar, inclusive volto a dizer que muitas vezes são chamados para carregar os caminhões da cana, ou então tinham que sacrificar o serviço dele todas as vezes para ir realizar outro. Então chegou o tempo em que o pessoal viu que muitas regiões estavam conseguindo conquistar a suas terras, começou o problema junto ao proprietário, inclusive pessoas viram sua terra delimitada. O pessoal tinham que diminuir os roçados, ficaram praticamente com bem pouca terra para trabalhar, então o pessoal começou. (CAUCHI *in* SILVA, 2011, p. 52)

A CPT e o STRSMT acompanharam os/as trabalhadores/as em todos os processos, em todas as prisões. Padre João Maria Cauchi, junto com as irmãs Albertina e Verônica, e Severino Ramos acompanhavam todas as luta pela terra em São Miguel de Taipu. Junto com a advogada Iranice Gonçalves Muniz, não deixaram nenhum camponês abandonado à própria sorte, como tem feito o Estado. Sempre atuaram em defesa desses oprimidos da terra. Rosinha esclarece, sobre o apoio dado nas conquistas, nas lutas etc.: *"Anastácio e o povo da CPT não deixou a gente em nenhum momento só; eles ficaram com a gente até o fim"* (ROSINHA *in:* SILVA, 2011, p. 53),

No decorrer da luta, as mulheres de Amarela I e II se destacam pelo seu envolvimento em todo processo de conquista da terra. Algumas foram presas – como Roseane Luís do Nascimento –, e outras baleadas na perna – como Gilvanete Luis do Nascimento e Maria da Penha Soares Maciel –, segundo o jornal **A União,** através da manchete: **Conflito de terra deixa 5 posseiros feridos** (JOÃO PESSOA, 23 DE ABRIL DE 1994, p. 11). Os fatos demonstram que as mulheres em Amarela I e II foram bem ativas, para que as terras fossem conquistadas. A foto 6 nos mostra a prisão dos camponeses e das camponesas, quando, em mutirão, foram obrigados, pelos policiais, a ficarem dentro de um ônibus, até que as viaturas

chegassem, para conduzi-los/las à delegacia. Entre as mulheres, encontra-se Rosinha (de boné azul), uma das protagonistas na luta pela conquista da terra.

Foto 6: Camponeses e Camponesas sendo presos.

Fonte: Arquivo Rosinha, obtido em 10/08/2015,

Vive-se em uma sociedade ainda machista e sexista. Apesar de todas as lutas dos movimentos das mulheres, elas ainda são vistas como um ser inferior aos homens, principalmente no nosso Estado, que, culturalmente, sempre valorizou o poderio masculino. A luta ajudou estas mulheres a se libertarem do processo de exclusão de gênero, exercendo o seu protagonismo na história. Dessa forma, elas começam a se ver também no processo como sujeito de direitos que tem seu valor social. Essa afirmativa pode ser mais bem expressa nas palavras de Rosinha.

> *Coisas que muitas mulheres que ficava isolada sem querer participar de nada. Mas através dos cursos que veio para o assentamento, muitas mulheres já sabe o valor que tem, porque antigamente era só homem que tinha direito, né? Hoje a gente que tem um maior conhecimento, aconselha aos outros sobre seus direitos. Hoje a criminalidade contra a mulher está sendo mais amena, porque de primeiro a maioria das mulheres não queria participar de nada. Hoje as mulheres vão pra o sindicato, o sindicato faz reunião com as mulheres. Tudo isso a gente está vendo que, antes dessa luta dessa terra, a gente não tinha isso, não.* (ROSINHA *in* SILVA, 2011, p. 53-54)

A luta proporcionou a essas mulheres a compreensão enquanto ser, como também mudou a ótica dos seus companheiros em relação a elas. Portanto, a "luta dignificou a vida do

homem e da mulher camponesa", livrou-os das garras do patrão, que, durante anos, os oprimiu.

Além da luta pela melhoria da vida social em comunidade, as mulheres também exerceram um papel fundamental na mudança de postura nas relações entre homens e mulheres, no assentamento, por meio do enfretamento da cultura social patriarcal, a qual, historicamente, valorizou os homens, negando a participação das mulheres na vida pública.

Através dessa luta de homens e de mulheres, em 12 de janeiro de 1995[42], a terra foi desapropriada e recebeu o nome de Amarela II. Em seguida, em 25 de março de 1995, foi a vez da desapropriação de Amarela I. Inicialmente, foram assentadas 54 famílias em Amarela I e 42 em Amarela II. Atualmente, estão cadastradas, na Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela I, cerca de 70 famílias, entre assentados e agregados em, uma área de 527,1 hectares de terra – 9,5 hectares para cada família –, sendo destinados à área comunitária 9 hectares. Em Amarela II, cerca de 60 famílias, entre assentados e agregados[43], habitam uma área de 399 hectares, dividida em 9,5 para cada família, sendo que 12% da área total do assentamento são destinados à preservação ambiental e à área comunitária, segundo a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Para os camponeses e as camponesas, a conquista dessa área era um verdadeiro sonho. Havia pessoas que julgavam que não iam ganhar a terra, como revela Cauchi: "*Teve gente que nunca imaginava que podia ser dono daquela terra; achavam que sempre ficaria assim, dependendo dos proprietários*" (CAUCHI *in* SILVA, 2011, p. 54). Mas eles e elas sempre acreditaram na força de sua organização e da luta. Nas palavras do camponês Nequinho, entende-se isto:

> *Se não fosse a luta, nós estava morando nas favelas. Quase que a gente se iludia, o proprietário dando 50 conto a um, 100 a outro. Mas depois levantemos a cabeça. Depois que a gente entremos, eu disse; rapaz, vamos sair, não; vamos pedir nossos direito. Se a gente tem direito, vamos ver se a gente arruma. Pedimos o INCRA, falemos com o INCRA, se tinha direito a terra; ele disse, se a gente era nascido e criado na terra, então a gente tinha direito.* (NEQUINHO, in: SILVA, 2011, p.5 4)

Portanto, Amarela I é hoje um assentamento livre das amarras da opressão, caracterizada pelo cambão e o foro. Eles e elas podem sonhar e viver livremente; a mudança reescrevendo uma nova história.

---

[42] Fonte: INCRA. Demonstrativo das Áreas de Assentamento na Paraíba, 1986 – 2010

[43] Assentados foram aqueles que receberam a pose da terra. Ou seja, um lote de terra para produzir. Agregados são familiares desse assentado como filho, irmãos que vivem nos lotes.

No ano 2000, foi a vez do projeto das casas e da eletrificação pelo COOPERAR[44], beneficiando os assentados com uma casa de alvenaria. Antes eles, habitavam casas de palha ou de taipa. Mesmo aqueles que podiam não recebiam a permissão do patrão para construir a casa de tijolos. Em 2004, o INCRA concluiu a execução de dois projetos de construção de um açude e de quatro poços artesianos.

As 54 famílias envolvidas receberam todos os créditos[45] concedidos a título de empréstimo pelo Governo Federal, representado pelo (INCRA), por intermédio do Banco do Nordeste. Em decorrência disso, a maioria deles se encontra endividada, não vendo com bons olhos esta política compensatória do governo, sem a prestação de nenhum apoio técnico, pedagógico, formativo e organizacional de planejamento. Os camponeses e as camponesas recebiam o crédito, ficando entregues à própria sorte.

Na comunidade, já existia a Escola Municipal Berenice Mindello Ribeiro Coutinho, fundada em 1971 pelo presidente da República Emílio Garrastazu Médici, na administração do prefeito Henrique Vieira Filho. Hoje, ela atende à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental I e ao 1ª Segmento da Educação de Jovens e Adultos-(EJA) 1ª, funcionando nos três turnos. Após a luta, foi criada a Escola Municipal Henrique João, que atende do 1ª ao 5ª ano do Ensino Fundamental I.

No Capítulo seguinte, serão apresentadas informações sobre os aprendizados construídos e vivenciados pelas mulheres no desenrolar de seu protagonismo.

---

[44] O Projeto Cooperar foi criado em setembro de 1997. Os recursos deste projeto são oriundos de um convênio firmado entre o governo do Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (*in* LIMA, Aline Barbosa de; SOARES, Ana Bernadete Accioly; PEREIRA)
Alecsandra. POBREZA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PRONAF E O PROJETO COOPERAR NA PARAÍBA. Disponível em: file:///C:/Users/Esc.%20Fl%C3%A1vio%20Ribeiro/Downloads/11010-15933-1-PB.pdf. Acesso em 20 de junho 2015

[45] Ciclo I, Instalação, Fomento, Microcrédito, Mais Alimentos na Reforma Agrária.

5. OS APRENDIZADOS DAS MULHERES EM LUTA

Muitos são os conceitos de educação, e variadas às especificidades conceituais. A classificação da educação se dá em espaços formais, não formais, informais são exemplos de que a educação hoje abarca um leque extenso de saberes que ajuda a compreender o ser humano em sua dinâmica social e em suas experiências pedagógicas, ao longo da vida. Pode-se dizer que a educação se manifesta em todos os espaços, longe das paredes escolares, na participação política, quando a mãe ensina seu filho, por exemplo, pois em toda relação social há ensino e aprendizagem. Brandão (2006, p. 13) assim a conceitua:

> A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida.

Especialmente na participação efetiva em ações dos movimentos sociais, é possível identificar um processo educativo que desperta, nos sujeitos, uma nova visão de mundo, um novo modo de agir. Daí o surgimento da ideia de que, através da luta, é possível mudar as condições de vida, enfim, constituir novas identidades (CALDART, 2004). Isso acontece por intermédio das práticas educativas vivenciadas no processo da luta, onde se reflete sobre as condições de vida e de opressão que se vive e também se aprende que, juntos e organizados, os camponeses e as camponesas podem mudar a opressão do latifúndio e construir, na terra, um território de vida e de esperança, onde haja novas relações de gênero ancoradas no respeito e cuidado.

Portanto, a partir desse movimento não formal de aprendizagem, identificam-se os saberes adquiridos pelas mulheres no processo de luta pela conquista da terra, como também as transformações das relações sociais existentes no assentamento. Isso só foi possível em referência ao fazer das mulheres. Segundo Joana de Amarela, "*nossa luta não foi só pela terra, mas pela liberdade das mulheres do assentamento; e hoje já temos uma nova mudança*[46] *no assentamento"* (1ª SESSÃO DO DEPOIMENTO DE JOANA DE AMARELA, CONCEDIDO EM 17/07/2015). Assim, na luta as mulheres compreenderam o significado do ser, no sentido pedagógico do seu fazer diário, fazer dentro dos mutirões, junto às comissões e na associação.

---

[46] As mudanças às quais a camponesa se refere estão consolidadas na conquista da terra, moradia e nas próprias relações de gênero existentes na comunidade. Após a luta, as mulheres tiveram visibilidade dentro do assentamento e passaram a ser vistas como responsáveis por outras funções além da de cuidadora do lar.

> *As mulheres participavam de reuniões de comissões de mutirões. Muitas vezes nós mulheres enfrentávamos os capangas, porque nós tinha que ficar de frente. Então, assim foi uma história das mulheres do assentamento.Foi assim essa luta de participação das ações no momento que era luta, né? Era um grupo de mulher que participava e se fortalecia, uma com a outra. Também, existia muito preconceito. Naquele momento, já existia muito preconceito. Porque mulher não podia lutar. Mulher não tinha direito a ser a titular da terra. E nós, com nossa participação, nós quebramos um pouco esse preconceito. Sabendo que ainda existe um pouco, mas, nós mulheres que lutamos aqui em Amarela, conseguimos quebrar um pouco esse preconceito e participar e buscar nossos direitos como camponesa.* (2ª SESSÃO DO DEPOIMENTO DE JOANA DE AMARELA, CONCEDIDO EM 28/08/2015)

Os aprendizados vivenciados e construídos no coletivo das mulheres se consolidaram junto às **comissões e mutirões** onde elas **aprendiam a se posicionar, organizar, animar e gerenciar os grupos em defesa de seus direitos**. Igualmente, percebiam a importância de seu protagonismo na luta pela conquista da terra. Por essa atuação, enfrentavam o preconceito cultural machista. Mas **aprenderam que elas mesmas eram sujeitos das mudanças** que desejavam, E, assim, foram desconstruindo os rótulos existentes acerca da importância da luta dessas mulheres para se compreenderem enquanto ser e agente social modificador da realidade. No protagonismo, elas estabelecem novas relações de gênero. Dessa forma, conquistam o lugar ou o espaço delas dentro do assentamento, desencadeando novos aprendizados, como pode ser observado na fala de Rosinha.

> *Meu irmão, eu aprendi tanta coisa boa. É assim, porque a gente quando vivia em casa, não sabia de nada! Depois que a gente começou, entrou na nossa luta da terra, a gente começou saber os direitos que a gente tinha, que a gente vivia em casa, não sabia que a gente tinha direito da terra, não sabia que a gente tinha direito de nada que tinha. A cidade, pra gente aqui, era um bicho de sete cabeças, né? Mas, graças a Deus, a gente aprendeu que a gente tem direitos de ser tudo. De ser uma presidenta de Sindicato, presidenta de Associação, de tudo. Que nada disso a gente sabia. Foi através da luta que a gente soube; nesse aprendizado que eu fui também até tesoureira da associação, formemos associação; que a gente sabia que associação era só pra os homens. Mas, através da luta da terra, que a gente conseguiu que as mulheres participassem da associação de Amarela, que era Amarela I e II, uma associação pra duas. Agora foi dividida, né? E nossos direitos que, graças a Deus, a gente conseguiu.* (DEPOIMENTO DE ROSINHA, CONCEDIDO EM 10/08/2015)

Os aprendizados mencionados pela camponesa resultaram em mudanças socioculturais nos assentamentos. E podem ser categorizados da seguinte forma: direito **a terra,** de **participa**r, **exercer** e **intervir;** no sentido do ser, mas sem as limitações culturais, nas organizações institucionais locais, pois elas entendiam que esses espaços eram apenas dos

homens. As mulheres, hoje, olham para si mesmas de modo diferenciado. Como ser, agente produtor da história, entenderam que suas conquistas são fruto de seu que fazer. Dessa forma, também foram se fazendo pela pedagogia da luta propulsora de uma nova consciência do ser mulher, detentora de direitos e deveres. Sobre a matéria, Rosinha reflete: "*O maior aprendizado que considero, hoje, foi eu ter lutado pela minha terra, hoje eu ser posseira da minha terra, que a qual a gente nunca pensou em ter não. Foi saber que tinha direito, que a gente nunca sabia que tinha, e nós temos"* (DEPOIMENTO DE ROSINHA, CONCEDIDO EM 10/08/2015). Elas, nesse processo de conquista da terra, aprenderam não só a compreender os seus direitos, como também a respeitar a natureza, a terra, o seu semelhante. Perceberam que a luta por seus direitos e por sua liberdade se dá de modo coletivo, entendendo que só a participação pode lhe proporcionar isso. Joana de Amarela**:**

> *Assim são várias coisas que a gente aprende, aprende a reivindicar nossos direitos, a ser mais camponês, a ver as mulheres com os mesmo direitos de ter voz e vez. Eu vejo assim. Eu aprendi muito a ser livre, lutar por nossos direitos, a ser mulher que luta, conquista que tem direitos e deveres.* (1ª SESSÃO DO DEPOIMENTO DE JOANA DE AMARELA, CONCEDIDO EM 17/07/2015)

Nesse sentido, as mulheres foram percebendo a relevância de lutar por seus **direitos,** a importância de suas opiniões. Ou seja, compreenderam, também, a **relevância de seu que fazer, de sua atuação na comunidade onde vivem.** Aprenderam que são **sujeitos históricos importantes** e que precisam intervir na construção da sociedade, tendo em vista os longos anos de exclusão, quando foram vilipendiadas no direito de participar das atividades políticas e sociais do lugar onde viviam. Tal fato aconteceu em decorrência de uma intensificação do preconceito cultural que determinava o lugar da mulher e os espaços nos quais elas podiam atuar. Quando se propuseram sair da condição de dona do lar, mudaram o curso de suas próprias vidas, vindo a ser protagonistas de suas famílias e de sua comunidade. Conforme afirmativa de Lia Antero,

> *hoje, as mulheres se organizam, sabem o direito que têm. Porque, naquela época, meu Deus! Se tivesse uma mulher no meio, perguntavam logo, por que as mulheres vieram? Para quê? As mulheres precisam aprender nada não. Hoje, posso dizer que a luta venceu o machismo! Eu me sinto realizada com o trabalho que foi feito com as mulheres, em conjunto com os homens. Porque hoje as mulheres saíram daquela história da cozinha para fazer suas coisas. Vamos dizer assim: hoje elas podem dizer, eu vou montar uma barraca e vender minhas coisas para ganhar meu dinheiro. Eu vou aprender pintar, bordar, costurar, pra ter meu dinheiro.* (DEPOIMENTO DE LIA ANTERO, CONCEDIDO EM 29/08/2015)

O depoimento da presidente do Sindicato denota que as mulheres passaram a entender seu **lugar na sociedade por meio da luta pela terra**. O ato de participar dessa ação promoveu o **empoderamento de suas atitudes**, no âmbito do ser e fazer. Consubstanciada nessa discussão, Dona Moça assim relata: "*Eu aprendi muita coisa com a luta. Descobrir os direitos que nós temos, né? Nas reuniões, aprendemos a nos orientar*"(DEPOIMENTO DE DONA MOÇA, CONCEDIDO EM 03/09/2015). A luta pela conquista da terra em Amarela foi provedora de vários aprendizados: reconhecimento de **ser camponesa**, no sentido da classe, **entendimento dos espaços de atuação da mulher na sociedade**, **união, a aquisição pela terra de um significado natural, social, político e econômico.** Joana de Amarela, na 2ª sessão do depoimento concedido em 28/08/2015, assevera:

> *Para mim a terra significa a minha mãe. É a mãe de nosso sustento, é a mãe de nossos filhos. Dela, a gente tem a aprendizagem da natureza. Ver a natureza vivendo, e nós vivendo com ela. E a terra significa muitas coisas em nossas vidas. A gente aprende a zelar, por ela ter respeito, e cuidar para que ela não morra. Por quê, quando ela morre, a gente morre junto. Nós morremos juntos! Hoje, uma das aprendizagens minha foi que aprendi a trabalhar agroecologicamente, trabalhar a agroecologia na minha parcela.*

Nessa citação, a camponesa denota um reconhecimento da importância da terra, no sentido relacional com o trabalho e a produção. Por essa razão, em sua fala, percebe-se a pedagogia da terra, passando esta a ter um sentido de luta e de existência (CALDART, 2004), o mais literal possível. A camponesa compreende que **a terra é mais que terra**. Ou seja, existe um sentido pedagógico de aprendizados que determina ser ela **o lugar de trabalhar**, **de morar**, **de viver** e **de morrer.** Este saber só se tornou possível a partir do processo de luta pela conquista do lugar onde eles viviam e produziam sua cultura, em suas vivências cotidianas. Caldart (2004, p. 333), discorrendo sobre a importância da pedagogia da luta social na formação dos sujeitos, faz as seguintes considerações:

> Quando a vida está por um fio, o ser humano é mexido desde a raiz. Quando isso acontece como parte de um luta social, essa transformação pode afetar uma sociedade inteira. Como não perceber a educação acontecendo nisso? E como não perceber que identifica a formação humana em um tipo de socialização que não é da ordem, mas da contra-ordem, que não ensina mas sim problematiza e reiventa valores, através do aprendizado coletivo das possibilidades da vida.

A educação orientada pelos princípios freirianos da práxis da emancipação, libertação e autonomia se caracteriza, em todo processo de desconstrução de um saber, orientado pela

submissão do ser, tanto no sentido da classe camponesa, como também no sentido cultural do ser mulher. Freire (1987, p.16) discorre sobre o assunto:

> Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como problema. Descobrem que poucos sabem de si, de seu "posto no cosmos", e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao instalar-se na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas.

Esse desafio é apresentado às mulheres que buscam sua libertação e, também, o seu reconhecimento enquanto sujeitos que se encontram em um estado de opressão alienante, o qual termina por negar a sua própria importância social na construção da história. Assim, desconsideram-se suas falas e seus aprendizados originados de suas vivências e convivências no sentido das alteridades dos grupos comunitários. Para se libertar de todo este processo que os leva à sua própria exclusão, faz-se necessário se entender enquanto ser agente modificador das condições que lhe são apresentadas. Desse modo, vão construindo sua própria pedagogia por intermédio da práxis revolucionária. Mas, conforme o próprio Freire (1987) afirma, isso só se torna possível com o engajamento coletivo na luta social pela sua libertação, ou seja, buscando anular o *ser menos*, condição dada pelo opressor, para se elevar ao *ser mais*.

> A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, este poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. (FREIRE, 1987, p16-17).

As camponesas de Amarela I e II tiveram sua humanidade roubada durante muitos anos, como também sua condição de ser mulher no fazer da história, quando colocadas frente à negação do lugar onde elas viviam e que representava toda uma vida carregada de significados e simbologias culturais de pertencimentos. Foram induzidas a isso ou sentiram a necessidade de partir para o confronto, que representava a possibilidade de se libertar dessa condição desumana e inferiorizante. Tomando como referência as falas das camponesas, percebe-se que a luta pela libertação não é uma tarefa fácil, pois, como diz Freire, conduz o

próprio opressor a refletir sobre o porquê da opressão do oprimido. Desorganiza aquilo que, por ele, era considerado um fato natural e, por outro lado, até aceitável por todos/as. O depoimento colhido na 2ª sessão de Joana de Amarela enfatiza em que condições essa luta aconteceu, como também os saberes provenientes dessa ação que resultou na libertação de todos, por meio da mobilização, solidariedade e união.

> *Aprendemos com a luta a se unir mais um pouco e lutar pelos nossos direitos, a buscar informações. Como a união faz a força, a gente conseguiu unir mais as mulheres, as famílias e ir em busca de algo melhor para nossa família; quando a gente começou a lutar e fomos buscar nossos direitos, por que a gente achava que a gente poderia lutar e conseguir a terra. Então, por isso, houve uma luta, houve mutirões, houve ameaças, houve pessoas que apanharam dos capangas, houve vários capangas com arma pesada, houve tiro, pessoas foram baleadas. Alguns com bala de borracha, outros com bala de verdade. O tiro perfurou a perna de uma moça. Houve prisão, muitas prisões. Assim, muitas ameaças, a gente passou por muitos momentos difíceis na luta. Para conseguir a terra. Mesmo assim, eles sabendo que a gente tinha direito. Eles sabem. Mas a gente lutou e conseguimos, mas não foi fácil, foi difícil, foi com perseguição, foi com muitas reuniões, muitos mutirões e conseguimos chegar até aqui. Conquistamos a terra, moradia, escola para nossos filhos. Formamos Associações e grupos de mulheres de jovens. As mulheres conseguiram formar grupos, por que era muito difícil, mas a gente conseguiu fazer. E hoje, estamos aqui. Ainda falta algumas coisas, mas conquistamos muitas coisas com a luta.* (2ª SESSÃO DO DEPOIMENTO CONCEDIDO EM 28/08/2015)

A camponesa compreende que a **união** é força motriz das conquistas sociais. Também entende a necessidade **de lutar pelos direitos** negados. Reconhece que a **resistência** foi o elemento principal para conquistar a terra e ver, na **organização,** o meio pelo qual se pode continuar resistindo e sobrevivendo na terra, assegurado pelos direitos básicos como: saúde, educação, segurança e políticas públicas específicas. O discurso da camponesa demonstra como a luta foi importante para desmistificar um ideário social de negação do ser, de acordo com o qual eles/as eram submetidos ao mando e ao desmando: primeiramente, dos esposos e companheiros; em seguida, do patrão. O protagonismo delas foi libertador, permitindo-lhes a conquista do direito de ser mulher, agindo e contribuindo com a sociedade. A luta é provedora de um novo ser, mulher ou homem, no sentido do *ser mais.* A partir desse engajamento, eles/as passam a enxergar o mundo de "ponta-cabeça". Já não são mais dominadores e dominados, todavia se reconhecem enquanto dominados, a fim de modificar sua condição de opressão e conquista autonomia a partir de sua práxis transformadora. Entendem que isso só é possível por meio da luta organizada e coletiva. Rosinha reconhece, em depoimento concedido em 10/08/2015:

> *Aí, ali a gente foi começando ver os direitos que a gente tinha, que a gente não sabia que não é só pra os homens. Do jeito que os homens têm direito, as mulheres têm. Graças a Deus, arrumemos um grupo; esse grupo a gente continuou, conseguimos! Até que um dia a nossa terra foi desapropriada com a luta de todo mundo.*

A fala da camponesa elucida dois aprendizados importantes: **o reconhecimento de classe camponesa** que tem **seu direito a terra**, e **o reconhecimento de gênero** enfatizando que os direitos devem ser esferas igualitárias entre homens e mulheres. A partir desse ponto de vista e orientadas pelos sentimentos de pertencimento, as mulheres foram modificando rotas padronizadas ao longo do tempo. O protagonismo delas não só modificou o cenário local da ordem hegemônica de segregação da classe camponesa historicamente excluída, como também os postulados culturais que sempre privilegiaram os homens em detrimento das mulheres.

Com base nisso, afirma-se, a construção social desses saberes pelas mulheres só foi possível graças ao engajamento delas na luta pela conquista da terra em Amarela I e II. Sem este protagonismo, elas não tinham rompido com as amarras culturais que lhes condicionavam sempre ao conformismo e à acomodação, principalmente as mulheres camponesas que, na sua formação sociocultural, enfrentaram o coronelismo patriarcal, que tinha sempre o homem como ser gerenciador de todas as atividades públicas e políticas, com o poder de transitar em todos os espaços, enquanto as mulheres se conformavam em apenas cuidar dos filhos e o do lar. Muitos desses saberes construídos foram determinantes para que algumas delas não partissem para a luta. Rosinha diz que as mulheres que não participaram da luta não têm a mesma consciência daquelas que resistiram à opressão.

> *As mulheres que não foram à luta não tem a consciência que nós temos. Pois, como a gente luta não é pra nós só, é pra todos, pois muitos dizem assim; ah, eu ganhei a terra sem lutar! Muitos dizem isso, eu ganhei a terra e não lutei. Mas, ela viu que tinha um grupo maior que lutava, ou menor. Porque você faz uma coisa, você não faz pra você só, não. É pra humanidade toda, né? Hoje a gente vê que as mulheres é vereadora, prefeita, presidente. Antigamente, quem sabia disso? Ninguem sabia disso, era só os homens. Tudo era os homens! E hoje não, os direitos são iguais. Nossos direitos são iguais. Um dia, a gente tava na frente do palácio do Governo, uma turma de gente sentado. Aí chegou um homem, não sei da onde, aí perguntou: a senhora é agricultora? Eu disse, só. A senhora não parece agricultora, não. Eu só agricultora nascida e criada no mesmo canto, meu avô morreu com 96 anos. Aí ele ficou assim, mas, rapaz, nem parece. Porque pra muitos tem o preconceito do povo da rua, po que nós que mora no sitio é pra viver fragelado, não! A gente trabalha e se cuida. Muito deles chama de matuto da terra, chega se vangloreiá. Não sabe ele que só come do que colocamos na terra. Foi quando a gente foi preso. O policial, quando a gente tava dentro do ônibus... O policial disse: é final de era, mas que nunca viu trabalhador ser preso. Eu disse: realmente é final de*

> *era mesmo. E só tinha três mulher presa e 14 homens.* (DEPOIMENTO DE ROSINHA, CONCEDIDO EM 10/08/2015)

A camponesa tem uma **consciência social**, orientada pelo **bem-estar coletivo**, ou seja, **consciencia de classe**. E reitera o reconhecimento da importância da mulher em todas as esferas sociais, da sua lutana defesa de seus direitos, bem como da condição de agente modificador dos padrões e estereótipos sociais, criados e impostos pela ordem cultural majoritária, de gênero ou classe. As mulheres, em Amarela I e II, romperam com essa ordem e se tornaram visíveis, no campo histórico e político, quanto à participação nas decissões que determinavam as manerias de viver e conviver em comunidade.

Mediante o exposto, percebemos que as mulheres que se propuseram exercer seu protagonismo no processo da luta pela conquista da terra, balizando seus gestos, atitudes e opiniões, têm consciência da relevância social desse fazer que resultou em melhoria de vida para todas/os elas/eles, tal como assinala Joana de Amarela:

> *Sim! As mulheres conquistaram a liberdade. Porque, antes não tinham nem direito de ser cadastrada. Hoje, quem é cadastrada, é as mulheres. Não são todas, mas eu, inclusive eu, só cadastrada como titular da parcela. E nós lutamos e conquistamos nossa liberdade. Temos direito a projetos, temo direito a uma assistência técnica. Foi uma luta nossa; não só das mulheres, mais de todos do assentamento. Junto com os movimentos, a gente lutou por uma assistência técnica, boa, ou melhor, para nosso assentamento. Hoje somos acompanhadas por uma equipe de técnicos. Então conquistamos a nossa liberdade.* (DEPOIMENTO DE JOANA DE AMARELA, CONCEDIDO EM 28/08/2015)

A camponesa se refere ao cadastro, justamente a titulação conjunta da terra conferida pelo INCRA, outrora subordinada ao pai, ao marido, ao irmão. As mulheres desconheciam o seu direito de também ter a titulação da terra.

> O acesso das mulheres à terra é um passo importante para a superação da pobreza e da desigualdade. Com a Portaria Nº 981, de 02 de outubro de 2003, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passa a ser obrigatória. Essa titulação já estava prevista na Constituição de 1988, mas até então não contava com instrumentos legais que a tornassem obrigatória. Por isso, apesar de ser um direito constitucional, sua implementação vinha ocorrendo precariamente. A ausência da titularidade conjunta e obrigatória gerava práticas de subordinação ao pai, ao marido ou ao irmão. (MDA, *online*)[47]

[47]MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. MDA. Disponível em: http://www.mda.gov.ovir/sitemda/pagina/direito-da-mulher-%C3%A0-terra. Acesso em 30/03/2016.

Na verdade, isso foi uma forma de inviabilizar o trabalho das mulheres e a divisão sexual do trabalho. O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) vem reconhecendo a importância das relações de gênero como aspectos estruturantes das relações sociais de igualdade entre homens e mulheres nos assentamentos.

> A invisibilidade do trabalho das mulheres e a divisão sexual do trabalho têm sido compreendidas pelo serviço tradicional de assistência técnica, como natural. A atuação da Assessoria Técnica Sócio-Ambiental (Ates), nos assentamentos rurais, procura romper com a noção de representação única da família, compreendida a partir do chefe, logo, pelo homem. A família passa a ser compreendida a partir da participação de todos os seus membros (mulheres e homens). Reconhecem-se os novos arranjos sociais de família, inclusive com as mulheres chefes de família. (MDA, *online*)

Esses direitos, pleiteados pelos Movimentos de Mulheres do Brasil, têm transformado as vivências nos assentamentos. Joana de Amarela, na citação anterior, reconhece a importância da atuação da Assistência Técnicas (ATES). Sabe-se que as mulheres não tinham o direito de trabalhar na terra, muito menos de serem assistidas. Essa conquista é resultado da luta de várias mulheres pertencentes aos movimentos sociais do campo, destacando-se o MST e o MMC. Tal como enfatizam o MDA e o INCRA, que resgatam essa "dívida e reafirmam a luta dos movimentos sociais de mulheres no campo e dos demais movimentos sociais comprometidos com suas bandeiras" (MDA, *online*). Luta em que as mulheres estão incluídas como agente político e histórico responsável, também, pela construção da reforma agrária. Por meio dessas ações, contribui-se para a equidade das relações de gênero, constituindo as mulheres agentes e protagonistas destas mudanças socioculturais.

5.1 O MOVIMENTO DE DESCONFIGURAÇÃO DO PRECONCEITO MACHISTA NA LUTA PELA TERRA EM AMARELA I E II

Mesmo conhecendo todo avanço da luta das mulheres ao redor do mundo e toda conquista quanto à mudança de postura e ao direito à participação nas esferas sociais, políticas e econômicas, existem alguns homens que não entendem a conquista destes espaços e não aceitam que elas sejam protagonistas do processo de construção da sociedade. Caso desse tipo foi observado quando da realização de uma entrevista com Joana de Amarela. Por essa razão, compreende-se que as ações dos movimentos de mulheres que lutam contra o machismo precisam seguir em frente, haja vista a existência de ambientes, a exemplo dos assentamentos Amarela I e II, em que os homens não elevaram ainda sua consciência e, dessa forma, entendem as mulheres: "*Ainda tem mulher no nosso assentamento que é escrava da cozinha,*

que é escrava do marido, apesar de ter algumas que se libertaram dessa condição de preconceito; Mas ainda existem homens com machismo muito forte que escraviza mesmo a mulher" (DEPOIMENTO DE JOANA DE AMARELA, CONCEDIDO EM 17/07/2015). Considere-se que as mulheres em Amarela I e II não tinham autonomia alusivamente a seu corpo, a suas atitudes e comportamentos, sendo condicionadas a uma ordem cultural machista. Assim se pronunciam Nenê de Catolé e Dona Moça, quando falam que hoje elas "*têm liberdade"* (DEPOIMENTO CONCEDIDO EM 03/09/2015):

> *Os homens chamavam a gente de mulherzinha, diziam que aquela associação não vale nada. Aquelas mulherzinhas era pra tá em casa. Era! Foi muito duro. Vi? Agora tá melhor, agora melhorou. Ninguém fala mais nada não. Mais no começo, vixe! Hoje mudou muito, há participação na associação da mulher, que antes não tinha. E hoje tem. Poder fazer projeto, mudou muito. Quando fui cadastrada para ser titular da terra, muitas pessoas falaram ao meu esposo na época. Mas Zé, como é que tu deixa Nenê ser titular? Só pelo fato de eu ser mulher; preconceito deles. Hoje a gente trabalha, tem as coisas.* (DEPOIMENTO DE NENÊ DE CATOLÉ, CONCEDIDO EM 03/09/2015)

A camponesa aprendeu que, mesmo diante da arrogância masculina, elas precisariam lutar pelo direito de participar do processo de decisões para a organização local. Percebemos com isso que, apesar de a luta das mulheres não ser recente, o debate em alguns campos precisa acontecer ainda em torno das primeiras postulações trazidas pelos movimentos feministas. Também, faz-se necessário compreender a luta das mulheres – do campo ou da cidade – em todas as esferas sociais, tendo em vista o engajamento em causas sócias e a desconstrução dos olhares a elas atribuídos. Apesar dos avanços em alguns aspectos, as mulheres, porém, permanecem reféns da arrogância e violência masculina, estampada na forma mais cruel de violência. Os dados constantes na ilustração a seguir comprovam isso.

Constata-se que, apesar de todo este processo de exclusão, no qual as mulheres vêm sendo vitimadas, observa-se que elas não têm desistido de sua luta secular pela conquista da igualdade de gênero em todas as esferas sociais. Também isso não se deu de forma diferente na luta pela conquista dos então assentamentos Amarela I e II. Houve necessidade de as mulheres fecharem os olhos aos tratamentos preconceituosos, ocorridos em função de defenderem o direito de ser, de fazer e participar da construção do lugar onde habitavam. Na 1ª sessão do depoimento concedido em 17/07/2015, Joana de Amarela esclarece.

> *O que mudou muito, viu, foi o preconceito contra a mulher, por que antes os próprios homens ficavam dizendo que mulheres não podiam fazer parte da associação, mulher não pode participar da reunião, mulher tem que tá na cozinha, mulher tem que cuidar de filho. Então a partir desta luta que nós lutamos juntos, então mudou essa forma de ser, né? Hoje nós somos mulheres que somos sociais, que é parceleira[48], titulares das parcelas, que faz parte da diretoria. Então, assim, mudou muito esta questão do preconceito mesmo dos homens com as mulheres.*

Nas ações empreendidas pelas mulheres no curso da luta, elas, de forma conjunta com eles, transformaram os discursos sociais de ordem machista que já estavam legalizados nas práticas cotidianas, sinalizando o lugar da mulher na sociedade, bem como a maneira de olhar para elas. Isso porque os discursos se caracterizavam como controle emocional de subordinação das vontades dos homens sobre as mulheres. Nas falas de Rosinha, Nenê de Catolé, Joana de Amarela e Dona Moça, percebe-se que existia uma exclusão delas no tocante à participação na resolução dos problemas sociais, políticos e econômicos da comunidade onde vivem, visto que o gerenciamento dos problemas era atribuição dos homens. No entanto, no intercurso da luta, elas assumiram o papel de protagonista do fazer, posicionando-se ou, até mesmo, liderando comissões, mutirões em toda a organização da luta. Esse fazer mudou o próprio discurso dos homens em relação a elas, a exemplo da condição cultural atribuída a elas como cuidadora do lar, dado que, nos assentamentos Amarela I e II, há um reconhecimento do que fazer delas como um bem social para melhoria da vida de todos/as. Estas transformações só foram possíveis graças ao protagonismo delas.

Isso evidencia que as lutas das mulheres ao redor do mundo, mesmo não sendo uma ação recente, envolvem uma grande parcela de mulheres que conquistaram sua liberdade de ser e fazer. No entanto estas conquistas ainda não chegaram, de forma equânime, a todas elas. Segundo Beauvoir (1970, p.97), “o lugar da mulher na sociedade é sempre eles que

---

[48] São aqueles ou aquelas que receberam o titulo da terra. Ou seja, o lote de terra encontra-se registrado em seu nome.

estabelecem". Esse ponto de vista se coaduna com aquilo que as camponesas de Amarela I e II sofreram, ao pretender assumir a condição de protagonistas no fazer histórico, no lugar onde elas vivem, uma vez que os homens, orientados pelos princípios do patriarcalismo, já haviam aferido qual era o lugar delas. Sob esse viés, eles só passaram a entender que as mulheres podem ser agentes modificadores do pensar e fazer histórico, a partir do engajamento na luta social pela conquista da terra que se deu, de forma conjunta. Como esclarece Joana de Amarela, na 2ª sessão do depoimento concedido em 28/08/2015:

> *Os homens conseguiram entender que mulher tem direito, tem vez, tem voz, não só pra ficar na cozinha, cuidar de menino e criar as crianças. Não só pra cuidar de casa, mas também pode trabalhar e ocupar cargos na sociedade. E mudou muito, os homens acreditam que as mulheres são capazes. Na nossa associação, a presidenta é mulher. E hoje estamos fazendo a diferença, por que somos mulheres e somos organizadas. Somos mulheres que luta por nossos direitos e deveres e queremos fazer a diferença.*

Os homens, ao observar o **protagonismo** das mulheres, aprenderam com elas que o lugar da mulher não se resume apenas aos cuidados com o lar e/ou dos filhos. Compreenderam que a sua participação na construção da sociedade é fundamental. Através de seus feitos na luta pela conquista da terra e também dentro do assentamento, permitiram que os homens confiassem no modelo de organização e intervenção delas. Segundo a opinião da camponesa, a luta pela terra foi a força motriz para que as relações de gênero pudessem ser construídas de modo igualitário. Rosinha assegura:

> *Hoje os homens e as mulheres sabem que os direitos são iguais, embora haja esse mata, mata de mulher. Muitos como a gente aqui no sitio sabe que os direitos do homem é igual os da mulheres. Nós não tem diferença nenhua, porque de primeiro se uma mulher dissesse assim, áh! eu vou ser uma presidente de associação, misericordia! era o fim do mundo. Áh! eu vou ser uma secretaria, era o fim do mundo! Misericordia! tá doido vai ser domindo por mulher, hoje não. Hoje em tudo tem que ter aquela porcentagem das mulheres ali dentro, e agora ainda mudou que tem que ter também a negra. Tudo por igual, sem preconceito. Hoje eu faço parte do Sindicato porque tem que ter nossa participação ali dentro. As pessoas perguntam fui presa fui pra penitênciaria de lá minha ficha foi feita no bom pastor*. (DEPOIMENTO DE ROSINHA, CONCEDIDO EM 10/08/2015)

Os aprendizados demonstrados no depoimento da camponesa advêm de seu protagonismo na luta em seus processos de organização no movimento, onde adquiriu **consciência política**, **habilidades sociais** para organizar e animar as camponesas. Em seguida, sua experiência na secretaria da associação possibilitou vários aprendizados, a

exemplo dos trâmites legais dos processos de organização e efetivação dos direitos, seja por meio de políticas públicas, seja por meio da implementação de projetos de desenvolvimento local. Tudo isto lhe proporcionou, até hoje, continuar atuando no Sindicato. Ela aprendeu que, só por meio da organização e participação, se conseguem transformar a realidade e as opressões nela existentes.

Contudo o presente estudo não pretende estruturar-se baseado apenas numa análise descritiva do gênero enfatizado pelos modelos explicativos das diferenças entre homens e mulheres orientados pela Biologia (SCOTT, 1995), sem necessariamente adentrar as causas dessas ações e atitudes. Por esse âmbito, Scott (1995, apud ESMERALDO, 1998, p. 113-119) estabelece que existem duas diferentes abordagens para a compreensão das questões relacionais a gênero. Uma é assim caracterizada:

> **A primeira**. O uso descritivo do gênero se reporta apenas ao domínio estrutural e ideológico nos quais estariam implicadas as relações entre os sexos, restringindo a temas como as mulheres, as crianças as famílias etc. (...) Estaria fundado, em grande parte, em uma visão funcionalista da realidade, com base na biologia enquanto modelo explicativo das diferenças entre homens e mulheres, na ideia de esferas separadas: "sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens." Assim, mesmo que afirme que a relações entre os sexos sejam sociais, não buscam elucidar como são construídas. **O segundo**. Uso é de ordem casual; ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque estas tomam as forma que tem.

Esta pesquisa se utiliza de ambas as conceituações. Por isso, tanto descreve como busca compreender as questões processuais relativas à construção social do ser homem e do ser mulher e a relação de ambos alusivamente à ação. Porém as questões analíticas referentes a gênero, neste trabalho, estão caracterizadas pelas representações simbólicas e pelos significados das relações de poder.

Todavia, tendo em vista a aguçada discussão sobre estas questões, não se pretende discuti-las de forma aprofundada. Dessa maneira, o que aqui se apresenta de forma superficial está em conformidade com o caminho que a pesquisa se propôs seguir. A intenção, portanto, é caracterizar, pela práxis, os aprendizados das mulheres na luta pela conquista da terra. Por esse motivo, este será o elemento utilizado como ponto de partida para as transformações e as reflexões construídas por homens e mulheres acerca do lugar que cada um ocupa, de forma relacional, nas esferas sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste estudo voltaram-se, sobretudo, para o Protagonismo das Mulheres Camponesas na Luta pela Terra. O objetivo geral que norteou o desenrolar desta pesquisa foi analisar o protagonismo das mulheres camponesas na conquista da terra nos assentamentos Amarela I e II, no município de São Miguel de Taipu–PB. Por esse caminho, percebe-se que as mulheres foram se construindo em todo processo e, assim. foram vencendo os obstáculos que lhes condicionavam ao ser menos.

Nessa compreensão, o protagonismo das mulheres na luta foi a força-motriz no despertar da consciência do ser, no sentido da participação, organização e intervenção nas questões referentes às transformações sociais. Dessa forma, elas conseguiram mudar, mesmo de forma pontual, os olhares sobre as mulheres dentro dos assentamentos. Ou seja, conseguiram a sua liberdade.

> *Através da luta pela terra a gente conseguiu* ***a liberdade das mulheres*** *de estudar, de fazer cursos. Tem pessoas no assentamento que é técnica de enfermagem, tem pessoas que é professora, tem pessoas fazendo faculdade, tem pessoas ainda quer mudar sua vida, não só como agricultora, mas com informação. Sendo que as que não participaram da luta se conformam mais com o trabalhão doméstico, enquanto que as outras buscam mais informação. Participa mais.* (DEPOIMENTO DE JOANA DE AMARELA, CONCEDIDO EM 17/07/2015)

O depoimento de Joana de Amarela é condizente com a investigação empreendida neste estudo, direcionado, sobretudo, ao protagonismo das mulheres na luta pela conquista da terra como também nas mudanças socioculturais decorridas desta ação. As mulheres em Amarela I e II atuaram em duas frentes: primeiro, na luta da classe trabalhadora do campo, instituída desde o nascimento, tendo em vista o espaço que elas habitavam. Segundo, na defesa da igualdade de gênero, bem como na atuação política educativa em prol dos direitos dos/as trabalhadores/as.

Joana de Amarela também fala em "**liberdade das mulheres".** Esta se caracteriza pela conquista do ser e fazer, no sentido do ser mais, compreendendo, de forma crítica e reflexiva, o lugar na sociedade como sujeito ativo responsável pelas transformações sociais. No intercurso da luta, as mulheres foram percebendo isso. O protagonismo delas permitiu mudanças na postura de olhar. Entenderam que sua atuação não se resume apenas aos cuidados doméstico ou familiar, mas perpassa todo esse postulado cultural e atinge as esferas, sociais, políticas e econômicas da sociedade das comunidades onde vivem.

Assim, as mulheres conquistaram liberdade de viver, de plantar e colher na terra, livremente. Mesmo que não tenha sido uma tarefa fácil, liberta-se das amarras culturais que lhes determinava o lugar que devia atuar, no enfrentando do discurso a elas direcionado: “aqui não é lugar de mulher”. Mesmo assim, não se negaram também a contribuir com a conquista da terra. Lia Antero assevera, a este respeito:

> *Na luta elas participavam de reuniões, mutirões, comissões. Teve mulheres que foram presas justamente por que era ativa na luta, e os patrões tinham raiva. Mandavam prender para abafar! Mas elas não se calaram e continuaram a luta e até hoje continuam* (DEPOIMENTO DE LIA ANTERO, CONCEDIDO EM 29/082015)

A partir desse feito, elas transformaram os modos de vida existentes nos assentamentos Amarela I e II. A luta das mulheres também se caracteriza como uma via de reparação das injustiças sociais sofridas por elas no que se refere a gênero, a exemplo do fato de pertencer a uma classe trabalhadora camponesa excluída ao longo dos séculos. As experiências práticas que se apresentam nos movimentos sociais entre eles o MST e o MMC representam uma ruptura com a ordem hegemônica de exploração e dominação das mulheres e de todos trabalhadores rurais.

É notório que o povo do campo, principalmente as mulheres, ainda se encontra fora dos muros das universidades. Muitas são as histórias e experiências práticas das mulheres em sindicatos e nos movimentos sociais que têm desaparecido junto com seus detentores, sem que os pesquisadores da academia tenham tido acesso a elas no tempo devido. Por isso, este pesquisador e, também estudante, registra essa história, para que as mulheres assumam seu lugar de protagonismo nas ciências humanas e sociais. Faz-se necessário que, mais e mais, o campo adentre a Universidade, e que esta, por sua vez, direcione o seu olhar para o campo, como um lugar social, histórico e político onde sujeitos têm lutado pelo direito de trabalhar na terra, transformando as relações sociais de gênero. Dessa forma, enfatiza-se a importância dos movimentos sociais do campo, suas práticas e experiências de mudanças sociais, tendo como princípio a humanização. Dentre eles, o MMC, conforme palavras de Luso (2009, p. 196):

> a importância da existência de Movimentos Sociais e outras formas de manifestações coletivas que tenham no horizonte a transformação societária, ou seja, que estejam orientados para o processo de autêntica humanização. Reside nisso a importância de atuação do MMC, tendo como horizonte consciente a luta na direção do socialismo, o que é expresso em seus princípios e objetivos.

É preciso que os educadores populares e intelectuais de todas as áreas fortaleçam essa luta. E também que as reflexões, nesta investigação, promovam algumas mudanças, seja no modo pelo qual esta sociedade percebe os espaços rurais e os indivíduos rurais singulares e coletivos; seja no modo pelo qual ela passa a significar e valorizar a participação social, política, econômica e cultural destes sujeitos. Quiçá, através dessas mudanças, possa transformar-se o modo pelo qual são construídas as relações sociais com os indivíduos rurais, no espaço da totalidade da sociedade, para que se tenha uma sociedade mais justa, na qual a justiça social prevaleça. Não se pode ser condescendente com aqueles que exploram o povo. As produções acadêmicas têm que denunciar essas injustiças.

Diante desse cenário com possibilidades de mudança, convence-se da contribuição que se dá às mulheres de Amarela I e II. As postulações até aqui apresentadas levam a acreditar que, na condição de pesquisador, já não se é o mesmo, haja vista que, nos encontros em que foi possível a apresentação de novos saberes, elas deram a sua contribuição. Assim, esta dissertação parte do resultado desta conquista.

Assim, leva-se em conta a visibilidade que se busca atribuir às mulheres camponesas, mesmo com os limites e falhas deste estudo, tanto no âmbito coletivo das ações como no individual. Isto é evidenciado nas falas de cada uma delas, tendo como base suas experiências, práticas e aprendizados construídos na luta da qual foram protagonistas, no sentido do empoderamento delas para reivindicar e questionar, de forma legal, os seus direitos e rótulos culturais preestabelecidos, considerando que, na luta, elas aprenderam que são cidadãs. Esta pesquisa, portanto, visa contribuir para que novas postulações teóricas e práticas ressurjam na direção da compreensão das relações sócias de gênero, tanto nos movimentos sociais como na cotidianidade delas em sua participação política.

Outra reflexão construída neste estudo direciona-se a concluir que a práxis das feministas pelo mundo ainda não alcançou todos os espaços gregários. Percebe-se que, desde os primórdios, a luta das mulheres se pauta na busca dos direitos e da liberdade. No entanto, no conjunto da sociedade, as mulheres ainda são violentadas e desrespeitadas em seu ambiente de trabalho, ainda não têm poder sobre seu corpo, ganham menos do que os homens, mesmo detendo mesmo grau de estudo e ocupando a mesma função. E, embora constituam maioria na sociedade, ocupam poucas cadeiras no Congresso Nacional, como deputadas e senadoras; igualmente, têm representação mínima no Poder judiciário. Por essa razão, as políticas para as mulheres precisam sempre da aprovação dos homens. Normalmente representando um conjunto expressivo da sociedade, estes são conservadores relativamente à

escolha de mulheres para ocupar cargos eletivos e funções diversas nas áreas sociais, educacionais, culturais, entre outras. Todavia, mesmo as lutas das mulheres não sendo um evento recente, há questões que ainda exigem a união das mulheres da cidade e do campo, considerando que o direito à liberdade de escolha ainda não foi alcançado de forma total.

Alguns temas foram abordados, embora se saiba da existência de muitas lutas que precisam ser travadas pelas mulheres. No campo, ainda existe o silenciamento e o medo de algumas mulheres, as ainda se submetem à vontade dos homens. Apesar de todas as conquistas dos movimentos de mulheres pelo mundo afora, ainda existe esta cultura ligada a religião ou a modos culturais tribais. O que é um fato preocupante, haja vista que pouco se sabe sobre estas mulheres que escolheram o silêncio como alternativa de sobrevivência. Por conseguinte, é enaltecida a afirmativa do MMC de que a libertação da mulher é fruto da organização delas mesmas. Em vista disso, a presente pesquisa intenta concluir que a luta coletiva muito produz com seus feitos. Isso se comprova pela atuação das mulheres em Amarela I e II. Por meio da organização, elas conseguiram a liberdade de participar das instituições locais; e, também, mudaram as relações de gênero existente nos assentamentos. Com isso, buscam libertar-se de sua condição cultural imposta.

Por fim, ressalte-se, as discussões não se esgotam neste estudo; nem a intenção do pesquisador foi esta. Pelo contrário, espera-se que, com esta pesquisa, novas concepções sobre as mulheres camponesas possam ser estudadas, para que elas tenham seus aprendizados, práticas, experiências, modos de vida visibilizados, considerando seu protagonismo nas lutas como instrumento importante para a transformação e o entendimento das relações sociais de gênero ao redor mundo. Só assim o processo e os malefícios de exclusão sofridos por elas ao longo do tempo serão reparados. Esse esforço deve ser de todos/as educadores/as e pesquisadores/as populares que, em seus princípios, assumem a transformação do mundo onde vivem.

Considera-se que os aprendizados individuais e coletivos, no processo do protagonismo das mulheres em luta, resultaram em elevação da consciência de gênero e de classe. No entanto esta pesquisa se direciona aos seguintes questionamentos: Quais os desdobramentos dos postulados feministas nas esferas comunitárias; Como eles têm chegado e como se têm compreendido? E, ainda: Como a práxis da Educação Popular tem ajudado na emancipação das mulheres? E quanto às rupturas que as camponesas não conseguiram empreender, seja no campo cultural, social e político, seja no campo das interpretações e contradições? Estas são lutas que precisam ainda ser travadas, nos campos

teórico e prático, para que a libertação das amarras sexistas e machistas aconteça, de forma plena.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AMARELA I e II, **CNPJ. 12.914.503.** Informação e documentação: Citações em documentos. Apresentação. São Miguel de Taipu–PB, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AMARELA I. **CNPJ. 97.549.350/0001.** Informação e documentação: Citações em documentos. Apresentação. São Miguel de Taipu-PB, 2015.

APRILE, Jurema. **Latifúndio**: Brasil tem maiores índices de concentração de terra no mundo. Disponível em: http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/latifundio-brasil-tem-maiores-indices-de-concentracao-de-terra-no-mundo.htm. Acesso em 20 de junho 2015.

AZEREDO, Sandra. **Preconceito Contra a Mulher**: diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Terra**. Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: www.planaltocentral.gov.br/ccvil-03/leis/L4504compilada.htm. Acesso em: 20 de junho 2015.

_____. **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Disponível em: www.planaltocentral.gov.br/ccvil-03/constituiçãocompilada. htm. Acesso 20 de junho de 2015.

_____. **Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: www.planaltocentral.gov.br/ccvil-03/leis/L8629.htm.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Movimentos Sociais e Educação Popular do Campo: (re) constituindo territórios e a identidade camponesa**. In: JEZINE, Edineide; AlMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.). **Educação e Movimentos Sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.a

_____. **Movimentos sociais e educação popular**: construindo concepções e práticas educativas emancipatórias. In: XAVIER NETO, Lauro Pires (Org.). **Educação Popular**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2007. b (Série Saiba Mais Sobre; 4)

BARDIN, Laurence**. Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70: LDA, 2006.

BEISIEGEL,Celso Rui**. Políticas e Educação Popular:** a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil, Brasília: Liber, 2008. (Coleção Educadores)

_____. **Paulo Freire.** Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Recife, 2010.

BETTO, Frei 1994. **Cartas da Prisão,** 1969 a 1973. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

BEAUVOIR, Simone de**. O Segundo Sexo**: fatos e mitos. 4 ed. Editora. Difusão Europeia do Livro, São Paulo 1970.

BOURDIEU, Pierre, 1930–2002. **A dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner, 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes,** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação.** Disponível em: HTTPS://Leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da- libertação. Acesso em: 20/06/2015

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. 8 ed. SP, Brasiliense, 1999.

_____. **A Educação Popular na Escola Cidadã/** Carlos Rodrigues Brandão- Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

_____. **O que é método Paulo Freire**. Disponível em: http://www.Sitiodarosadosventos. Com. Br/livro/imagens/stories/anexos/o que- método- Paulo Freire. PDF. Acesso em 17 de outubro de 2014.

_____; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida. São Paulo: Ideias & Letras,2006.

CANDIOTTO, Cesar. Fundamentos da pesquisa Cientifica: teoria e prática. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTELLS, Manuel**. O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. II. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COLLING, Ana Maria. **Gênero e história, um diálogo possível**? Revista Contexto &Educação. Ijuí. Vol. 71/72. Jan/dez. p. 29-44. 2004.

CONTE. Isaura Isabel, **Retalhos de História das Mulheres Camponesas**. Revista Semina, v.8 , n. 2, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- (CPT). **Menos de 10% dos 1.700 assassinatos em conflitos de terra vão a julgamento**. Secretaria Nacional. Disponível em:http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2471-menos-de-10-dos-1-700-assassinatos-em-conflitos-de-terra-vao-a-julgamentos. Acesso em 20 de junho de 2015

CUNHA, Euclides da**. Os Sertões.** Coleção Descobrindo os Clássicos. Editora Record: Rio de Janeiro, 2000

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante**: saber pensar e intervir juntos/ Pedro Demo. Brasília: Liber Livros Editora, 2004.

_____. **Metodologia científica em ciências so**ciais. 3 ed., São Paulo, Atlas, 1995.

DUARTE. Rosália**.** Entrevistas em pesquisa qualitativas. **Educar**, Editora UFPR, Curitiba, n. 24, P. 213-225,2004.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O Feminismo na Sombra**: relações de poder na CUT. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo. Fortaleza: EUFC, 1998.

FARIA, Nalu: NOBRE, Mirian. Gênero e Desigualdade. **Cadernos Sempreviva.** São Paulo: Sempreviva: Organização Feminista, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual de campesinato.** Disponível em: htt://www.mst.org.br/informativos/vozes/textosbernardo2.htm. Acesso em 02/10/2006.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Sousa. **Gênero e Exclusão: Protagonismo das Mulheres Camponesas no Combate a Exclusão Social.** In: RICHARDSON, Jarry Roberto (org.). **Exclusão, Inclusão e Diversidade**. João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2009 a.

_____. Entre o velho e os Novos Movimentos Sociais: A disputa de representações da trajetória política-educativa de Margarida Maria Alves (1933-1983). 2009. 145 f. Tese (Doutorado em educação)- Universidade Federal da Paraíba-UFPB, 2009 b.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**: volume único. 1 ed. São Paulo Ática, 2005.

FLEURI, Reinaldo Matias; MURACA, Mariateresa. Um Enfoque Feminista da Perspectiva Político-Pedagógica Freiriana. In: STRECK, D. R. e ESTEBAN, M. T. (Orgs). **Educação Popular:** lugar de construção social coletiva. Rio de Janeiro, Vozes 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paulo Freire. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Educação Popular em América Latina**: Critica y perspectivas. In: GADOTTI, M. e TORRES, C.A. Educação Popular; utopia latino-americana. São Paulo: Cortez, 1994.

GEBARA, Ivone. **Cultura e Relações de Gênero**. São Paulo: Cepis, 2002.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa/ Clifford Geertz; Tradução de Vera Mello Joscelyne. 9 ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A questão agrária.** 2008**.** Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm. Acesso em 10/11/2011

GHON, Maria da Gloria. **Educação popular na América Latina no Novo Milénio**: Impactos do Novo Paradigma. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.4, n.1, p.53-77, dez. 2002.

GUZMÁN, Virginia. **Mujer, Desarrollo y Educación Popular.** In: GADOTTI, M. e TORRES, C.A. Educação Popular; utopia latino-americana. São Paulo: Cortez, 1994.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**: perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. Ed. Vértice. São Paulo, 1990.

HERMANN, Jacqueline. **Canudos Destruído em Nome da República Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897.** Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-4.pdf. Acesso em 20 de junho de 2015

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Tão Longe, Tão Perto- As Meninas do Seminário.** In: STEPHANOU, Maria Helena Camara (orgs) **História e Memorias da Educação no Brasil.** VOL II: Século XIX, Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSCAS- (IBGE**). Censo 2010** Paraíb**a**.Disponível:www.ibge.gov.br/home/estatistica/.pdf/total_populacao_paraiba.pdAcesso em 20 de junho 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-(IPEA). **2013. Revela Dados Inéditos Sobre Violência Contra a Mulher.** Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/index:php.option-com-contenl&id= 19873. Acesso em: 30 de setembro de 2014

LUSA, Mailiz Garibotti**. Do Chão do Cotidiano, o Protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em Terra Catarinas:** Uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP. São Paulo, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo, Martin Claret, (Coleção a obra- prima de cada autor, 192) 2004.

MATOS,Ualy,Castro.**IdentidadeTerritóriosExistências**.Disponívelem:http://www.meuartigo.brasilescola.com/Psicologia/identidade-territorios-existencias.HTM. Acesso em 17 de março de 2010.

MARTINS, Heloisa. Helena. T. de Sousa. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa**. Educação e pesquisa, SP, V.30, N.2, maio/ ago.2004.

MENDES. Isabelle. **Elizabeth Teixeira:** mulher, mãe e militante. Disponível em; http:/www.Reformaagrariaemdados.org.br/.../VER%20COM%Expressão. Acesso em: 22 de Fevereiro de 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. MDA. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/direito-da-mulher-%C3%A0-terra. Acesso em 30/03/2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MISOCZKY, Maria Ceci, SILVA Fabiane da Costa, GOULART, Sueli. **Mulheres camponesas na luta contra o agronegócio,** http://www.madres.org/documentos/doc20100929124429.pdf. Acesso em 08/06/2012

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1997.

_____; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba**: caminhos e armadilhas das formas associativas**.** Revista NERA, Ano 3, Número 3 - Julho de 2000 - ISSN 1806-6755. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/rev03.php

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-(MST): **Assassinatos no campo**: Crime e impunidade, 1964-1986/ relatório do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. —2. Ed. rev. E atual. —São Paulo: Global, 1987.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-(MST). **O Setor de Gênero do MST.** Disponível em: base. dph.info/PT/fiches/dph-8247.html. Acesso em 08 de maio de 2015.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. **A afirmação de muitas histórias**. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44 . Acesso em 25 de março de 2016.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. Deliberações do MMC Brasil. Brasília: MMC Brasil, 2004.

PASSOS, Mauro. **Um Profeta em Movimento**: Dom José Maria Pires desatando nós. Belo Horizonte: O lutador, 2011.

PALUDO, Conceição, DARON, Vanderleia Laodete Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas. (MMC BRSIL). In. CALDART, Roseli Salete, PERREIRA, Izabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionários da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento das Mulheres Agricultoras e os muitos Sentidos da "Igualdade" de Gênero. In: MANÇANO, Fernandes, MEDEIROS, Leonilde Servolo, PAULILO, Maria Ignez (Orgs). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. **Movimentos de Mulheres Agricultoras**: terra e matrimônio agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis. Editora da UFSC, 2003.
PAIVA, José Maria de. **Igreja e Educação no Brasil Colonial.** In: STEPHANOU, Maria Helena Camara (orgs). **História e Memorias da Educação no Brasil.** VOL I: Século XVI e XVIII, Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

PAIVA, Vanilda. Introdução. In: Paiva Vanilda (org.). **Dilemas e Perspectivas da Educação Popular.** Rio de Janeiro, Gaal, 1986.

PEREIRA, Antônio Pereira. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba**: das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Ideia, 2009.214.

_____. **Além das Cercas... Um olhar Educativo sobre a Reforma Agrária**. João Pessoa: Ideia, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. 2 ed. Contexto: São Paulo, 2012.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência**: problemas filosóficos de pesquisa científica. Paz e terra: Rio de Janeiro 1979.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, p. 200-212. 1992.

PUIGGRÓS, Adriana. **História y Perspectivas de la Educación Popular Latino-Americana**. In: GADOTTI, M. e TORRES, C. A. Educação Popular; utopia latino-americana. São Paulo: Cortez, 1994.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STEPHANOU, Maria Helena Camara (orgs). **História e Memorias da Educação no Brasil.** VOL I: Século XVI e XVIII, Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo. UNESP, 1992.

_____. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20,n.2 p.71e 79, jul/dez. 1995.

SCHNEIDER, Liana; MACHADO, C. J. dos S. (org.) **Mulheres no Brasil**: resistências, lutas e conquistas. João Pessoa: ed. Universitária, 2006.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A Participação da Mulher na Luta pela Terra: dilemas e conquistas. In: MANÇANO, Fernandes, MEDEIROS, Leonilde Servolo, PAULILO, Maria Ignez (Orgs). **Lutas Camponesas Contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SILVA, Ivanilson Batista da. **A Formação da Identidade Camponesa**: o caráter educativo da luta pela terra no assentamento Amarela, São Miguel de Taipu/PB /– João Pessoa: UFPB, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em pedagogia) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e Diferença**: perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, José Procópio. Permanência da Intolerância na Sociedade Brasileira e os Limites das Políticas do Estado. In: CALADO, Alder Júlio Ferreira (org) et al . **Movimentos Sociais, Estado e Educação, no Nordeste**: Estudos de Experiências no Meio Rural. João Pessoa: Ideia, 1996.

SOUZA, Francisco João. Educação Popular Enquanto uma Pedagogia, Movimentos Sociais populares Lócus Educativo, In: JEZINE, Edineide; AlMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.). **Educação e Movimentos Sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.

SOUZA, Bruna Tavares de. **Reflexões Sobre os Aspectos Sociais da Violência Doméstica Contra a Mulher**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social)- Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2013.

STEPHEN, L. Relações de gênero**:** um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRJ, 1996.

STRECK, Danilo. Territórios de Resistência e Criatividade: reflexões sobre os lugares da EP**.** IN: STRECK, D. R. e ESTEBAN, M. T. (Orgs). **Educação Popular:** lugar de construção social coletiva. Rio de Janeiro, Vozes 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIVEIRO, Eduardo Castro. **A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de sociólogos**. 5 ed. São Paulo, Naipy, 2013.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DAS CAMPONESAS.

MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Questionário de entrevista direcionado às camponesas do Assentamento Amarela I e II

1ª) Como se deu seu engajamento na luta pela terra no assentamento Amarela?

2ª) O que você aprendeu na luta? E quais foram os maiores aprendizados?

3ª) Na sua concepção, como se deu o protagonismo das mulheres na luta pela terra em Amarela?

4ª) O que você considera que mudou nas relações entre homem e mulher no assentamento, a partir da participação da mulher na luta pela terra?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APRESENTADO À PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MIGUEL DE TAIPU–PB (STRSMT)

Questionário de entrevista direcionado à presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu

1ª) Quais foram os caminhos que você trilhou para se tornar a 1ª mulher a ser presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

2ª) Quantos anos faz que você está à frente do Sindicato? E quais aprendizados você considera importante?

3ª) Qual sua relação com a luta pela terra dos camponeses de Amarela?

4ª) Como você enxerga a atuação das mulheres na luta pela terra em Amarela?

5ª) Hoje, como você vê a relação homem e mulher, tanto no sindicato como na sociedade? O que mudou? Você se considera agente modificador dessas mudanças? Por quê?

APÊNDICE C. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE ENTREVISTAS.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhora (o) _____

Você esta sendo convidada (o) a participar, na condição de entrevistada (o), da pesquisa intitulada **UM OLHAR EDUCATIVO SOBRE O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO AMARELA–SÃO MIGUEL DE TAIPU–PB,** que está sendo desenvolvida pelo pesquisador Ivanilson Batista da Silva, aluno do Curso de Mestrado em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof.(a) Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva. O objetivo geral desta pesquisa é analisar o protagonismo das mulheres camponesas na conquista pela terra no assentamento Amarela, no Município de São Miguel de Taipu–PB. A intenção é contribuir para que as mulheres sejam visibilizadas no seu fazer histórico ao longo do tempo, dedicando-se uma especial atenção, neste estudo, às mulheres camponesas. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo à sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Por esse motivo, solicitamos a vossa contribuição para nos conceder entrevista, como também sua autorização par apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica (se for o caso). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. A pesquisa NÃO provoca riscos ao seu bem-estar (físico, moral, intelectual etc.).

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

_____

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável: caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Ivanilson Batista da Silva

Endereço: assentamento Amarela I, S/N, São Miguel de Taipu–PB

Telefone: (83) 987385402 ou 987664678

Ou Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB – Cidade Universitária/Campus I, Bloco Arnaldo Tavares, Sala 812 – Fone: (83) 32167791

Atenciosamente,

_____

Assinatura do Pesquisador Responsável

_____

Assinatura do Pesquisador Participante